

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELISÂNGELA DE LOURDES SILVA SANTOS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

“E aí estudante? O que você me diz?”

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

ELISÂNGELA DE LOURDES SILVA SANTOS

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
“E aí estudante? O que você me diz?”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

S237a Santos, Elisângela de Lourdes Silva.

Assistência estudantil : “E aí estudante? O que você me diz? ”
/ Elisângela de Lourdes Silva Santos. – 2025.

122 f. : il.

Inclui o Produto educacional que é uma Cartilha cujo título é :
Assistência Estudantil e deve ser acessada através de um *QR code*.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT),
2025.

Orientação : Profº Dr. Italan Carneiro Bezerra.

1. Assistência estudantil. 2. Política Nacional de Assistência
Estudantil. 3. Instituto Federal. 4. Ensino médio. 5. Percepções. I.
Título.

CDU 364-787.7(043)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima, Bibliotecária – CRB 15/132

ELISÂNGELA DE LOURDES SILVA SANTOS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

“E aí estudante? O que você me diz?”

DISSERTAÇÃO submetida ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), linha de pesquisa: “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, em cumprimento aos requisitos institucionais para a obtenção do Título de **MESTRA**.

Aprovado em 30 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ITALAN CARNEIRO BEZERRA**
Data: 26/01/2026 11:14:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ALEXSANDRA CRISTINA CHAVES**
Data: 28/01/2026 06:15:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Alexsandra Cristina Chaves
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA MENEZES SOUSA**
Data: 26/01/2026 16:59:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Roberta Menezes Sousa
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus por me permitir existir com saúde e ter nascido numa família maravilhosa que me apoia e torce por mim. Agradeço pelas amizades sinceras e pelas pessoas que amo, sintam-se todos contemplados(as) nesses agradecimentos.

Agradeço a capacidade cognitiva para seguir um caminho que acredito ser digno e do bem, pois foi trilhado com esforço e dedicação.

Agradeço por ter tido acesso à educação pública e de qualidade que permitiu uma formação que transformou minha vida.

Agradeço por ter escolhido essa profissão que tem bastantes desafios, com certeza, são muitos dias de luta e poucos dias de glória. Contudo, esses últimos têm um sabor indescritível porque as conquistas, mesmo quando parecem pequenas, nos dão um gosto de vitória coletiva, são como passos em direção à uma sociedade um pouco melhor.

Agradeço também por ter uma categoria de assistentes sociais no IFPB que muito me inspira. Agradeço pela parceria com os amigos(as) conselheiros(as) do CRESS-PB, com quem muito aprendi e tenho visto o quão potente nossa profissão é.

Agradeço pela oportunidade de ser mestranda e pela existência do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Agradeço a todas as pessoas que trabalham para que mais trabalhadores possam ter acesso à educação gratuita e de qualidade.

Agradeço porque através desta pesquisa pude verificar que nosso trabalho, muitas vezes invisível, tem valor e é significativo à quem se destina, é um trabalho necessário em nosso País, ainda tão desigual.

Agradeço a cada discente que respondeu ao questionário e aos responsáveis pela concordância, e digo que em meio às dificuldades de conciliar a rotina de trabalho, acadêmica e pessoal, vocês estudantes foram meu fôlego para seguir em frente.

Agradeço imensamente aos membros da banca examinadora que trouxeram suas contribuições e orientações sempre no sentido de agregar e somar. Obrigada pela disponibilidade, paciência e dedicação.

Agradeço porque a educação é uma política pública que me possibilita diariamente, enquanto profissional, acreditar na sua potencialidade como meio de transformação da realidade dos(as) estudantes, pelos quais nutro sentimentos carinho, admiração e esperança - daquela tipo do verbo “esperançar” de Paulo Freire. Assim, finalizo: gratidão por tudo e por tanto a todos(as).

“A aprendizagem é a nossa vida, desde a juventude até à velhice, de facto quase até à morte; ninguém vive durante dez horas sem aprender”. Paracelso

RESUMO

A pesquisa propõe avaliar a concepção dos discentes sobre a assistência estudantil, portanto, buscamos identificar de que modo os beneficiários compreendem a Política de Assistência Estudantil (PAE) implementada no Instituto Federal da Paraíba, Campus Santa Luzia. Principalmente, houve foco em avaliar a concepção dos estudantes sobre o processo de seleção por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), que consiste em auxílio financeiro para atender discentes em vulnerabilidade. Desse modo, realizamos análise do conjunto de informações relacionados aos Editais registrados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). A partir de abordagem qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético foi possível delinear um perfil dos estudantes atendidos pela PAE. Ademais, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a 42 estudantes do 2º ano dos cursos técnicos integrados. Os resultados revelaram que, embora reconheçam a relevância da PAE, os estudantes não conseguem compreendê-la enquanto instrumento de formação integral e emancipação social. Por fim, a pesquisa subsidiou a construção de uma cartilha cujo conteúdo traz informações sobre a PAE e orientações para acesso aos programas e benefícios da assistência estudantil, reafirmando o papel transformador da PAE na consolidação de uma educação pública democrática, inclusiva e comprometida com a equidade. A cartilha elaborada como produto educacional, foi submetida à avaliação pelos estudantes por meio de questionário.

Palavras-Chave: Percepções; Assistência Estudantil; Política Nacional de Assistência Estudantil; Instituto Federal; Ensino Médio.

ABSTRACT

The research aims to evaluate students' perceptions of student assistance, seeking to identify how beneficiaries understand the Student Assistance Policy (PAE) implemented at the Federal Institute of Paraíba, Santa Luzia Campus. The main focus was to assess students' views on the selection process through the Social Vulnerability Index and the Student Permanence Support Program (PAPE), which provides financial aid to students in vulnerable situations. To this end, an analysis was conducted of the information contained in the official notices registered in the Unified Public Administration System (SUAP). In addition, data collection was carried out through a questionnaire with open and closed questions, applied to 42 second-year students of integrated technical courses. Based on a qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism, it was possible to outline a profile of the assisted students. Furthermore, the results revealed that, although students recognize its importance, they struggle to understand PAE as an instrument for comprehensive education and social emancipation. Finally, the research supported the development of an educational guide — the proposed educational product — designed to provide information about the PAE and guidance on accessing student assistance programs and benefits, reaffirming the transformative role of student assistance in consolidating a democratic, inclusive, and equitable public education. The booklet was presented as an educational product and was submitted to validation by the students through an questionnaire.

Keywords: Perceptions; Student Assistance; National Student Assistance Policy; Federal Institute; High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Marca página com Código QR para acesso ao questionário.....	72
Figura 02 - Capa do questionário diagnóstico	72
Figura 03 - Nuvem de palavras sobre “O que é assistência estudantil”	73
Figura 04 - Código QR para acesso ao Produto Educacional.....	90
Figura 05 - Capa do Produto Educacional.....	91
Figura 06 - Capa questionário para avaliação do Produto Educacional.....	95
Figura 07 - Página O que é assistência Estudantil? - Antes	102
Figura 08 - Página O que é assistência Estudantil? - Depois	103
Figura 09 - Programas da PAE - Antes/Depois.....	104
Figura 10 - Tabela de pontuação - Depois/Antes	105
Figura 11 - Página nova - documentação necessária	106
Figura 12 - Exemplos práticos sobre a documentação	107
Figura 13 - Check list Antes/Depois.....	108
Figura 14 - Quadro-resumo	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos com temáticas semelhantes à este trabalho.....	37
Tabela 2 - Indicadores dos Editais da AE no Campus Santa Luzia.....	54
Tabela 3 - Análise motivos da inscrição de IVS não ser clara.....	76
Tabela 4 - Qual a importância da AE para os(as) discentes	87
Tabela 5 - Avaliações sobre o Produto Educacional	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Temas de pesquisas sobre Assistência estudantil no EduCAPES (2019-2023)	35
Gráfico 02 -Temas mais frequentes no Estado da arte (BTDT) - 2003-2024	37
Gráfico 03 - Aplicação dos recursos da assistência estudantil no IFPB em 2024	47
Gráfico 04 - Orçamento da Assistência estudantil no Campus Santa Luzia ao longo dos anos	48
Gráfico 05 - Tipos e quantidades de bolsas - IFPB SL (2020-2021)	51
Gráfico 06 - Evolução do número de bolsas IFPB-SL (2018-2024)	53
Gráfico 07 - Origem escolar.....	57
Gráfico 08 - Identidade étnico-racial.....	57
Gráfico 09 - Idade das pessoas nas famílias.....	58
Gráfico 10 - Quantidade de responsáveis na família	59
Gráfico 11 - Escolaridade do(a) Responsável.....	60
Gráfico 12 - Faixa de renda Per capita familiar dos estudantes.....	61
Gráfico 13 - Cadastro Único ou participação em Programa social	62
Gráfico 14 - Município de Residência dos estudantes	63
Gráfico 15 - Estabilidade do imóvel.....	64
Gráfico 16 - Tipo de zona residencial.....	64
Gráfico 17 - Tipo de transporte utilizado.....	65
Gráfico 18 - Você tem IVS?.....	74
Gráfico 19 - A inscrição do IVS é de fácil visualização no SUAP?	75
Gráfico 20 - O processo de inscrição no IVS é claro?.....	75
Gráfico 21 - Você recebeu alguma orientação no processo de inscrição?.....	77
Gráfico 22 - Qual profissional fez as orientações?	78
Gráfico 23 - Você teve acesso ao edital no período de inscrição?	78
Gráfico 24 - Como você acessou ou encontrou o documento?	79
Gráfico 25 - Você leu o edital do IVS?	80
Gráfico 26 - Você teve dificuldades na leitura?	80
Gráfico 27 - Que tipo de dificuldades atrapalharam a sua compreensão?	81
Gráfico 28 - Você recebe o auxílio PAPE?.....	82

Gráfico 29 - O valor do PAPE tem sido suficiente para atender suas necessidades ligadas à escola?	83
Gráfico 30 - Quem é responsável por administrar o dinheiro recebido do PAPE?	83
Gráfico 31 - Em quais tipos de gastos o dinheiro do PAPE é utilizado?	85
Gráfico 32 - Você já recebeu algum outro tipo de apoio do setor da COPAE?	85
Gráfico 33- Quais foram as ações ou tipos de apoio que você recebeu?	86
Gráfico 34 - “Você sente que a assistência estudantil contribui para sua permanência no IFPB?”	88
Gráfico 35- Os materiais de apoio e links fornecidos ajudam a aprofundar o assunto tratado.....	96
Gráfico 36- Os elementos visuais facilitaram o entendimento do conteúdo.....	97
Gráfico 37- O conteúdo da cartilha contemplou as dúvidas essenciais que eu tinha sobre a Assistência Estudantil no meu ingresso no IFPB.....	98
Gráfico 38- Considero esta cartilha adequada para recomendar a novos(as) estudantes do IFPB	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE: Assistência Estudantil
AENPs: Atividades de ensino não presenciais
ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BTDT: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLAI: Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão
COPAE: Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante
CRE: O Índice de rendimento/desempenho acadêmico médio
EMI: Ensino Médio Integrado
EPT: Educação Profissional e Tecnológica
FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFEs: Instituições Federais de Ensino
IFPB: Instituto Federal da Paraíba
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IVS: Índice de Vulnerabilidade Social
JIFs: Jogos Intercampi do IFPB
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA: Lei Orçamentária Anual
MEC: Ministério da Educação
MHD: Materialismo histórico-dialético
NIS: Número de Inscrição Social
PAE: Política de Assistência Estudantil
PAPE: Programa de Apoio à Permanência do Estudante
PBF: Programa Bolsa Família
PE: Produto Educacional
PPA: Plano Plurianual
PRAE: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PNE: Plano Nacional de Educação
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
REUNI: Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SM: Salário Mínimo
SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 A vulnerabilidade social: algumas ponderações sobre esta categoria	22
2.2 A PNAES, o papel do Serviço Social na Educação e a importância da Assistência Estudantil na EPT	26
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA	34
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA	41
3.4 ASPECTO ÉTICO DA PESQUISA	44
4 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO	45
5. PERFIL DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS DADOS DO IVS	56
6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO	71
7 O PRODUTO EDUCACIONAL (PE): CARTILHA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	89
7.1 Avaliação do produto educacional (PE)	94
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	119

1 INTRODUÇÃO

A educação ocupa lugar de centralidade na dinâmica social, pois desde o nascimento, o ser humano começa a ser educado, por meio das relações estabelecidas com pessoas da família, amigos e através do convívio social em outros espaços como igrejas e, reconhecidamente, na escola.

Entende-se a educação de maneira ampliada, como coextensiva ao ato de viver e vinculada ao processo de produção das relações sociais (Grinspun, 2001), acrescenta-se com base na teoria Marxiana que a educação faz parte do processo de constituição do ser humano-genérico, ou seja, como um ser humano por inteiro.

Historicamente, contudo, sabe-se que a educação formal foi negada para a parcela majoritária da população. No cenário educacional brasileiro, vivenciou-se uma dualidade marcante entre as elites e a classe trabalhadora, uma vez que, durante décadas, estudar era privilégio restrito a pessoas abastadas.

Conforme Ramos (2014), tal quadro foi alterado paulatinamente, principalmente, a partir da necessidade de qualificação profissional para uma maior quantidade de pessoas a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico do país.

Desse modo, ressalta-se que a educação não pode ser entendida apartada dos processos que acontecem na relação sociedade/Estado cuja dinâmica é perpassada pela questão social, definida como o conjunto das expressões da desigualdade social da sociedade capitalista madura e das formas de enfrentamento adotadas a partir da luta de classes (Iamamoto, 1999).

Como afirma Ciavatta (2014), a educação para a classe trabalhadora foi oferecida historicamente voltada à prática profissional, porém de modo limitado porque a articulação entre educação e trabalho estava orientada para uma “meia educação”, a serviço do mercado.

Abreu (2009) reforça essa leitura ao afirmar que as práticas educativas estão inseridas em um nexos orgânico entre racionalização da produção, organização do trabalho e cultura, articulando interesses econômicos, políticos e ideológicos na

formação de um modo de vida adequado ao projeto societário das classes dominantes.

Na contemporaneidade, principalmente, a partir da década de 1990, as políticas públicas, inclusive a educação, têm enfrentado uma série de desmontes relacionados ao contexto do neoliberalismo, com intensa tendência à privatização, ataques ao funcionalismo público e às instituições democráticas, além do congelamento de investimentos, como estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

As consequências desse processo agudização da questão social dificultam o acesso e a permanência na escola, porque além dos estudos existe a necessidade de garantir as condições de subsistência. Assim, o ambiente escolar reflete múltiplas expressões da sociedade contemporânea.

Como aponta Almeida (2007), os processos de afirmação juvenil mediados pelo consumo, o uso precoce de drogas, a influência do narcotráfico, a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais, a perda de atratividade da escola como meio de ascensão social, a precarização do trabalho docente, a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a negação da profissionalização da assistência no campo educacional, são algumas das muitas expressões da questão social.

Esse contexto é o pano de fundo no qual esta pesquisa foi desenvolvida. O *locus* de nosso trabalho é a educação técnica integrada ao ensino médio, mais precisamente no ambiente escolar do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Santa Luzia que também é o espaço sócio-ocupacional desta pesquisadora e assistente social, cujo exercício profissional foi ponto de partida para definição do tema e justificativa desta pesquisa.

Como objetivo geral almeja-se avaliar a concepção dos discentes sobre a assistência estudantil. Contando com o consentimento dos(as) responsáveis foram abordados adolescentes que fazem parte do 2º ano do curso Técnico Integrado em Informática e em Sistemas de Energia Renovável os quais já tiveram oportunidade de participar das ações e atendimentos da assistência estudantil e puderam

concorrer ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante, auxílio financeiro ofertado pela Instituição.

Como diferencial que aponta para relevância da pesquisa, buscamos avaliar a visão dos estudantes sobre a assistência estudantil, analisar as realidades familiares e a maneira como os(as) estudantes compreendem os serviços e benefícios ofertados pela Instituição, a fim de propor estratégias que se alinhem às suas demandas reais.

O estudo pretende analisar como os estudantes compreendem a assistência estudantil, quais concepções eles têm sobre essa política, seus programas e ações. Ademais, houve a intenção de investigar se a assistência estudantil consegue atender aos objetivos dispostos na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelecida através da Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024.

Desse modo, pretende-se avaliar se as ações e benefícios propostos pelos normativos conseguem preencher ou, ao menos, minorar as lacunas na aprendizagem que podem estar relacionadas à vulnerabilidade¹ decorrente de hipossuficiência econômica ou mesmo de violações de direitos. Nesse sentido busca-se dar voz a esses sujeitos para que avaliem a política da qual são beneficiários.

A pesquisa também oportunizou analisar a atuação do serviço social se a prática profissional tem se mantido alinhada aos princípios ético-políticos da categoria, aos interesses da classe trabalhadora e de acordo com a missão, visão e valores dos Institutos Federais de Educação.

Ressalta-se que este trabalho teve como ponto de partida a vivência do cotidiano profissional como assistente social, e as discussões desenvolvidas nas reuniões promovidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que evidenciam a necessidade de compreender qual o perfil e as particularidades socioeconômicas e o contexto familiar dos discentes no IFPB.

¹ A categoria vulnerabilidade será abordada mais detalhadamente no capítulo 2, referente à fundamentação teórica.

A relevância deste trabalho, portanto, está em subsidiar o fazer profissional do serviço social e das ações pedagógicas, como forma de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Ao decifrar essa relação, será possível contribuir para que professores e demais profissionais compreendam melhor as condições de vida de cada estudante atendido(a) pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), considerando o acompanhamento realizado junto a esses dos(as) discentes.

Dito de modo direto, o objetivo geral do trabalho foi avaliar as percepções dos estudantes acerca dos programas e benefícios oferecidos pela assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba no Campus Santa Luzia, identificando pontos positivos, áreas de melhoria e o impacto percebido dessas iniciativas na vida acadêmica e pessoal dos beneficiários. Para tanto, foi preciso desdobrá-lo em metas específicas, organizadas ao longo dos capítulos:

Principalmente, ao longo do Capítulo 2, desenvolvemos o objetivo específico: Refletir sobre as concepções apontadas pelos documentos, legislação e a literatura tomando categorias de análise como a educação e a assistência estudantil. Nessa parte, realizamos algumas reflexões sobre o processo histórico tanto da EPT, como pensamos sobre a implementação da assistência estudantil dentro da política educacional, refletindo sobre a inserção do(a) assistente social no espaço sócio-ocupacional da educação.

No capítulo 3, nos detivemos à metodologia da pesquisa, onde destaca-se também a relevância do estado da arte que demonstrou que o tema desta pesquisa é pouco explorado. O desenvolvimento dessas reflexões serviu como base à fundamentação teórica e como lastro para discussão.

As considerações sobre a atuação do serviço social na assistência estudantil e os desafios/ possibilidades relacionadas à sua materialização no Instituto Federal da Paraíba estão situadas especialmente ao longo do Capítulo 4.

Em seguida buscamos caracterizar o perfil socioeconômico e familiar dos discentes contemplados com o Programa de Apoio à Permanência do Estudante

através de levantamento das informações contidas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Portanto, no Capítulo 5, foi exposto um perfil dos discentes com base no Edital 02/25, lançado pelo campus Santa Luzia e referente à análise socioeconômica para o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS.

Também propusemos o objetivo específico: Verificar o entendimento dos estudantes sobre o IVS e o Programa de Apoio à Permanência do Estudante, avaliando se os objetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil estão sendo alcançados. Para tanto, as respostas dos discentes ao questionário foram submetidas à análise crítica utilizando o método histórico dialético, principalmente, ao longo do Capítulo 6 dispusemos as reflexões.

Os resultados obtidos revelam que os discentes ainda possuem uma visão restrita sobre a assistência estudantil, concentrando-se nos auxílios financeiros. Em resposta a isso, apresentamos uma cartilha como produto educacional exposto mais detalhadamente no Capítulo 7. Buscamos que a cartilha possa facilitar o acesso aos benefícios e ações da assistência estudantil, contribuindo para a permanência e êxito no percurso formativo dos estudantes.

Nas considerações finais, apresentamos a avaliação sobre a assistência estudantil. De modo geral, os discentes reconhecem a importância da assistência estudantil, mas sem relacioná-la à formação integral, ou seja, não percebem a AE como uma ponte até uma educação que possibilite um meio de transformação de vidas.

Esperamos que a pesquisa e o produto educacional contribuam para que os discentes percebam que a assistência estudantil tem objetivos amplos. Especialmente em uma sociedade capitalista marcada por profundas desigualdades e oportunidades desiguais de partida, a AE além de favorecer as condições de permanência na escola, é uma política essencial para a construção de uma consciência crítica que permita escolhas capazes de impulsionar a transformação social, a equidade e a busca por uma vida mais digna.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicia-se esta fundamentação teórica tomando-a como um alicerce da pesquisa enquanto um “instrumento mediador da relação sujeito-objeto” (Setubal, 1995, p. 65). A partir dela foram delineados alguns conceitos e observadas as legislações e documentos importantes para embasar o estudo e dialogar com autores que já apresentaram contribuições significativas sobre a educação e a assistência estudantil.

Nesta perspectiva, a base teórica do trabalho apoia-se em normativos legais como a Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e autores como: Almeida (2003); Iamamoto (1999); Abreu (2009); Netto (2011); CFESS (2001 e 2013) para fazer a discussão sobre o serviço social na educação; bem como, importantes autores como Ciavatta (2014); Ramos (2014) e Grinspun (2001) para as contribuições nas análises relativas à educação.

Parte-se, assim, da concepção de que a educação possui sua função social estratégica porque tanto pode servir para reproduzir valores da classe dominante, conforme a visão althusseriana, como pode ser instrumento de transformação, quando promove condições críticas para interpretar a sociedade e a dinâmica social.

Diante disso, é preciso refletir: quais concepções estão em disputa quando se trata da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)? E a quem, de fato, essa modalidade deve servir?

As respostas variam conforme o projeto de sociedade adotado. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), publicou um documento em 2010, no qual destacou os princípios e fundamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na época recém-criados, situando-os como política pública voltada à formação humana integral.

Segundo o documento, a EPT é política pública na qual “a formação humana e cidadã precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se

permanentemente em desenvolvimento” (Setec, 2010, p.6). Essa diretriz confere à educação profissional e tecnológica um papel emancipador, afirmando seu caráter público, gratuito e socialmente referenciado.

Entretanto, mesmo diante dos avanços alcançados é preciso reconhecer que a política pública tem um caráter contraditório. Como assegura Behring (2003), elas resultam de embates entre classes e são concessões do Estado: ao mesmo tempo em que respondem às necessidades de reprodução social, também asseguram as condições de manutenção/reprodução do capitalismo. Yazbek (2014) complementa essa análise, afirmando que as políticas públicas interferem tanto na reprodução da acumulação quanto na reprodução social das classes subalternas.

A trajetória da educação profissional no Brasil reflete exatamente essa correlação de forças. Historicamente, coexistiram dois projetos: um que defendia a centralidade do mercado com caráter pragmático, voltado à formação de mão de obra para o mercado; e outro, progressista e transformador que defende a educação como um direito e um meio de emancipação humana.

A disputa entre esses projetos se expressa na própria configuração da Rede Federal, em que a EPT foi muitas vezes questionada quanto à sua legitimidade e o seu financiamento público foi colocado em dúvida, principalmente, aquele destinado à formação técnica de nível médio.

Apesar das tensões, os Institutos Federais representam a afirmação de um projeto societário progressista comprometido com a democratização do conhecimento, com a inclusão social e com a transformação da realidade. Nesse contexto, a educação é compreendida como um processo que visa proporcionar ao sujeito condições de um enriquecimento, por meio de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida. Como é ratificado pelo trecho abaixo:

“O papel que está previsto para os Institutos Federais é garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social” (Setec, 2010, p.21).

Dessa forma, o direcionamento defendido neste trabalho alinha-se à compreensão de que a EPT deve promover o desenvolvimento humano integral, crítico e ético.

Ademais, devemos ter em mente que a sociedade está em constante transformação cultural, científica e tecnológica, e tais mudanças impactam o modo de conceber a educação e vivenciá-la dentro e fora do ambiente escolar. As relações sociais, cada vez mais dinâmicas, alteram continuamente o modo de ensinar e aprender, exigindo da educação um papel ativo na formação de sujeitos críticos e criadores.

Por ter esse entendimento, Grinspun (2001) defende que a finalidade do ensino médio integrado consiste em:

“formar um indivíduo na sua qualidade de pessoa humana, mais crítico e consciente, para fazer a história do seu tempo com possibilidades de construir novas tecnologias, fazer uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana e ter as condições de convivendo com outro, participando da sociedade em que vive transformá-la em termos mais justos e humanos” (Grinspun, 2001, p. 43).

De outro lado, a ampliação das políticas neoliberais e o avanço das tecnologias geram repercussões profundas no mundo do trabalho, na cultura e, conseqüentemente, na vida cotidiana. Vive-se um contexto de competitividade crescente, mas, o fracasso escolar não deve ser compreendido como responsabilidade individual do estudante. Ao contrário, deve ser analisado à luz das condições objetivas e estruturais que condicionam o processo educativo.

Essas transformações impactam não apenas a escola, mas o próprio sentido social do trabalho. De acordo com Antunes (2015), a globalização e o desenvolvimento tecnológico, longe de reduzirem o tempo de trabalho, intensificaram a exploração laboral. Surge, assim, o conceito de “nova morfologia do trabalho”, que descreve as novas formas de precarização estrutural vividas pela “classe que vive do trabalho” diante da crise mundial do capital.

Ainda conforme Antunes (2015), apesar dos avanços tecnológicos empregados na produção não há diminuição das horas da jornada de trabalho, pelo contrário, ocorre a intensificação da produção com novas exigências ao trabalhador: como a exigência do alcance de metas cada vez mais elevadas. O processo de flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização e a subcontratação tornam-se instrumentos de intensificação da exploração, ampliando o lucro à custa da instabilidade e da insegurança social.

Como resultado, surgem novas configurações familiares, demandas emocionais complexas e vários desafios para a permanência escolar, especialmente entre os estudantes da classe trabalhadora, impondo maiores situações de vulnerabilidade e risco social.

As transformações discutidas até aqui evidenciam que a trajetória escolar dos estudantes não pode ser analisada de forma isolada das condições estruturais que atravessam suas vidas. Esse entendimento nos direciona a abordar um tema fundamental para interpretar tais condições: a vulnerabilidade. Sem esgotar seu debate, introduzimos a seguir alguns aspectos que justificam sua presença nesta investigação.

2.1 A vulnerabilidade social: algumas ponderações sobre esta categoria.

O debate sobre vulnerabilidade ganhou maior centralidade nas políticas públicas brasileiras a partir dos anos 2000, com a regulamentação pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que passou a reconhecer que indivíduos e famílias podem vivenciar diferentes graus de fragilização em seus contextos de vida.

Esse normativo explicitou que a vulnerabilidade social é expressa por diferentes situações, sendo multideterminada. Ou seja, vai além da precariedade e do pouco acesso à renda, estando também atrelada às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos.

Autoras como Sposati (2009) e Behring (2003) contribuíram para ampliar a compreensão desse conceito, destacando que ele não se reduz à pobreza, mas envolve um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e relacionais. Salienta-se que para uma parcela da população é necessária a aplicação de políticas públicas que forneçam proteção social sem exigência de contribuição.

Nos editais e processo de seleção da assistência estudantil do IFPB, concebe-se vulnerabilidade social como expressões da questão social, relacionadas ao empobrecimento da classe trabalhadora, tanto em virtude das dificuldades materiais para manutenção da sobrevivência, como também das situações de discriminação e de violação de direitos, que interferem na forma de viver dos trabalhadores e de suas famílias.

Não obstante, o termo vulnerabilidade também é amplamente adotado por organismos internacionais e em discursos neoliberais, que imprimem ao conceito uma noção individualizante. Oras atribui-se ao sujeito a responsabilidade por sua situação, ligando à ideia de meritocracia. Oras impõe a proteção social, primeiramente, à família numa desresponsabilização do Estado.

Contudo, esse tipo de discurso esconde que à raiz da desigualdade é estrutural, a nossa análise com base marxiana e adoção do materialismo histórico-dialético (MHD), permite enxergar as contradições inerentes. Por exemplo: tomar a família como alvo da PNAS é importante para superar visões com foco apenas no sujeito, mas também é problemático porque pode representar uma sobrecarga diante da impotência protetiva.

Conforme Mészáros (2005) explica, não é possível superar as desigualdades dentro do capitalismo. Portanto, não trata-se de incapacidades pessoais, mas de implicações estruturais que ainda são perpassadas por outros tipos de questões. Por exemplo, vemos questões de gênero quando a proteção e o cuidado recaem, principalmente, sobre a mulher.

Concomitantemente, as mudanças econômicas e sociais das últimas décadas alteraram os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, especialmente, a partir do aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Esse processo foi intensificado tanto a partir do controle de natalidade, possibilitado pelos diversos métodos de contracepção, como pela necessidade de ampliação da renda familiar.

Essa reconfiguração do mundo do trabalho tem repercussões diretas na estrutura e nas relações familiares e atinge diretamente a educação, uma vez que as condições de vida dos discentes e de suas famílias são afetadas por essas dinâmicas econômicas. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a sobreposição de responsabilidades, domésticas e profissionais, têm produzido tensões significativas na vida cotidiana das famílias.

Essas transformações são especialmente visíveis no Nordeste brasileiro. Dados do Censo de 2022 revelam que em oito dos nove estados da região, mais de 50% das famílias são chefiadas por mulheres. Entretanto elas continuam entre as que mais enfrentam desemprego, subemprego e menores rendimentos. A sobrecarga financeira e emocional dessas mulheres tem impacto direto sobre a educação dos filhos e na rotina familiar.

Por isso, muitas vezes, a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças e adolescentes precisa ser compartilhada com a rede de apoio, constituída de amigos e vizinhos ou mesmo pela própria escola. É comum ouvir, nas falas dos responsáveis durante atendimentos sociais, expressões como: “ele(a) passa mais tempo no IFPB do que em casa”, “o campus é a segunda casa dele(a)”. Tais afirmações revelam um deslocamento da função educativa tradicionalmente atribuída à família, que passa a ser parcialmente delegada à escola.

Em alguns casos, a família também não consegue acompanhar de perto o processo educativo porque os responsáveis não podem se ausentar do trabalho para ir à uma reunião de pais e mestres, pois uma ausência até mesmo quando justificada pode representar um risco, uma ameaça de desemprego.

Em algumas famílias, a necessidade de subsistência exige que estudantes trabalhem para contribuir com a renda. Ou pode ser necessário cuidar de irmãos mais jovens ou de familiares doentes. Esses fatores, associados à precariedade das

condições de vida, impactam diretamente o rendimento escolar e o bem-estar emocional dos(as) estudantes.

Percebe-se que às vezes, o lar é o espaço onde ocorrem as violências, como foi evidenciado durante a pandemia de COVID-19 quando houve um aumento significativo da violência doméstica².

O retorno às aulas presenciais também evidenciou uma série de desafios como muitas situações de ansiedade e dificuldade de concentração que precisam ser atendidas na rede de saúde, demonstrando que a proteção social exige articulações entre as políticas públicas.

Diante desse cenário, torna-se inadequado culpabilizar o(a) estudante ou a família lhes atribuindo toda a responsabilidade quando não há um bom desempenho escolar. Da mesma forma, não se pode atribuir exclusivamente à escola o papel de suprir todas as lacunas do processo educativo.

Assim, pensar sobre a conjuntura e nas vulnerabilidades que perpassam a vida dos estudantes e o sistema educacional brasileiro é parte essencial para entender e intervir sobre problemáticas como: *bullying*; *cyber bullying*; automutilação; depressão; violência doméstica e insegurança alimentar que são expressões da questão social vivenciadas no ambiente escolar.

Por isso, à luz do materialismo histórico-dialético, entende-se que as dificuldades enfrentadas pelos discentes refletem um conjunto de fatores estruturais, resultantes das condições econômicas e sociais em que estão inseridos. Cabe, portanto, deixar claro que a categoria “vulnerabilidade” ao ser tratada neste trabalho não refere-se à incapacidade dos sujeitos de alcançar determinados bens ou direitos, mas a situações cuja raiz está no modo de produção capitalista.

A escola nesse contexto, torna-se um espelho das contradições e desigualdades existentes na sociedade: reflete tanto o “belo” quanto o “feio” de nossa realidade social, portanto, a assistência estudantil tem um papel salutar na

² Esse fato veio a público principalmente a partir de estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) como pode ser visto em: <https://brasil.un.org/pt-br/85450-chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-em-meio-%C3%A0-pandemia-do-coronav%C3%A9rus>

busca pela redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da justiça social no percurso formativo dos estudantes.

2.2 A PNAES, o papel do Serviço Social na Educação e a importância da Assistência Estudantil na EPT

A ampliação do acesso à educação nas últimas décadas está diretamente relacionada à ampliação do acesso, principalmente, por meio de políticas que enfrentam as desigualdades sociais e econômicas vividas pela classe trabalhadora. É nesse contexto que se insere a Assistência Estudantil, entendida como política pública essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos discentes.

No âmbito da educação, em 2010, ocorreu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabeleceu um conjunto de ações voltadas ao apoio da trajetória estudantil, incluindo alimentação, transporte, moradia, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico. Recentemente reforçado com a Lei nº 14.914/2024 que institucionalizou essa política pública e trouxe diretrizes mais claras e ampliadas para sua execução.

Ademais o avanço das políticas afirmativas, especialmente, após a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas e posteriormente atualizada pela Lei nº 14.723/2023, representaram um marco na democratização do ensino público ao reservar um percentual de cinquenta por cento das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, também possibilitando concorrer pelo critério de renda (até 1 salário mínimo per capita).

Conforme aponta Munanga (2003), o reconhecimento da Lei das Cotas enquanto uma forma de reparação histórica representa um avanço significativo, mas que ainda se mostra insuficiente porque a ampliação do acesso não elimina as desigualdades de uma sociedade dividida em classes.

De modo semelhante, a institucionalização da PNAES deixa evidente uma tensão quando a lei amplia direitos, mas continuam a ocorrer restrições orçamentárias que implicam uma assistência estudantil seletiva e focalizada,

mantendo formas de hierarquização do acesso. Para superar a visão assistencialista que entende a PAE enquanto favor, é necessário reforçá-la enquanto política pública de direito.

É facilmente constatado que ao ampliar o acesso é preciso garantir as condições de permanência, pois após a matrícula continuam presentes na vida dos estudantes várias expressões da questão social. Tal fato impõe o desafio de implementar estratégias que os afastem de situações como a evasão e a retenção provocadas por hipossuficiência financeira, violações ou falta de acesso a direitos.

Nesse sentido, percebe-se uma tendência na literatura, principalmente, a partir da década de 1980, referente ao predomínio de "pesquisadores da eficácia escolar" e "teóricos do gerenciamento", que têm dedicado maior atenção às pesquisas com temas voltados à “evasão” e ao “êxito”, mas sem necessariamente buscar alterar a realidade social dos estudantes.

Busca-se pensar na permanência estudantil como uma exigência para possibilitar maiores chances de conclusão com êxito dos estudantes da classe trabalhadora, volta-se para a possibilidade de transformar o contexto social por meio da educação.

Não obstante, as instituições de ensino públicas dependem do orçamento/financiamento para custear seu funcionamento e manutenção, e o cálculo que define o recurso financeiro toma por base parâmetros quantitativos. Segundo o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPB (2017-2027), no Instituto Federal da Paraíba (IFPB):

“a retenção e evasão estão agressivamente presentes em nossos resultados educacionais, causando desperdícios econômicos e sociais para a instituição e a sociedade, representando para nós, educadores, indicadores que nos desafiam a tomada de atitudes positivas para o enfrentamento deste problema, visando ao atendimento da nossa missão de incluir e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável” (Resolução 24/2019, CS-IFPB, p. 16, 2019).

O enfrentamento da evasão e retenção, tal como aponta Almeida (2007), fazem parte de uma realidade complexa, que geralmente demandam profissionais para além do corpo docente, cuja missão precípua é educar /formar. Ou seja, o não há condições de concomitantemente atender a outras funções decorrentes do lugar estratégico que a escola ocupa.

Ainda assim, no ambiente escolar é possível identifica-se demandas que exigem intervenção articulada a outras políticas sociais. Por isso, a comunidade escolar, acaba por necessitar da intervenção de profissionais especializados, que preferencialmente devem atuar de maneira interdisciplinar e intersetorial para atender os demandantes de forma integral. O serviço social tem a competência de atuar com alunos, suas famílias, demais profissionais da escola e em articulação com a rede socioassistencial e movimentos sociais.

Segundo o documento Subsídios para a Atuação do Assistente Social na Educação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013) no âmbito da política de educação o trabalho do assistente social abrange a garantia do acesso à educação escolarizada; assim como, perpassa a permanência dos estudantes nas instituições educacionais; a garantia da qualidade do ensino e a gestão democrática.

Dito de outro modo, os assistentes sociais são profissionais necessários à política da educação porque ao atuar diretamente com as expressões da questão social vivenciadas pelos discentes podem contribuir para minorá-las. Agora é possível que você venha a se questionar “quando” o serviço social começa a atuar na educação e quais suas competências nesse espaço sócio-ocupacional?

A inserção do assistente social na educação remonta a década de 1930, como apontam Iamamoto e Carvalho (1995), porém, esse espaço sócio-ocupacional figurou como um “campo de atuação profissional que minguou com o tempo” (Almeida, 2003, p.3), por isso, é compreensível quando alguns desconhecem sobre a atuação do assistente social na educação.

Acredita-se ser pertinente um resgate histórico para entender quais concepções ganham espaço e de que modo acontece esse entrelace da política da educação e a atuação dos assistentes sociais.

Logo quando a educação profissional começou a ser implementada havia um viés assistencialista, pois, as Escolas de Aprendizes Artífices (1909) foram concebidas como mais uma forma de assistência aos “desamparados” e de manutenção da ordem social (Ramos, 2014).

Essa lógica era semelhante antes do serviço social ser institucionalizado como profissão, suas bases foram confessionais, onde as assistentes sociais eram damas da sociedade com boas condições financeiras e atuação pautada na benemerência, caridade e no ajustamento de comportamentos (Iamamoto; Carvalho, 1995).

A década de 1930 serviu para intensificar a concepção do ensino profissional, voltado ao trabalhador. Na Constituição Federal de 1937, há referência ao público da educação profissional como sendo a camada pobre da sociedade, mantida pela contribuição daqueles que tinham recursos financeiros para arcar com as taxas escolares. Desta forma, havia uma transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade em relação à educação (Lopes, 2021).

Isso começa a mudar somente a partir da industrialização do país quando o foco passa a ser profissionalização. Na década de 1940, algumas leis orgânicas (industrial, comercial, agrícola) previam o atendimento às necessidades dos estudantes que não tivessem meios financeiros suficientes, agora na perspectiva de permanência escolar e não manutenção da ordem e moral.

Ainda segundo a autora, na década de 1950 e 1960, há o regulamento do ensino industrial e foram criados os programas nacionais da Merenda Escolar e do Livro Didático. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 previu a Assistência Social Escolar como incumbência dos sistemas de ensino para o provimento de “serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem” aos seus discentes.

Posteriormente, a LDB de 1971 destina atenção ao ensino de 1º e 2º graus, assim, havia previsão de auxílios para material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. No ensino superior, as instituições passam a atuar numa perspectiva de atendimento com ações mais amplas, passam a buscar meios para oferecer residências e restaurantes universitários.

No âmbito do serviço social, principalmente, a partir de 1979, quando ocorre o Congresso da Virada, os profissionais vêm buscando romper com ações conservadoras e moralizantes, com a adoção de um projeto ético-político alinhado aos interesses da classe trabalhadora e com a teoria crítica do MHD.

No mesmo sentido, a partir da década de 1980, no processo de redemocratização do país e em um contexto de lutas sociais em prol de direitos. Observa-se que a Constituição Federal do Brasil de 1988 apresenta dentre os princípios que orientam o ensino: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Nesse contexto, está presente o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que demonstra preocupação com a situação de vulnerabilidade dos estudantes e suas dificuldades de permanência. Assim, o FONAPRACE se articulou ao Ministério da Educação (MEC) para desenvolver um estudo sobre o perfil socioeconômico e cultural dos discentes das Instituições Federais de Ensino (IFEs) em prol de políticas de apoio ao estudante e formação com qualidade.

Na década de 1990, no cenário internacional, ressalta-se que a política assistência estudantil na educação também foi posta como necessária para superação de obstáculos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deliberou em Conferência que a igualdade no ensino precisaria ir além do acesso e incluir suporte financeiro e educacional adequados para quem vivia em comunidades pobres ou marginalizadas.

Nessa década também há a ascensão do projeto neoliberal que defende um Estado mínimo para os gastos sociais. Assim, a LDB de 1996, em seu Art. 4º assegurou o dever do Estado de atender ao educando da educação básica com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, mas, contraditoriamente, a mesma lei determinou que a assistência ao estudante não seria parte das despesas do ensino.

Neste ínterim, foi promulgada a Lei 8.662/1993 que institucionalizou a profissão de assistente social no Brasil, exigindo o nível superior em Serviço social, isto possibilitou superar as primeiras protoformas e as bases confessionais cujas profissionais eram mulheres da alta sociedade com moral e idoneidade atestada,

geralmente, de classe social elevada e que por “vocação” prestavam ajuda aos necessitados como caridade e benevolência (Iamamoto; Carvalho, 1995).

Essas formas de atendimento aos pobres, paulatinamente, se mostram insuficientes face à agudização das expressões da questão social, engendradas no capitalismo cuja raiz é a contradição: a produção precisa ser coletiva mas a apropriação dos resultados é privada. O grande contingente de pessoas vivendo nas ruas, mendigando, cometendo crimes, ou seja, ameaçando a ordem social e representando um risco, um alerta de perigo constante, assim o Estado passa a ser cobrado por respostas.

Desse modo, a lei que regulamenta a profissão de Assistente social é um importante marco para nortear a atuação profissional, assim como as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 que juntas definem o Projeto ético-político da formação profissional do assistente social e embasam a formação dos assistentes sociais.

Além disso, principalmente, ao longo das últimas três décadas do século vinte, as mudanças no mundo do trabalho exigiram um “conjunto diversificado de requisições no campo educacional” e a educação passou a ser vista pelos assistentes sociais com “um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social” (Almeida, 2003, p. 3).

Portanto, o reconhecimento da necessidade da atuação do assistente social na educação faz parte do conjunto de respostas às requisições advindas do processo de reestruturação produtiva cujas consequências implicam uma agudização da questão social³. Conforme Rua (1997, p.3), isso pode ser explicado porque o problema deixa de situar-se no “estado das coisas” e passa a pressionar o sistema e se apresentar como problema político.

Justifica-se porque a inserção de assistentes sociais na educação teve a legitimação pelo Estado, através da oferta de códigos de vagas para assistentes

³ Ressaltamos que a questão social é uma categoria adotada como o objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais, amplamente estudada dentro da literatura profissional, pode ser resumidamente definida como o conjunto das expressões da desigualdade social da sociedade capitalista madura e as formas de enfrentamento adotadas a partir da luta de classes (Iamamoto, 1999).

sociais na educação federal, que ocorreu principalmente a partir do estabelecimento do Decreto nº 7234/2010 (PNAES) e sua recentemente instituição como política pública através da Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024.

Importa destacar que após mais 20 anos de luta, houve a aprovação da Lei nº 13.935/2019⁴, que determina que toda a rede pública de educação básica no país deve contar, agora, com a presença de psicólogos, psicólogas e assistentes sociais em suas equipes multiprofissionais.

Essa conquista parte de demandas de profissionais da área da educação dos Planos Nacionais de Educação (PNEs), principalmente os de 2001-2010 e 2014-2024. Observa-se que as discussões no âmbito da educação favoreceram a organização institucional das ações da assistência estudantil, política pública estratégica para ampliação das oportunidades aos estudantes, especialmente, aqueles de baixa renda.

Por outro lado, a educação profissional também sofre as influências do avanço do neoliberalismo, passando por reformas que tendem à um tecnicismo e reforçam dualidades. As alterações no currículo vão na contramão de um ensino integrado no sentido ontológico, como discute Ramos (2014). Há de se destacar que o contexto econômico e político também está imbuído no processo de assistência e tem influência sobre as formas de seguridade social ofertadas através de políticas públicas pelas instituições, em consonância com Almeida (2007).

Verificamos a tendência marcante, principalmente, a partir de 1990, de políticas de enfrentamento da pobreza e garantia de renda mínima conforme estudado por Aldaíza Sposati (1997). Na assistência estudantil esse direcionamento é visto a partir do atendimento, principalmente, através da oferta de auxílios financeiros, as “bolsas” destinadas aos discentes.

Contudo, ainda segundo Almeida (2007, p. 6), percebe-se que a sobrecarga administrativa imposta aos professores, aliada à visão que a assistência social se

⁴ No momento vivencia-se a luta pela implementação dessa lei que vem ocorrendo de maneira diferenciada em cada Estado, dependendo de articulações políticas para conseguir orçamento, realização de concursos públicos ou contratações, além de condições de trabalho.

reduz ao assistencialismo e gera “conformismo” nas famílias, despertando preocupações sobre o papel dos assistentes sociais nas escolas. Tal reflexão foi suscitada porque a maneira como a presença dos assistentes sociais nas escolas é interpretada também relaciona-se às concepções existentes na sociedade.

A atuação de assistentes sociais no IFPB é voltada, principalmente, para o planejamento e execução dos editais do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e do Programa de Apoio e Permanência do Estudante (PAPE) que é o auxílio financeiro aos estudantes. Todos os alunos matriculados podem concorrer ao PAPE, porém o público prioritário são os(as) alunos(as) que declaram uma renda familiar de até 1 salário mínimo conforme preconizado na PNAES.

Na inscrição para o IVS, os(as) alunos(as) enviam documentações para uma análise que considera a composição familiar (idade, quantidade de pessoas), fatores econômicos relacionados à ocupação e renda dos membros familiares, distância do domicílio, dentre outros aspectos. São exigidos documentos de todas as pessoas que fazem parte do grupo familiar (RG, CPF, Carteiras de Trabalho e comprovantes de renda ou declarações sobre ocupação/desemprego dos maiores de 18 anos, dentre outros).

A documentação enviada na inscrição do IVS é analisada por um(a) assistente social do IFPB e gera uma pontuação para cada estudante, ou seja, o resultado é um índice individual mas que considera o contexto familiar. É importante destacar que partimos da concepção de que a análise socioeconômica não é meramente um instrumento burocrático, nem resumida a conferência de documentos, a análise é voltada para compreender a realidade de cada estudante.

Na análise da documentação buscamos responder a diversas perguntas: Quantas pessoas moram na casa? Quais suas idades? E a situação de trabalho dos maiores de idade? (Quem está trabalhando? Há desempregados? Há aposentados? Há renda informal? Qual a renda de cada pessoa maior de 18 anos?). A família tem Cadastro único ou recebem benefício social? Onde a família mora? (no mesmo Município do IFPB? Na zona rural ou urbana? Em que tipo de imóvel - próprio, alugado, financiado, cedido, assentamento?) Que tipo de transporte utiliza para vir estudar? É egresso de escola pública? Ingressou no IFPB por meio de cotas?

Todas essas perguntas, e, algumas outras, são partes constituintes das análises que fazemos, buscando ainda entender se há alguma informação importante sobre o contexto social que possam exigir outros tipos de intervenções ou encaminhamentos.

Contudo, por essa análise ser exigida, e portanto, atrelada ao processo seleção dos auxílios estudantis, há um recorte remetendo à focalização e à imagem da política de assistência destinada apenas para quem dela necessite por situações de hipossuficiência financeira.

Assim, aparentemente a assistência estudantil pode estar sendo percebida de forma restrita e resumida ao programa de transferência de renda e não como um política que visa desde o acesso, permanência e êxito dos discentes até processos educativos mais amplos em direção a uma sociedade mais justa.

Portanto, ao realizar essa pesquisa buscaremos conhecer o entendimento dos(as) estudantes sobre a assistência estudantil. Há o intuito de favorecer o entendimento sobre a assistência estudantil para que os(as) discentes consigam de fato participar dos programas e ações dessa política com a consciência que a PAE está contribuindo para a formação integral.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA

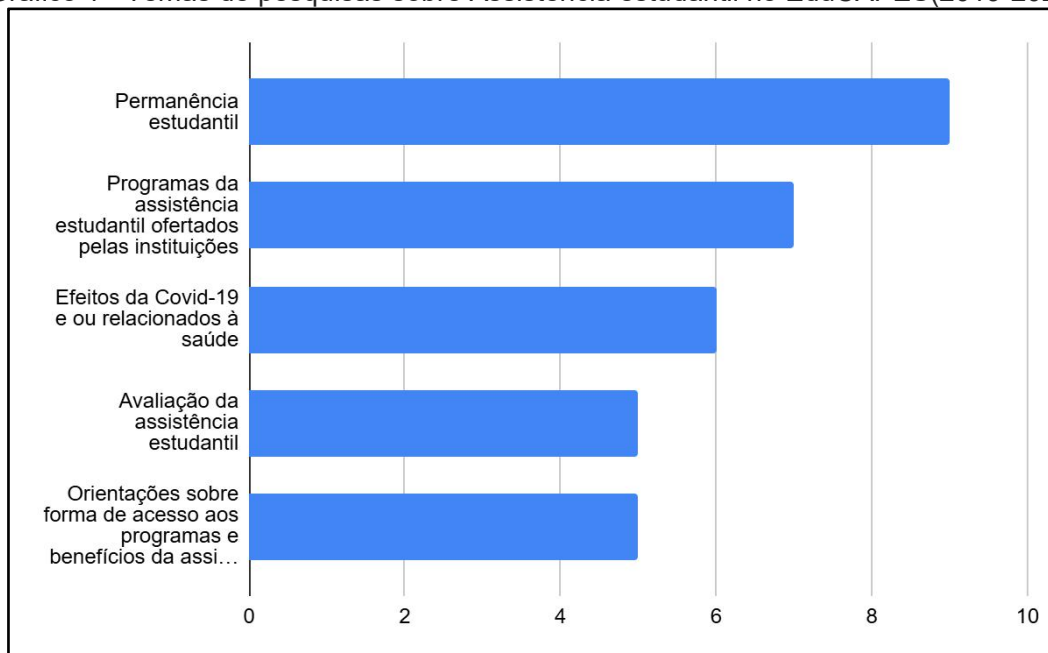
A fim de começar a entender o contexto mais amplo, como a assistência estudantil vem sendo implementada nas instituições de ensino vamos direcionar o olhar para o Estado da arte em relação ao objeto da pesquisa. Houve busca nas seguintes bases de referência: EduCapes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizou-se as palavras-chaves, utilizando conjunto lógico com as expressões: (“assistência estudantil*” OR “PNAES”).

Dada a abrangência das ações que podem ser desenvolvidas por assistentes sociais dentro de instituições de ensino, foi realizada pesquisa sobre dissertações que abordassem o tema da assistência estudantil no Portal Educapes cujo resultado

apontou 483 trabalhos. Aplicando o filtro por assunto também com o termo “assistência estudantil” a busca mostrou 78 resultados, dos quais 51 foram produzidos no período de 2019-2023.

Selecionamos 32 com base nos temas mais frequentes relacionados à assistência estudantil, fazendo o agrupamento pela semelhança dos assuntos em 4 categorias: permanência estudantil (9 trabalhos); sobre os Programas da assistência estudantil ofertados pelas instituições (7); efeitos da Covid-19 e ou relacionados à saúde (6); avaliação da assistência estudantil (5); orientações sobre forma de acesso aos programas e benefícios da assistência estudantil (5). Podemos verificar abaixo:

Gráfico 1 - Temas de pesquisas sobre Assistência estudantil no EduCAPES(2019-2023)



Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Em quantidade menor havia outros temas como: participação democrática na gestão da assistência estudantil; motivos de desistência dos estudos; ações afirmativas; identidade profissional; dentre outros.

Percebe-se que no geral os trabalhos voltam-se para os Programas ofertados pela assistência estudantil nas instituições de ensino, pensando na avaliação e em orientações sobre a forma de acesso aos programas e benefícios da assistência estudantil. Esse panorama parece revelar a preocupação e comprometimento com as orientações e qualidade do serviço, e eficiente execução dos recursos

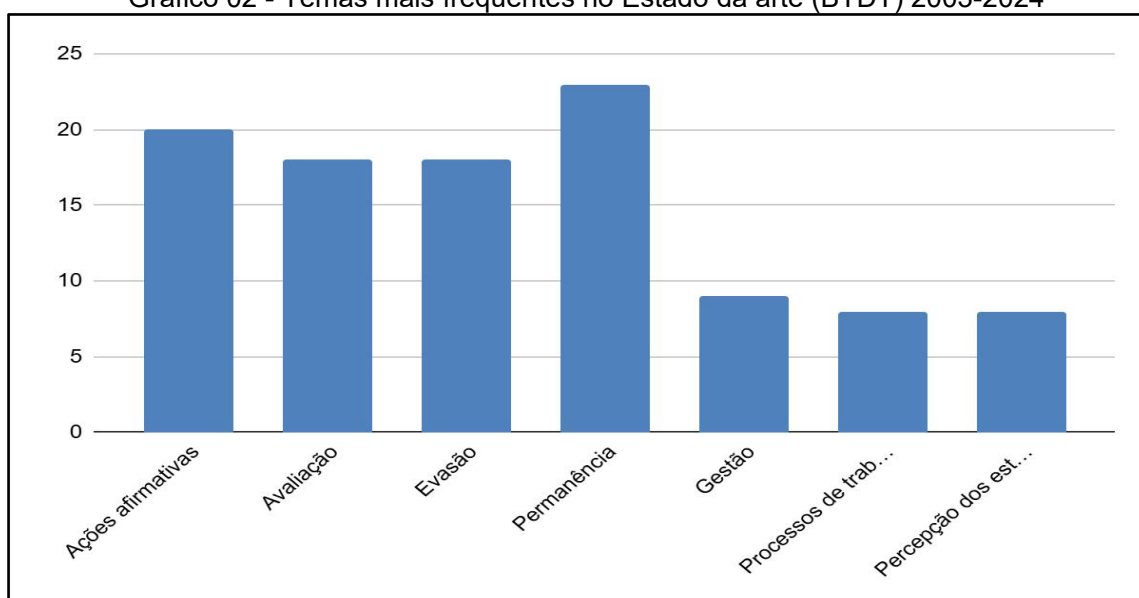
destinados ao pagamento de auxílios aos(as) estudantes no sentido de favorecer sua permanência e êxito.

Na BTDT, a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2024, com o resultado de 904 trabalhos, a partir 2003-2024. Dada a quantidade expressiva de textos, a partir do arquivo compilados através da ferramenta “Exportar no formato .csv”, disponível na referida base, houve a seleção dos materiais através da leitura do título, palavras-chaves e resumo de cada trabalho. Foram excluídos os estudos que não tinham como tema relação com a AE, além da remoção dos duplicados e de trabalhos realizados voltados para realidade do ensino superior.

Após a leitura dos assuntos, nova filtragem foi realizada porque alguns temas estavam relacionados à AE, mas não compunham o foco da pesquisa. Assim os seguintes critérios de exclusão foram usados: temas diretamente relacionados à saúde (enfermagem, psicologia, alimentação escolar, pandemia) e a assistência estudantil relacionada à modalidade de jovens e adultos tendo em vista que este público é bastante peculiar quando comparado aos adolescentes do ensino médio.

O resultado trouxe 187 trabalhos (mestrado e doutorado) com os temas mais frequentes sendo: Permanência (23); Ações afirmativas (20); Avaliação (18); Evasão (18); Gestão (9); Processos de trabalho (8); e Percepção dos estudantes (8), conforme podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 02 - Temas mais frequentes no Estado da arte (BTDT) 2003-2024



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Os demais trabalhos tinham temáticas diversas. Com foco naqueles diretamente relacionados ao tema, encontramos algumas palavras-chave: concepções, percepção, sentido e interpretações. Buscando especificamente por aquilo que os estudantes do ensino médio pensam sobre a assistência estudantil foram localizados apenas 8 trabalhos. Detalhados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Trabalhos com temáticas semelhantes à este trabalho

Ano de defesa	Autor(a)	Título	Sigla da instituição de defesa
2020	Leite, Maricelia Carvalho Moreira	Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista: Na concepção dos alunos beneficiários	UFRRJ
2021	Norberto, Juliana Alvim	A política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: percepções de alunos sobre acesso e permanência	CUB
2021	Moureira, Alline da Silva	A política de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde - na perspectiva de estudantes beneficiados	UFRRJ
2022	Torres, Mário André Camargo	Assistência Estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati: Interpretações à Luz dos Beneficiários	UNICENTRO
2023	Correia, Jociane Marta da Silva	Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia (Campus Jacobina, 2014 - 2017)	UFBA

2023	Maia, Francisco Ripardo	O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé: percepção dos discentes	IFAM
2023	Conceição, Leyde Lelma Vieira da	Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia-PA	UFRRJ
2024	Silva, Maria Rita Valões da	O assistente social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do ensino médio integrado	IFPE

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Portanto, consideramos que ainda são escassos os estudos que se voltam à percepção dos estudantes quanto à assistência estudantil, principalmente, o público dos cursos integrados. Assim, estamos diretamente implicados nessa realidade, pois temos o desafio de contribuir para entender e ofertar uma assistência estudantil que atenda aos objetivos da PNAES e da PAE do IFPB, no sentido de ofertar uma educação de qualidade, dando condições para que os discentes possam permanecer estudando e ter êxito no percurso formativo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa classifica-se como empírica, também chamada de pesquisa de campo ou aplicada. Observa-se que tal opção é carregada de intencionalidade e portanto, não há como propalar uma “neutralidade”, assim, conforme apontou Netto (2011, p.23), o pesquisador não ocupa um lugar de externalidade na relação sujeito-objeto, e ao buscar distinguir “aparência e essência”, ou seja, na apreensão da estrutura e dinâmica do objeto, também está imbuído no processo.

Isso posto, ressalta-se que dentro das pesquisas realizadas por assistentes sociais, num processo histórico e de amadurecimento intelectual da profissão, houve a necessidade de abandonar o positivismo, a fenomenologia e mesmo o ecletismo que já esteve presente nas produções do serviço social e são pontos polêmicos e largamente refutados na literatura profissional.

Ao passo que esses aportes teóricos mostraram-se insuficientes para análises da questão social que faz a categoria assumir hegemonicamente a teoria crítica. Desse modo a categoria assumiu o compromisso com os interesses da

classe trabalhadora, portanto, faz-se a escolha de adotar pressupostos da teoria Marxiana para nortear as análises a serem empreendidas nesta pesquisa.

Nesse sentido, adota-se a concepção pautada no Materialismo histórico dialético porque dentre as contribuições do trabalho de Marx, está a superação da dualidade do sujeito e objeto. Ademais, este método faz uma investigação equilibrada entre condições subjetivas e objetivas, considerando o movimento contraditório dos fenômenos sociais à luz da totalidade (Prates, 2003) e com intuito de possibilitar um diálogo com a realidade e os sujeitos, tomados-os como participantes e atores do processo educacional.

A partir dessas colocações iniciais sobre a metodologia, ou seja, sobre “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2009, p.14) é relevante destacar que na busca pela produção do conhecimento científico é preciso seguir a investigação “com o cuidado de uma pessoa que busca na imensidão de um universo obscuro algo perdido e de valor” (Setubal, 1995, p. 22), isso denota a humildade necessária para realizar uma pesquisa.

Acentua-se essa necessidade de humildade, principalmente, quando o embasamento teórico é um método tão complexo quanto o MHD, no qual: “começa-se pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples” (Netto, 2011, p. 42).

Portanto, nesse trabalho será realizado o esforço para compreensão com movimentos de aproximação e reaproximação que certamente tomará apenas um pequeno recorte da realidade e, possivelmente, criará novos questionamentos e reflexões. Sendo esse ciclo, entendido aqui, como necessário para produção de conhecimento, cuja principal expectativa é que seu resultado seja útil para aqueles que se interessem pelo tema.

Nesta pesquisa será utilizada a abordagem, predominantemente, qualitativa, pois considera-se que para estudar o perfil socioeconômico e familiar dos discentes contemplados com o PAPE, será preciso analisar e extrair as características mais incidentes nos dados, com precisão e de maneira quantificável para identificar os

elementos com maior recorrência e portanto imprescindíveis ao processo de compreensão das informações a serem coletadas.

Posteriormente, para que possam ser estabelecidas as articulações necessárias com os objetivos específicos da pesquisa e também com intuito de favorecer o processo interpretativo, será adotada a abordagem qualitativa para o tratamento dos dados e a análise dos resultados. Essa abordagem é ideal pois a mesma “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, como explica Minayo (2009, p. 21).

Existem produções importantes na área do serviço social na educação e também aquelas que versam sobre assistência estudantil, mas cada instituição enquanto espaço sócio-ocupacional, e, no caso em particular cada Campus, traz particularidades que lhes são próprias, considerando que as pessoas que ocupam esses espaços são singulares porque são subjetivamente diferentes.

Por isso, dentro da classificação elaborada por Gil (2002), esta é uma pesquisa predominantemente exploratória, haja vista que busca-se uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, ainda sendo necessário o aprimoramento de ideias.

Além disso, este trabalho é um estudo inicial, visto que o Campus Santa Luzia foi instituído por força da Portaria Ministerial nº. 1.213 de 20 de setembro de 2017, publicada em 21/09/2017, seção 1, página 36 do Diário Oficial da União.

O campus passou a ter assistente social na equipe em 2019, mesmo ano em que começou a ser adotado o IVS como instrumento de seleção para concorrer ao PAPE, num processo que se baseou na análise das experiências realizadas em outros Estados e após amplo debate das assistentes sociais do IFPB.

Assim, ainda de acordo com Gil (2002), convergimos para um tipo de pesquisa que visa proporcionar maior intimidade com o fenômeno estudado para encontrar aspectos gerais de um fenômeno pouco conhecido e caracterizá-lo em suas diversas nuances.

Buscou-se explorar o perfil dos discentes contemplados pelo PAPE e compreender a concepção construída pelos discentes sobre a assistência estudantil

suas relações com a permanência e êxito (ou não) trazendo à tona possíveis impactos da assistência estudantil para o processo educacional.

3.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

Dada a delimitação da problemática e dos objetivos propostos nesta pesquisa, o universo delineado é composto por aproximadamente 138 discentes, essa era a quantidade de matriculados em 2024 nas 4 turmas do curso técnico integrado de informática do IFPB, Campus Santa Luzia, tendo em vista que esse conjunto de alunos compartilham características comuns.

Conforme Gil (2002) essas semelhanças são um elemento central para definição da população, da qual pode-se destacar elementos importantes para pensar sobre a assistência estudantil, permanência e o êxito dos estudantes contemplados com o auxílio financeiro PAPE.

A escolha para o estudo desse grupo ocorreu dada a necessidade de analisar qualitativamente se a assistência estudantil vem conseguindo alcançar os sete objetivos preconizados na PNAES e na Política de Assistência Estudantil (PAE) institucional instituída através da Resolução CS 16/2018 IFPB.

Ao pensar sobre a amostragem como um processo estratégico para seleção de uma parte dos estudantes (ou amostra), considera-se que o resultado condensa uma diversidade de refrações porque cada pessoa faz suas interpretações de acordo com sua realidade.

Por isso, foi necessário que a amostragem fosse do tipo não probabilística porque uma amostra aleatória não seria a mais adequada, pois poderiam ser selecionados discentes que nunca tiveram acesso ao IVS/PAPE ou que geralmente costumam responder perguntas de forma muito direta, tendo dificuldade em questões discursivas ou na expressão de seus posicionamentos.

Para a análise do perfil dos discentes observamos as inscrições para o IVS, nas quais os alunos(as) enviam eletronicamente por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), as documentações necessárias para uma análise.

Assim, observamos o Ed. 02/2025 de IVS, o qual teve 67 inscrições que serviram como amostragem para observarmos o perfil dos discentes, permitindo a análise de dados como a composição familiar (idade, quantidade de pessoas), fatores econômicos relacionados à ocupação e à renda dos membros familiares, distância do domicílio, dentre outros aspectos, sendo uma fonte rica de informações.

Alinhando-se todos os elementos apontados até então, também observamos os dados referentes ao Ed.03/2025, da Direção geral, referente ao Edital do auxílio financeiro, o PAPE, realizado no primeiro semestre do corrente ano, no qual foram ofertadas 136 vagas.

Houve 140 inscritos, dos quais 121 dos estudantes fazem parte do Curso Técnico Integrado, destes 117 foram contemplados e 4 ficaram em lista. As outras 19 vagas ofertadas atenderam estudantes dos Cursos Subsequentes em Informática e Sistemas de Energia Renovável, ou seja, havia discentes contemplados com o PAPE de todos os cursos ofertados no Campus Santa Luzia.

Assim, constatou-se entre os(as) contemplados (as) com os auxílios uma prevalência entre os discentes das três turmas (1º ano, 2º ano e 3º ano) do Ensino Médio Integrado (EMI). Uma das hipóteses é que devido esses estudantes passarem mais horas na instituição conseguem se apropriar melhor sobre como funcionam os programas oferecidos pela AE.

Ademais, os discentes dos cursos subsequentes geralmente têm trabalhos e obrigações que vão além das atividades acadêmicas, sendo possível que tenham maiores dificuldades para reunir os documentos necessários à inscrição ou uma maior independência financeira.

Portanto, portanto optou-se por uma amostra do integrado cuja escolha justifica-se porque eles conhecem melhor os mecanismos da instituição, inclusive no que se refere à assistência estudantil. Outro fator que contribuiu para tal escolha é a viabilidade do acesso, pois foi preciso contar com a adesão para participar da pesquisa, além do necessário consentimento dos responsáveis, haja vista que a maior parte dos estudantes ainda não atingiram a maioridade, sendo adolescentes, sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento.

Considerando-se a importância dos estudantes já conhecerem o processo de seleção para participação no PAPE, entre os discentes do integrado, escolhemos como amostra os 68 alunos do 2º ano dos cursos integrados de Informática e de Sistemas de Energia Renovável, tendo em vista que eles estão cursando o ensino médio há pelo menos um ano, dentre os quais 50 estão contemplados com o PAPE.

Buscando o maior alcance possível dentre os potenciais respondentes, convidados todos os alunos das duas turmas para responder ao questionário sobre a AE. Dos discentes convidados, 42 responderam ao questionário sobre a assistência estudantil.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, elegemos o questionário porque este permite traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas, considerando que:

As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões consistem, pois, o elemento fundamental do questionário (Gil, 2002, p. 121).

Portanto, o questionário misto foi utilizado, tendo em vista que algumas questões foram fechadas, mas, principalmente através das perguntas abertas objetiva-se reunir informações sobre o que os discentes do EMI entendem como assistência estudantil.

O questionário está alinhado e construído de modo a capturar as percepções dos estudantes sobre a PAE, além disso, esse instrumental pode ser aplicado a uma quantidade maior de pessoas, se comparado por exemplo a uma entrevista. Um público alvo maior permitiu realizar uma análise crítica utilizando o MHD de modo a evidenciar mais nuances do que aquilo que é dito na aparência.

Conclui-se que metodologicamente o trabalho é perpassado pela busca, no sentido de procurar perceber as contradições entre os objetivos da PAE e a realidade concreta, no intuito de se aproximar da essência, de modo dialético, entender o que os estudantes entendem sobre a assistência estudantil.

3.4 ASPECTO ÉTICO DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa, solicitou-se autorização à Direção Geral do Campus Santa Luzia. A instituição proponente por meio de seu Diretor Geral, anuiu quanto ao desenvolvimento da pesquisa. De antemão, esta pesquisadora apresentou ao Sr. Diretor Geral as informações sobre o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológicas (ProfEPT), explicando a proposta da pesquisa, seus objetivos e os procedimentos metodológicos para a coleta de dados.

Depois da autorização do Sr. Diretor Geral, foi solicitado aos responsáveis a permissão para participação dos estudantes através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a demonstração de concordância, houve a aplicação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) aos participantes da pesquisa que são adolescentes estudantes das duas turmas em andamento do 2º ano do curso Integrado. Ambos os documentos contendo todas as informações acerca dos procedimentos do estudo foram lidos, assinados e entregues uma cópia de cada documento.

Nesse sentido, faz-se uma ressalva pois a pesquisa perpassa por temas e dados relativos a processo seletivo institucional, cujas análises são realizadas por assistentes sociais de maneira a respeitar o sigilo sobre as informações prestadas. O sigilo inclusive é uma garantia de proteção à privacidade do usuário e um instrumento de confiança no atendimento conforme disposto no Código de Ética profissional do(a) Assistente Social.

Em consonância com o exposto, ressalta-se que essa pesquisa também foi submetida ao Comitê de Ética CAAE: 88539725.3.0000.5185 e o projeto aprovado a partir do parecer 7.889.137.

Portanto, as características predominantes dos discentes serão demonstradas sem revelar a identidade dos sujeitos, mas permitindo a socialização de informações necessárias para delimitação do perfil do público atendido. Dessa forma, esse conjunto de informações ao deixar de estar no âmbito restrito, tem a

possibilidade de passar a favorecer novas reflexões e adoção de estratégias que alinhem as demandas estudantis com as possibilidades da instituição a partir daquilo que é aventado com a adoção do PNAES nos Institutos Federais de Educação.

4 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO.

Como visto até aqui, a assistência estudantil vem se constituindo como um apoio importante para democratização da educação, mas as ações e o alcance da AE são indissociáveis da dinâmica orçamentária. De modo geral, existe uma grande quantidade de demandas e representa um grande desafio atendê-las com o orçamento da educação.

Grosso modo, a quantidade de recursos que é destinada à educação depende da arrecadação de impostos e da sua destinação por meio da divisão orçamentária para cada política pública em diversos tipos de ações (educação, saúde, segurança, investimentos, etc).

A distribuição do orçamento é norteadas por três documentos principais: o Plano Plurianual (PPA) que define metas e programas de longo prazo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece prioridades e regras para o orçamento do ano seguinte. E a Lei Orçamentária Anual (LOA) que traz o detalhamento das receitas e despesas por órgão/programa.

A LOA é mais detalhada e tem impactos diretos na distribuição dos recursos, ela é enviada ao Legislativo (Câmara e Senado) para análise e votação, onde os Deputados e Senadores podem propor emendas (com limites constitucionais). Cada Campus do IFPB elabora seus planos de trabalho com base na LOA aprovada e o MEC informa quanto recurso teremos disponível.

Os recursos da AE são repassados de maneira fracionada, de acordo com o cronograma de desembolso definido pelo governo. São vários repasses financeiros, que geralmente nos primeiros meses de cada ano são de 1/12 de todo o orçamento previsto.

Portanto, nosso orçamento provém do MEC, que também destina recursos financeiros para as outras instituições de ensino. Por exemplo, em 2025, somente a Rede Federal está composta por 686 unidades e 1,9 milhões de matrículas de estudantes das 27 unidades federadas do país, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II⁵.

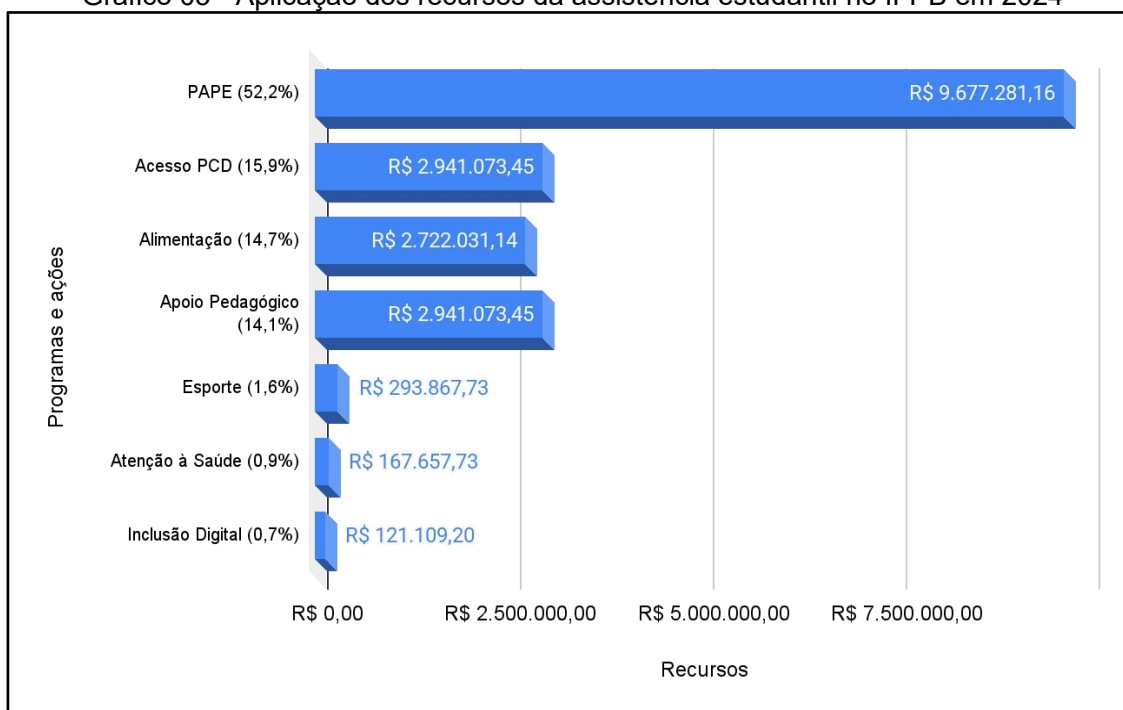
Além disso, os recursos precisam atender às modalidades da educação básica, da educação profissional e da educação superior. Portanto é necessário um parâmetro para divisão dos recursos, assim, utiliza-se a Matriz CONIF que é um modelo matemático que considera diversas variáveis como: o tipo de curso oferecido em cada instituição; carga horária; fator de esforço do curso e a quantidade de matrículas. A partir desses dados os recursos são distribuídos para as instituições de ensino da Rede Federal.

Em cada instituição há ainda a distribuição interna do orçamento, no caso, cada Campus recebe uma fatia que ainda é subdividida de acordo com o tipo de Ação a qual deve atender. Por exemplo, parte do montante que deve ser destinada à custeio (água, luz, despesas com contratos, dentre outras); outra parte para capacitação; outro montante para investimentos e uma fatia do orçamento destina-se à assistência estudantil.

Em 2024, o IFPB, considerando todos os 21 campi, recebeu à conta da Ação 2994 voltada à assistência aos estudantes, o valor de investimento de R\$19.658.163,62 contemplando 9.218 beneficiários(as) diretos. A seguir expomos o detalhamento da utilização:

⁵ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal>

Gráfico 03 - Aplicação dos recursos da assistência estudantil no IFPB em 2024



Fonte: Apresentação “O que dizem os dados? resultados da política de assistência estudantil do IFPB -2024”. Anna Clara Feliciano e Fillipe Perantoni. III Encontro de Estudantes do IFPB - 2025

Como pode-se observar o montante destinado a AE foi utilizado em sua maior parte para custear o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE): R\$ 9.677.281,16 (52,2%), seguido do Acesso e Acompanhamento Pedagógico para pessoas com deficiência: R\$ 2.941.073,45. Sobre esse último valor, investiu-se principalmente, na contratação dos profissionais especializados para atuar na Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) de cada Campus.

Outra aplicação significativa refere-se ao custeio para alimentação: R\$ 2.722,031,14, tal valor considera recursos utilizados nos restaurantes ou aplicado como complementação aos recursos recebidos para aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Percebe-se também que foram utilizados R\$ 293.867,73 para viabilizar ações relacionadas ao esporte (1,6%).

Na Atenção à Saúde foram investidos R\$ 167.657,73 (0,9%), nesse sentido ressalta-se que muitos Campi ainda não contam com profissionais da área da saúde como médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, nem psicólogos. Para Inclusão Digital foi utilizada a menor quantidade de recursos: R\$ 121.109,20 que

representou um investimento de 0,7%, possivelmente porque nem todos os campi conseguem destinar recursos para esses tipos de ações.

Processo semelhante ocorre em âmbito local, detalhamos a seguir sobre o orçamento da assistência estudantil no campus Santa Luzia nos últimos 05 anos (2020-2025):

Gráfico 4 - Orçamento da Assistência estudantil no Campus Santa Luzia ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados orçamentários (2025)

No Campus Santa Luzia, mesmo diante de momentos de contingenciamento aos recursos da educação, o orçamento recebido tem sido mantido e corrigido, ao mesmo tempo nos direcionamos para ampliação da quantidade de turmas e à abertura de novos cursos, assim busca-se que a quantidade de bolsas ofertadas acompanhe a quantidade de alunos ingressantes, mas esse é um desafio anual.

Fazendo um retrospecto sobre a evolução da Política de Assistência Estudantil (PAE) os primeiros pagamentos de auxílios ocorreram a partir de 2018, com a oferta de auxílio alimentação e auxílio transporte. Vale salientar que neste mesmo ano a PAE do IFPB foi reformulada, e consubstanciada na Resolução-CS-IFPB nº 16/2018.

Em 2018 também ocorreu a informatização dos processos seletivos através do SUAP. A partir de então, buscou-se a elaboração de critérios que pudessem ser utilizados por todos os Campi de modo uniforme e tivessem eficácia na aproximação da realidade dos estudantes, para isso foi constituída uma comissão de assistentes sociais para definir uma ferramenta adequada.

Enquanto a ferramenta não estava pronta, eram ofertados auxílios diferentes para cada finalidade como: transporte e alimentação. Neste período, o Campus Santa Luzia estava com suas primeiras turmas, dada a implantação ter ocorrido em 2017. Ainda assim, em 2018, foram ofertadas 40 vagas (20 alimentação + 20 transporte) sendo 34 estudantes deferidos, ou seja, contemplados com bolsas de R\$ 100,00. Identificamos que 09 discentes acumularam os dois tipos de auxílios.

Em 2019, no primeiro semestre, houve a implementação do auxílio moradia (R\$ 200,00) contemplando 03 estudantes. Houve oferta de auxílio alimentação (99 contemplados com R\$ 120,00 mensais) e 78 vagas para auxílio transporte (concorriam ao transporte municipal ou intermunicipal nos valores de 150,00 ou 200,00, respectivamente). Considerando-se todas as modalidades, foram ofertadas 180 bolsas e observa-se que 78 discentes acumularam alimentação e transporte, portanto, foram atendidos 102 estudantes.

No segundo semestre, foram disponibilizados outros 38 auxílios (20 alimentação de 100,00 e 18 transporte nos valores de R\$100,00 ou 150,00), nesse edital, 10 discentes acumularam os dois tipos de auxílios, ou seja, 28 alunos foram atendidos. Portanto, no ano de 2019, 130 estudantes foram contemplados com 218 bolsas, com quantidades de parcelas definidas em cada edital.

Apenas nos Editais Ed.01/2018 e Ed.16/2019 a quantidade de auxílios ofertados foi superior a demanda, restando sem preenchimento seis e duas vagas, respectivamente. Salienta-se que em 2018 havia apenas uma turma em andamento e em 2019 haviam 5 turmas.

Interessante perceber que nesse modelo onde o estudante concorre por tipo de necessidade (moradia, alimentação, transporte municipal e transporte intermunicipal) ocorria casos do estudante ficar em lista de espera na modalidade

escolhida, mesmo que houvesse vaga ociosa em algum outro tipo de auxílio. Exigindo a publicação de outro edital para que o orçamento fosse utilizado e o(a) estudante atendido(a).

Em 2020, a comissão de trabalho mencionada anteriormente, já havia proposto o índice para ser utilizado no IFPB, a proposta teve como principal base uma capacitação na qual foi socializada a experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) que utilizava o IVS.

Após os trabalhos da comissão, os campi⁶ do IFPB adotaram um índice semelhante e com a mesma nomenclatura de IVS, esta forma de análise almejava utilizar uma forma critérios imparciais e que contemplasse o máximo de variáveis de modo uniformizado.

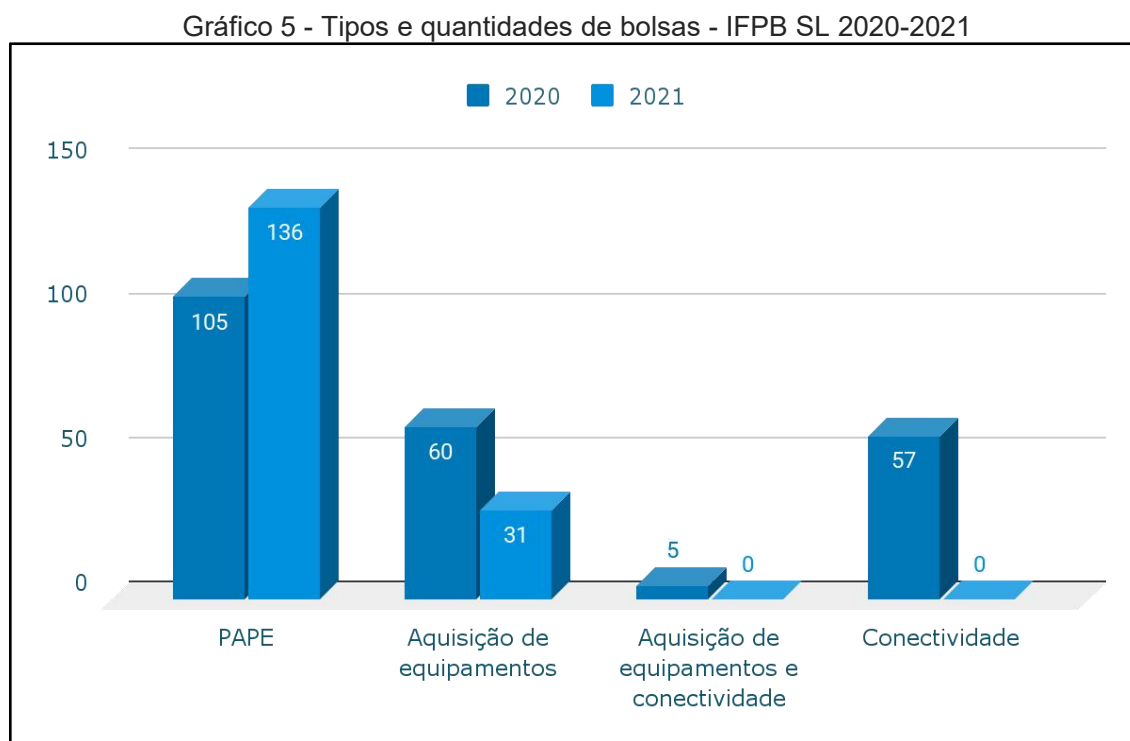
Este direcionamento vem sendo seguido dentro da Rede Federal, realizamos uma pesquisa em alguns dos Portais e conseguimos identificar que o IVS ou seleção semelhante, também é utilizado nos seguintes Institutos: Instituto Federal de Brasília (IFB); Instituto Federal do Pará (IFPA); Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Instituto Federal do Tocantins (IFTO); Instituto Federal de São Paulo (IFSP); Instituto Federal do Paraná (IFPR) e no Instituto Federal (IFRO).

Contudo, em 2020, primeiro ano em que o IVS estava sendo implementado na maioria dos campi, com necessidade de que o máximo de estudantes fizessem a inscrição, também tivemos a instauração da pandemia de Covid-19 e suas consequências na sociedade.

Dado que o período de quarentena impôs muitos desafios à manutenção da vida, principalmente, para famílias cujos responsáveis não tinham vínculos formais de trabalho. Nesse sentido, entendeu-se que a prestação do auxílio financeiro era ainda mais essencial, a categoria deliberou pela continuidade das seleções e prosseguimento dos Editais de IVS em andamento.

⁶ Alguns campi com maior quantidade de estudantes precisaram de mais tempo para iniciar a implementação do IVS, por questões da logística dos processos, mas todos os 21 campi atualmente utilizam esse modelo de seleção.

Durante esse período pensou-se na implementação de benefícios que colaborassem para que os discentes tivessem as condições necessárias para estudar de modo virtual. Assim, também foram realizados editais para empréstimo de equipamentos e a oferta de auxílio financeiro para Aquisição de *notebook* ou computador (R\$ 1.000 em parcela única) e para pagamento de contratos de internet, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SUAP (2025)

O intuito era que durante o período em que estavam vigentes as Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) os estudantes tivessem condições de participar das aulas de modo virtual.

Em 2021 com a continuidade das AENPs ainda ofertamos Editais do auxílio para aquisição de equipamentos que dessa vez poderia ser *tablet* ou computador/*notebook* (R\$ 800,00 ou 1.500 em parcela única), as vagas preenchidas foram todas preenchidas, pois a grande maioria dos discentes não tinham computador em casa.

Quanto ao auxílio conectividade, percebemos que alunos da zona rural enfrentaram dificuldades, pois em algumas regiões ainda não havia os

equipamentos necessários para que a rede chegasse até às moradias das famílias. Nesse sentido, também houve um programa do MEC, Alunos conectados, que disponibilizou Chips com internet para os estudantes.

Após o retorno das atividades parcialmente presenciais, no segundo semestre de 2021, a maior parte dos recursos voltou a ser direcionada ao PAPE para o atendimento das necessidades voltadas à permanência do estudante como transporte, alimentação, moradia e aquisição de materiais didáticos.

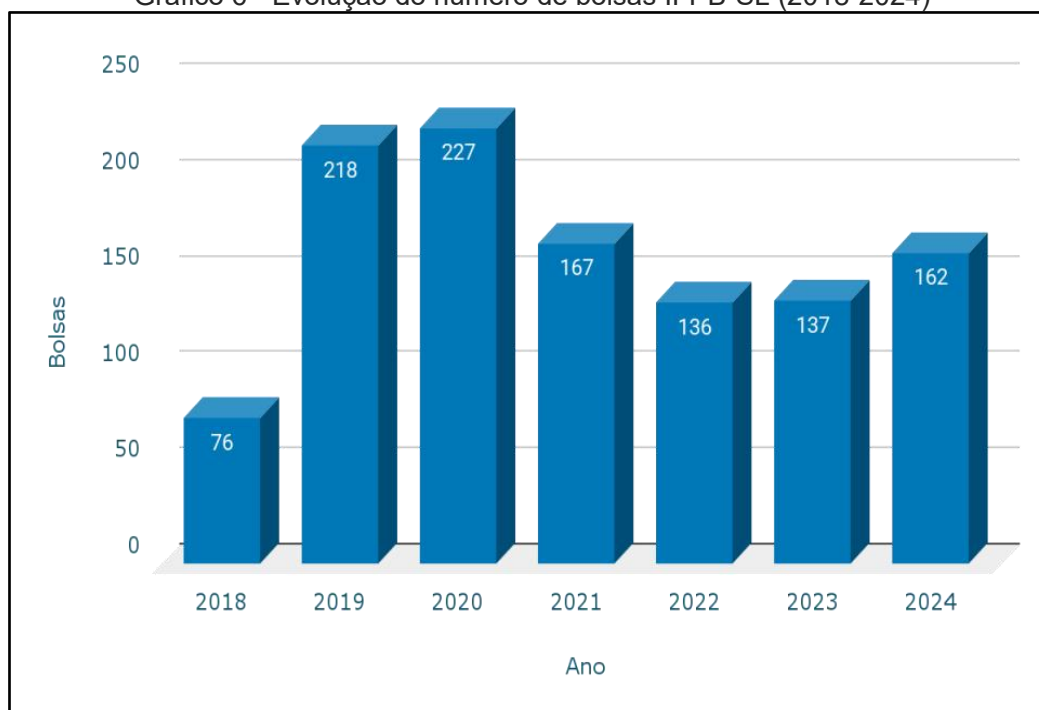
Salienta-se que o ensino presencial também exige o investimento noutras ações como: visitas técnicas; jogos escolares; eventos culturais, acadêmicos, entre outras atividades e quando é preciso atendê-las é necessário diminuir a quantidade de participantes ou o valor dos auxílios.

De modo geral, percebe-se ao longo dos anos de 2018-2024 que a quantidade de bolsas ofertadas vem contemplando quase a totalidade de inscritos no PAPE, ou seja, poucos estudantes não foram atendidos ou ficaram em lista de espera. Por outro lado, sabe-se que o valor ofertado está aquém das reais necessidades dos discentes.

Cabe destacar que nesse intervalo de tempo, enfrentamos dificuldades para preencher as matrículas dos cursos Subsequentes ao ensino Médio, repetidamente, mesmo com a divulgação realizada, não há candidatos suficientes para preencher as turmas. Além disso, nessa modalidade observa-se altos índices de evasão, uma problemática que é multifatorial e ocorre também noutros Campi, por isso, o Campus vem trilhando o caminho para extinguir as turmas do cursos Subsequentes e ampliar as do EMI.

Diante da diminuição de alunos nas turmas do subsequente e consequentemente menos alunos dessa modalidade concorrem aos auxílios, assim têm sido contemplados mais alunos do EMI. Segue abaixo a evolução do número de estudantes atendidos, considerando-se todas as turmas em andamento, mas com a grande maioria dos estudantes atendidos nos últimos 3 anos são do EMI:

Gráfico 6 - Evolução do número de bolsas IFPB-SL (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SUAP (2025)

Percebe-se que existe um esforço para continuar aumentando a quantidade de estudantes atendidos(as) com o auxílio PAPE. Além disso, busca-se atender a vários tipos de ações: ajuda de custo para despesas em visitas técnicas (as quais até 2024 ocorriam para todas as turmas do integrado); fomento à participação em atividades culturais, de pesquisa e extensão e nos jogos escolares; e em alguns anos também houve pagamento dos alunos selecionados para atividades de monitoria.

Observa-se a relação entre a demanda e a quantidade de benefícios oferecidos, em 2025 no campus Santa Luzia, do total de 186 alunos matriculados nos cursos integrados 128 tem IVS e 117 estão contemplados(as) com o PAPE. Um bom alcance, pois alcançamos 68,8% discentes do integrado que hoje possuem o IVS válido e continuamos a estimular para que todos os estudantes façam seu IVS para poder concorrer ao PAPE.

Há como meta ofertar a quantidade de auxílios bem próxima a quantidade de estudantes que possuem IVS, porém é sempre uma questão que precisa ser observada, principalmente, porque o orçamento recebido para a assistência

estudantil não é suficiente para que os auxílios financeiros sejam universais, ou seja, apenas parte dos estudantes matriculados conseguem ser contemplados.

Ao mesmo tempo, existe a necessidade de ajustar os valores ofertados, tendo em vista a inflação e aumentos em itens básicos como alimentação e transporte. Assim é importante analisar os indicadores referentes aos editais da AE, para tanto, utilizamos os dados disponíveis no SUAP, e detalhados abaixo:

Tabela 2 - Indicadores dos Editais da AE no Campus Santa Luzia

Indicadores dos Editais da AE					
Indicador	2020	2021	2022	2023	2024
Índice de Vulnerabilidade Social médio dos estudantes atendidos pelo Programa	6,74	6,36	6	6,05	4,95
Índice de rendimento/desempenho acadêmico médio (CRE) dos estudantes beneficiários	78	80,19	77,14	78,18	78,45
Valor médio do auxílio financeiro repassado mensalmente ao estudante	341,54	165,31	137,9	168,39	174,89

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Percebe-se a partir dos dados que a média dos valores sofreu pequenas variações, sendo a mediana de R\$ 168,39. Aplica-se uma ressalva quanto ao ano de 2020, porque o sistema considera o valor mensal ofertado e como houve o pagamento de auxílio emergencial para aquisição equipamento que, excepcionalmente, consistia em parcela única em valor mais elevado, houve uma elevação significativa do valor médio.

O Índice de rendimento/desempenho acadêmico médio (CRE) dos discentes atendidos tem uma média de 78,39 e mediana de 78,18, valores que tendem a melhorar tendo em vista o aumento das turmas do integrado em que a maioria dos discentes obtém notas acima da média estabelecida (70,00) como parâmetro para aprovação.

A pontuação média do IVS considerando esses 5 primeiros anos de execução é 6,02. Percebe-se que em 2024 houve uma diminuição da média da pontuação, neste ano, além da revisão periódica nos critérios que são utilizados como variáveis de pontuação na fórmula do IVS, também houve mudanças na legislação.

A promulgação da Lei Nº 14.914 que instituiu a assistência estudantil enquanto Política Nacional trouxe a mudança quanto à faixa de renda do público destinatário que antes era de 1,5 salário e passou a ser de 1 salário per capita. Isso implicou numa diminuição na quantidade de estudantes que se enquadram no público prioritário. Assim como, exige que o estudante seja oriundo de escola pública ou tenha cursado o ensino básico em escola particular na condição de bolsista integral.

Antes da vigência dessa nova Lei, na análise do IVS a origem escolar considerava o tipo público ou privado referente ao último ano antes de ingressar no IFPB, assim, existem alguns alunos que estudaram apenas 1 ano em escola particular que acabam sendo prejudicados, se comparada à situação aplicada no IVS anteriormente. Agora a origem escolar é definida a partir de todo o nível de ensino anterior.

Por outro lado, houve ganhos como equiparar o discente que estudou na situação de bolsista integral com os mesmos direitos de egressos de escola pública, mas devido a mudança ser recente a avaliação ainda carece de mais tempo para análises.

No geral, percebe-se que parcela significativa dos(as) discentes são oriundos de famílias da classe trabalhadora e em vulnerabilidade. Indício visto no fato de que por exemplo, do total de estudantes matriculados nos cursos integrados, 44 (23,65%) ingressaram por algum dos tipos de cota de renda⁷ e a partir das análises socioeconômicas que revelam que mesmo sem ingresso por cota há muitos estudantes no perfil de renda inferior a 1 SM per capita.

⁷ Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M., Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M., declarado PPI, Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M., declarado PPI, declarado PCD, Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1 S.M., declarado PPI e Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1 S.M., declarado Quilombola.

Além da renda, que tem peso significativo, vários outros indicadores são considerados numa análise social. Apesar das limitações quanto ao tempo, nossas análises buscam ir além de uma mera conferência documental. O intuito é conhecer os usuários e suas necessidades, por isso, a seguir vamos nos debruçar sobre o perfil dos estudantes do Campus Santa Luzia.

5. PERFIL DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS DADOS DO IVS

Diante do interesse de avaliar as concepções sobre a PAE do IFPB, Campus Santa Luzia, é preciso entender quem são os sujeitos usuários dos serviços desta política, por isso, foi realizado o levantamento nos dados disponíveis no SUAP a fim de delinear o perfil dos(as) estudantes.

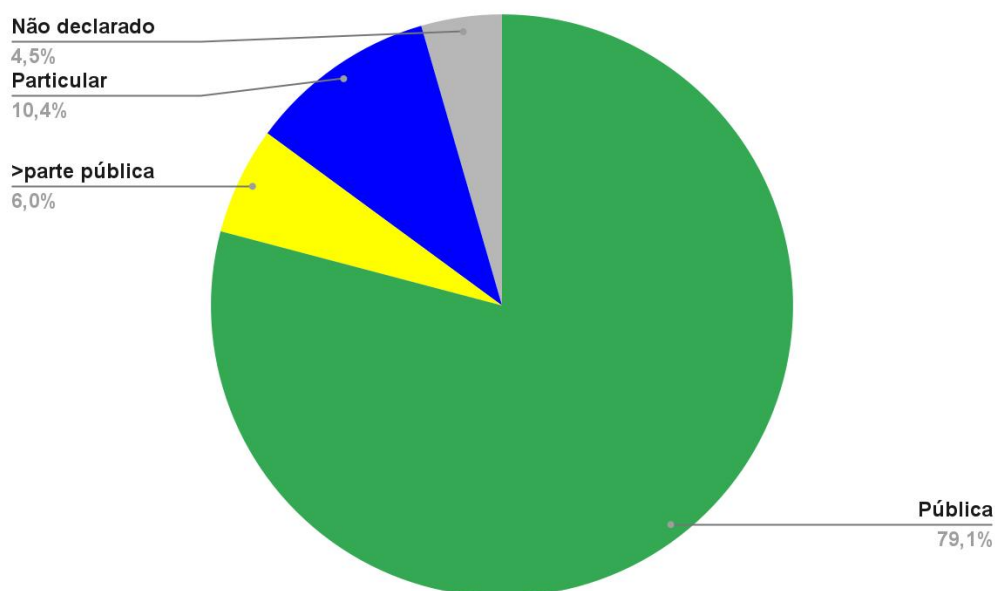
Para tanto, elegemos o Edital 02/2025 de IVS como fonte de dados, a escolha se deu porque este Edital era o mais recente e utiliza os critérios vigentes após as alterações impostas pela PNAES que passou a vigorar em 2024. No referido Edital houve 82 inscrições completas, das quais 67⁸ foram deferidas e 15 foram indeferidas, mesmo após os recursos⁹. A partir do resultado final percebe-se que o IVS mais alto foi 6,68 e o mais baixo 0,63, sendo a média dos IVS 4,70.

O primeiro dado que chamou atenção foi que 53 (dos 67) estudantes cursaram o ensino fundamental em escolas públicas, representando 79%. Em nossa análise tal dado corrobora com o entendimento inicial de que a maioria dos nossos discentes são egressos de instituições públicas. Vejamos:

⁸ Dentre essas inscrições apenas 6 são do Subsequente, portanto, também foram observadas no levantamento sobre o perfil dos estudantes.

⁹ Atualmente, durante o período de recursos os discentes podem acrescentar algum documento que tenha faltado na inscrição do IVS.

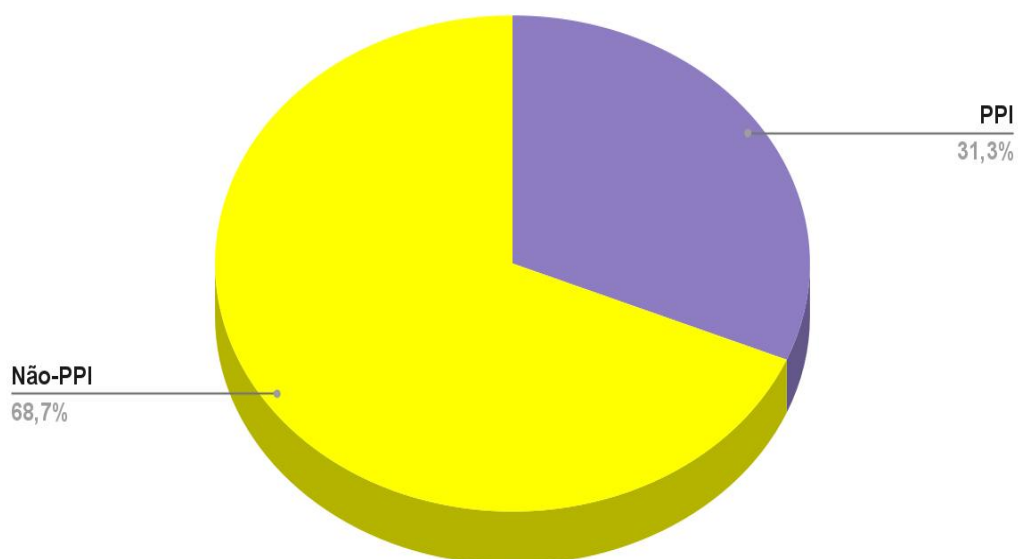
Gráfico 07 - Origem escolar



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Quanto a identidade etnico-racial, percebeu-se que 21 dos 67 estudantes, ou seja, 31,3% são pessoas pretas, pardas ou indígenas conforme dados do SUAP obtidos a partir do ingresso por meio de cotas, ou seja, esses candidatos passaram por seleção na qual se submeteram a avaliação da banca de heteroidentificação:

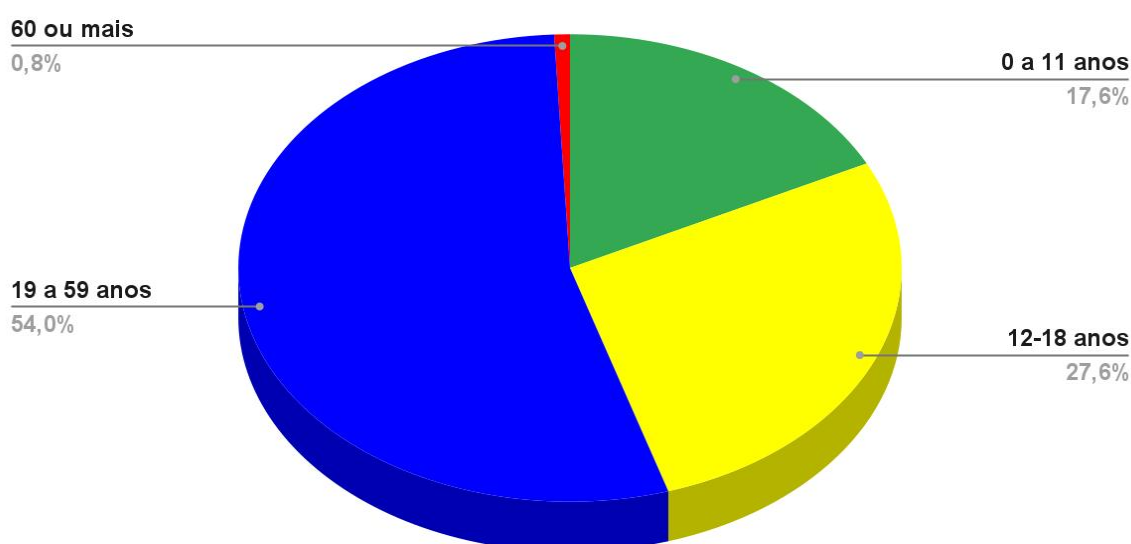
Gráfico 08 - Identidade étnico-racial



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Quanto à composição familiar, calculando o total de pessoas declaradas e dividido pela quantidade de inscrições, percebe-se que as famílias são compostas em média por 3,89 pessoas. Com maior frequência sendo o(a) estudante adolescente e os pais. O segundo padrão mais frequente é a composição por estudante, pais e um(a) irmão(a) crianças. Nesse sentido, surpreende o fato de somente em duas famílias haver a presença de idosos, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 09 - Idade das pessoas nas famílias

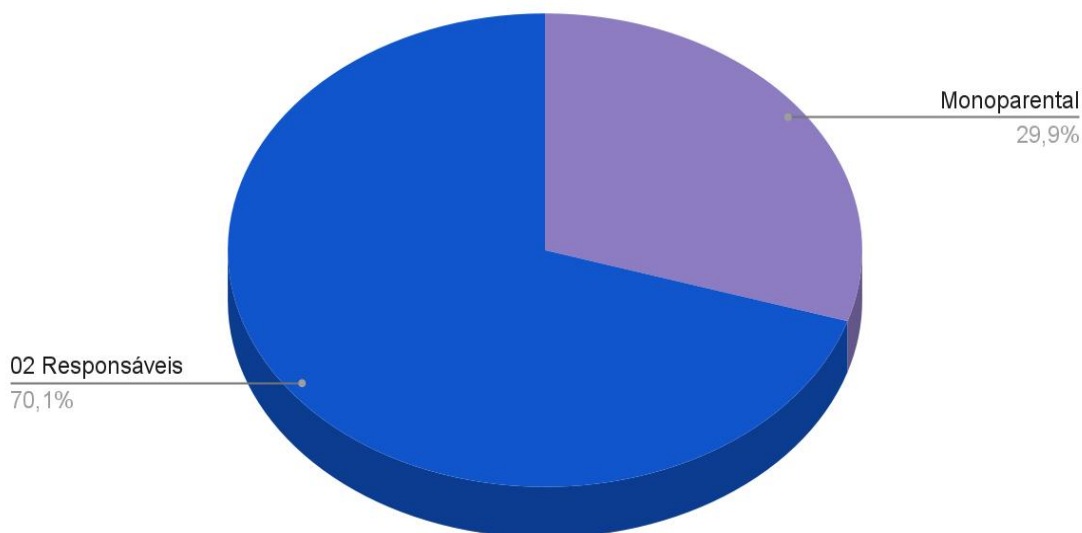


Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Observa-se que 141 pessoas nas famílias (54%) são adultos que estão em idade economicamente ativa. Nesse sentido, também analisamos quem é o(a) responsável familiar, bem como, se o cuidado e as responsabilidades são compartilhadas ou não.

Na maior parte das famílias há 02 responsáveis (47 famílias) representando 70,1% e em 20 famílias ocorre a monoparentalidade, ou seja, em 29,9% das famílias há apenas uma pessoa responsável por prover e garantir os cuidados relacionados à parentalidade. Segue a ilustração no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Quantidade de responsáveis na família

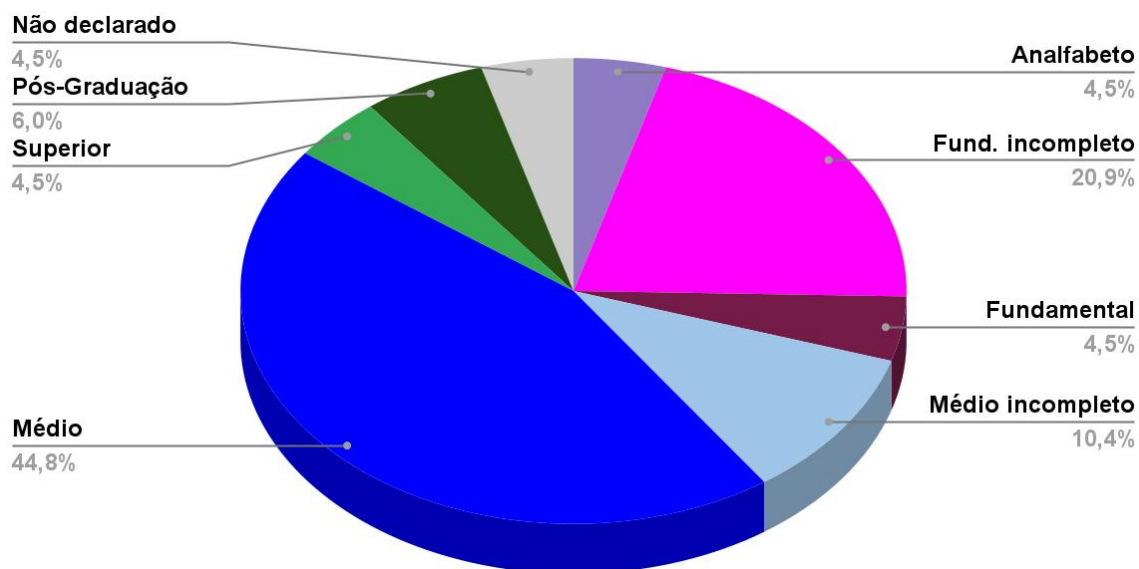


Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Em 12 dessas famílias a responsável familiar está desempregada e em 4 famílias exercem trabalhos informais; apenas 4 têm vínculo formal de trabalho. Tal fato muito provavelmente está relacionado à necessidade de permanecer mais tempo em casa para cuidar do lar e das crianças, sendo necessário recorrer a trabalhos esporádicos e programas de transferência de renda. Dentre as 20 famílias monoparentais, apenas 3 não possuem Número de Inscrição Social (NIS) nem são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ainda sobre os responsáveis familiares, foi realizada a análise sobre o nível de escolaridade dos responsáveis, sendo verificado que 3 responsáveis declararam ser analfabetos e 14 têm o Fundamental incompleto, ambas as situações são equivalentes em nossa análise por ser a situação mais vulnerável com possíveis dificuldades na leitura e de alfabetização numérica; 3 responsáveis concluíram o Ensino Fundamental; 7 iniciaram o Ensino Médio mas não concluíram; 30 responsáveis finalizaram o Ens. Médio, sendo essa a parcela majoritária; e 3 têm o Nível Superior; por fim, apenas 4 possuem Pós-Graduação e 3 não declararam.

Gráfico 11 - Escolaridade do(a) Responsável



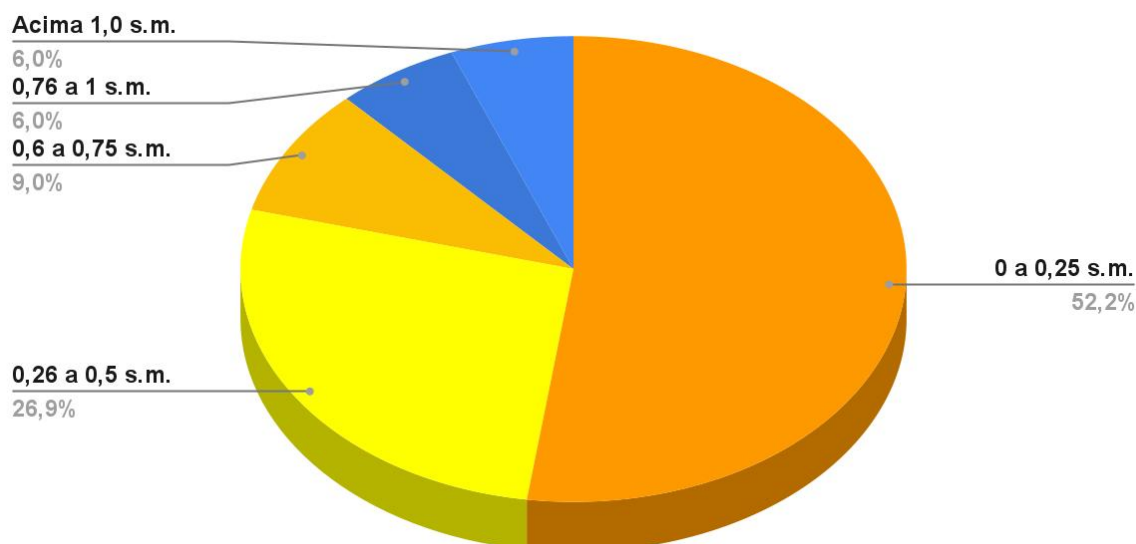
Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Assim, observa-se que mais de 30% dos responsáveis têm escolaridade até o nível fundamental, apesar de não ser o único determinante, esses dados relacionam-se à situação de emprego das famílias, considerando que o mercado de trabalho é cada vez mais seletivo e nossa sociedade nunca vivenciou uma situação de pleno emprego.

Em 46 famílias há pelo menos uma pessoa em situação de desemprego; 25 famílias têm pessoas sem vínculos formais de trabalho (bicos, trabalhos informais, trabalho rural, etc); 08 famílias têm adultos que são autônomos; 27 famílias têm ao menos uma pessoa com vínculo formal de trabalho. Quanto à renda per capita por família, essa merece destaque pois tem um peso considerável na fórmula de IVS¹⁰, na qual quanto menor a renda maior a pontuação atribuída, inclusive, sendo usada como critério de desempate quando as pontuações ficam iguais. Vejamos a distribuição por faixa de renda per capita abaixo:

¹⁰ A tabela de pontuação com as pontuações e respectivos pesos para cada tipo de situação estão presentes em todos os editais de IVS a fim de que o estudante possa ter acesso e fazer a conferência, caso julgue necessário.

Gráfico 12 - Faixa de renda Per capita familiar dos estudantes



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Conforme observa-se no gráfico, dos 67 inscritos, 35 estudantes declaram uma renda per capita familiar entre 0 a 0,25 salário mínimo (s.m.). Portanto, mais da metade dos inscritos (52,2%) pertencem a famílias com renda entre R\$ 0 a 379,50 reais. Sendo essa uma faixa de renda que, geralmente, é utilizada como patamar para participação em programas e benefícios sociais¹¹, as famílias dos nossos discentes são público elegível para políticas de transferência de renda.

Outros 18 estudantes comprovaram renda entre 0,26 a 0,5 s.m., falamos de R\$ 379,51 a 759,00 reais, então até meio salário representam 26,9% dos inscritos. Somadas essas duas faixas de menor renda observa-se que 79,1% das famílias sobrevivem com meio salário per capita ou menos.

Há ainda 6 estudantes cuja renda familiar per capita é de 0,6 a 0,75 s.m, ou seja entre R\$ 759,01 a 1.138,50 reais. Outros 4 discentes que declaram renda per capita entre 0,76 a 1 s.m. que está entre 1.138,51 a 1.518,00, esta faixa de renda pontua menos. Percebe-se que do total de famílias inscritas 94% possuem renda per capita de até 1 S.M.

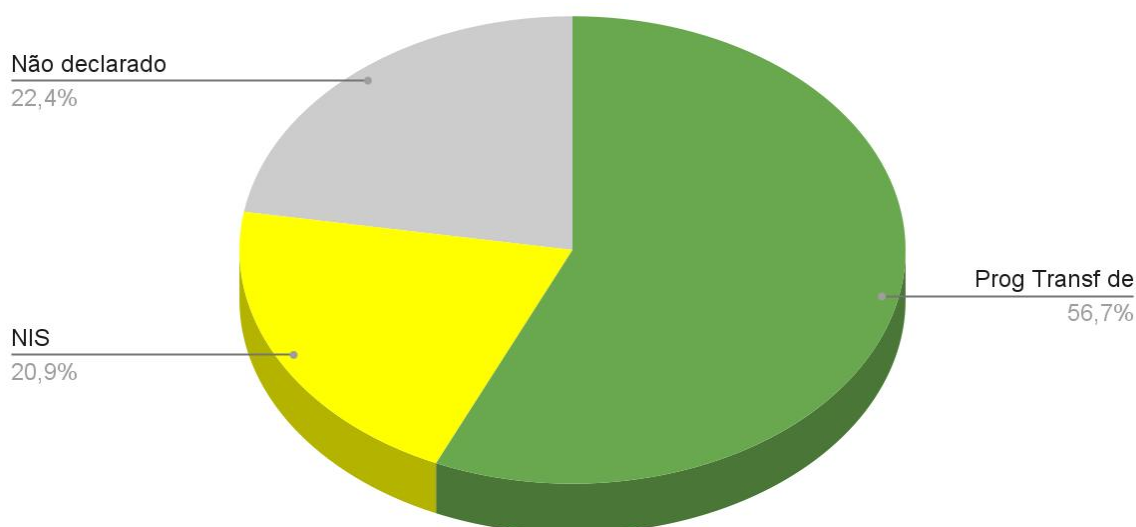
Por fim, também 4 estudantes declaram renda acima 1,0 s.m. por pessoa, nesses casos, não é gerada pontuação nessa variável. Mas fazemos uma

¹¹ No momento da pesquisa, para ser elegível ao Bolsa Família a principal exigência é que a renda mensal per capita da família não ultrapasse R\$ 218.

ponderação em relação às famílias que possuem empréstimos comprometendo a renda, essa situação acaba sendo desconsiderada porque analisamos a renda bruta.

Por essas características socioeconômicas, muitas famílias recorrem ao Cadastro Único como acesso ao Programa de transferência de renda com objetivo de melhorar as condições de vida e garantir os mínimos sociais. Assim, 52 famílias têm o Cadastro Único, destas: 38 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); 14 estudantes declaram que os responsáveis possuem NIS, mas não atendem aos critérios para receber o benefício e 15 discentes do não declararam, conforme visto abaixo:

Gráfico 13 - Cadastro Único ou participação em Programa social

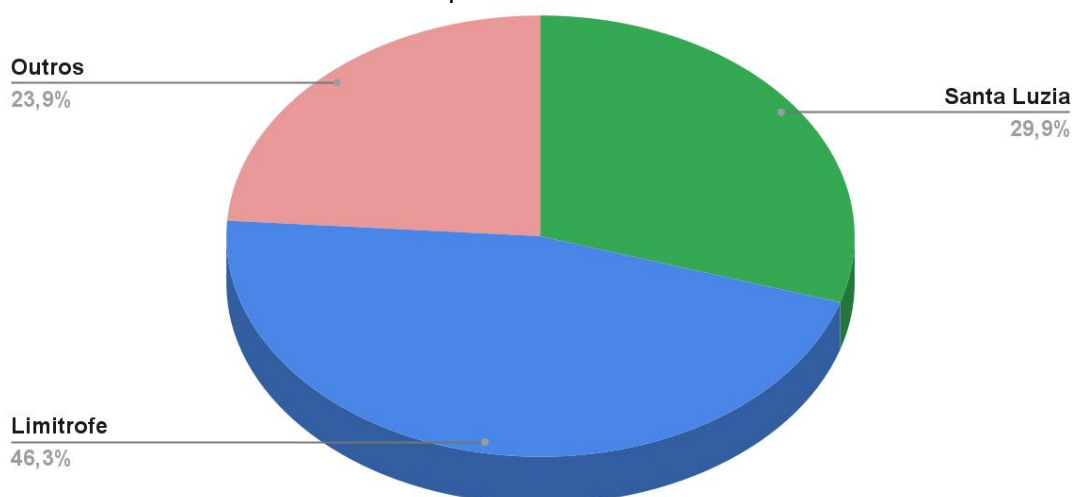


Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Em seguida observamos as informações relativas ao município de residência dos estudantes. Observamos que, diferentemente daquilo que poderia ser suposto, apenas 20 estudantes residem em Santa Luzia e 31 moram em Municípios limítrofes (20 no Junco do Seridó/PB e 11 de São José do Sabugi/PB) e 16 estudantes são de cidades mais distantes como Equador/RN, Parelhas/RN e Santana do Seridó/RN.

Dessa forma a quantidade de estudantes de outros municípios supera a quantidade de Santaluzienses matriculados, conforme percebe-se pelo gráfico abaixo:

Gráfico 14 - Município de Residência dos estudantes

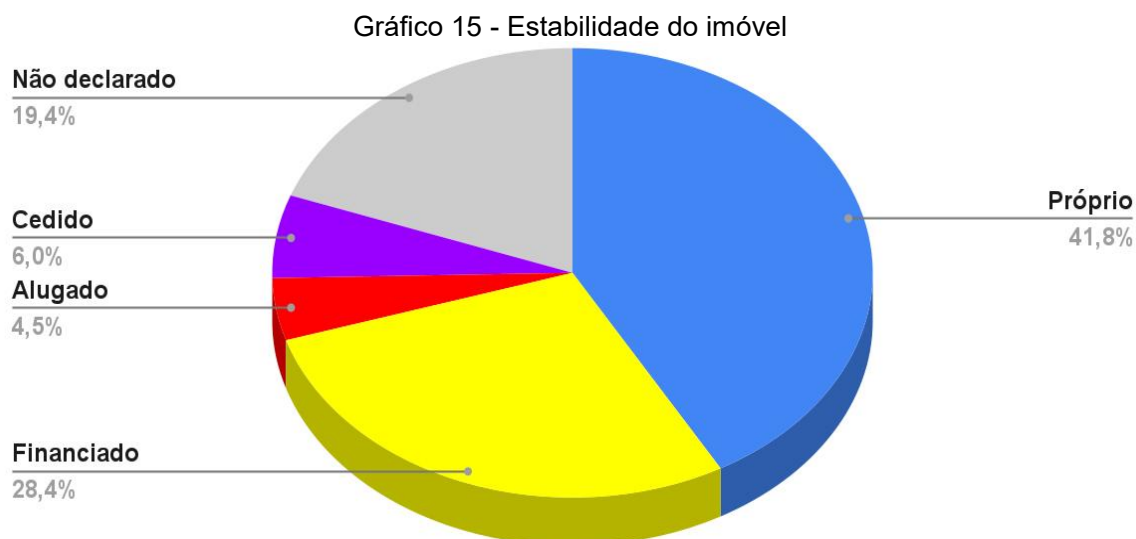


Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP (2025)

Além do local de residência, nos debruçamos sobre as informações relativas à estabilidade do domicílio. Quanto à segurança da garantia de moradia, percebe-se que 28 famílias residem em imóvel próprio, representando a maioria dentre aqueles que declararam sua situação. Outros 19 pagam financiamento de imóvel; apenas 3 discentes apresentaram comprovantes de aluguel; 4 famílias residem em imóvel cedido e 13 estudantes não declararam.

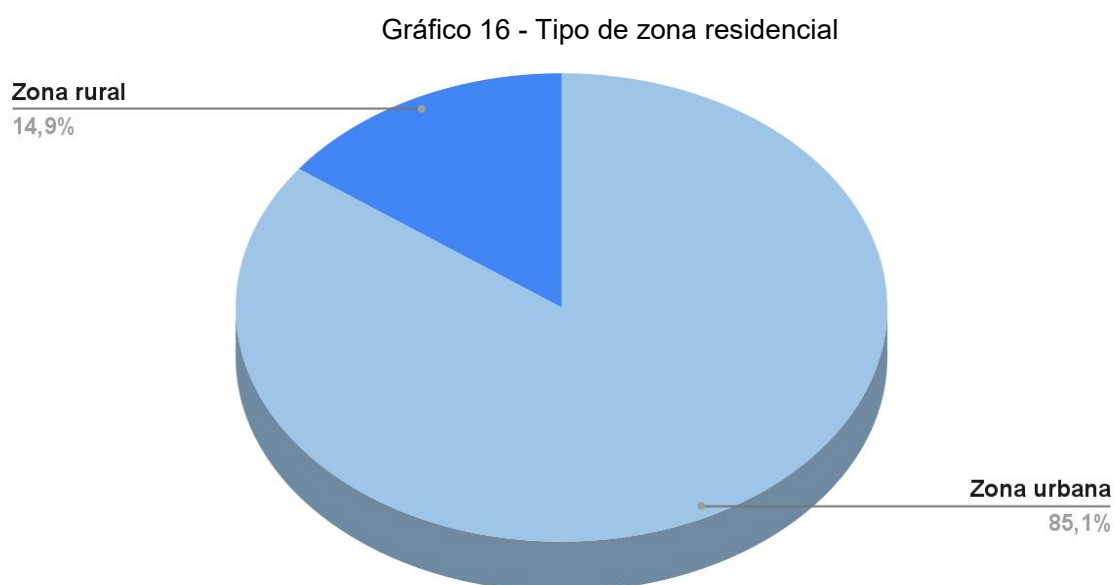
A quantidade de pessoas com aluguel deve ser subestimada considerando-se que alguns estudantes alegam dificuldades para conseguir contratos e recibos com os proprietários, até mesmo quando utilizam o prazo de recursos. Essas situações relativas à habitação são observadas porque os aluguéis e financiamentos comprometem parte da renda; já a situação de imóvel cedido traz uma insegurança considerando que o proprietário pode solicitar a devolução da moradia familiar a qualquer momento.

Não houve nenhum estudante que tenha declarado residir em local de desapropriação. Observamos abaixo a distribuição quanto à estabilidade do imóvel:



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP(2025)

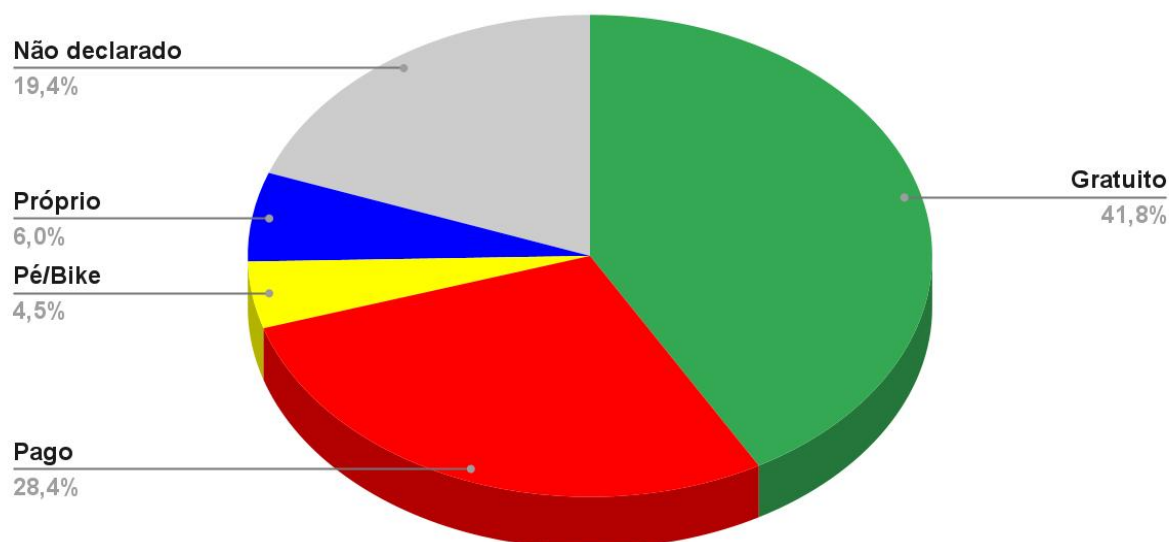
Dessa forma, vemos também o tipo de zona residencial em que os estudantes residem, pois essa tem algumas influências no modo de vida familiar relacionadas a fatores estruturais como pouco saneamento básico e estradas normalmente feitas de terra:



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP(2025)

Observa-se que a maioria dos discentes reside na zona urbana (57 famílias) e na zona rural há uma menor parte (10 famílias), essa informação é relevante, pois na zona rural há menos equipamentos públicos e quando a família não possui veículo próprio há desafios quanto ao transporte até a cidade.

Gráfico 17 - Tipo de transporte utilizado



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios do SUAP(2025)

Por fim, no perfil traçado grande parte dos estudantes utilizam transporte gratuito (28); enquanto alguns precisam de transporte pago (19) destes é interessante observar que 8 discentes de Santa Luzia declaram ter gastos com transporte. Possivelmente, relativo ao moto-táxi no retorno para casa, já que a Prefeitura disponibiliza ônibus no início do dia. Também utilizam transporte pago: 5 alunos de Parelhas, 4 alunos de Equador e 02 moram na zona rural do Junco. Não há diferença quanto à pontuação no que se refere ao valor gasto, mas é uma informação importante para interpretar a realidade dos estudantes.

A fim de fornecer uma ideia sobre como esses dados são utilizados para mensurar a vulnerabilidade, utilizamos como exemplo, a pessoa classificada em primeiro lugar, ou seja com o IVS mais alto e maior vulnerabilidade:

“O(a) estudante é adolescente (15a) e reside com irmãos(ãs) que são crianças e a mãe que se declara solteira. Por ser uma família monoparental (o)a discente recebe pensão alimentícia (600,00). A família é residente em outro Município que não é limítrofe, cuja distância superior à 30km. Dentre outras formas de locomoção utiliza transporte pago. A escolaridade da responsável foi declarada como Ensino Médio incompleto. A única renda da família é o Programa do Governo Federal Bolsa Família que não integra renda em nossa análise” (Análise social, SUAP, 2025).

Percebe-se que existe um contexto de vulnerabilidade, e essa aluna inicialmente não havia conseguido enviar todos os documentos, de modo que precisou utilizar o período de recursos para completar sua documentação. Na análise foram dadas algumas orientações para que o(a) estudante pudesse ter mais chances de ter sua documentação deferida:

“Para concluir a análise durante o período de recursos é preciso que seja anexada (documentação obrigatória): a carteira digital da mãe (colocou 1 página da carteira física que não é mais aceita). Caso deseje pontuar mais anexar documentos opcionais: seu histórico completo do ens. fundamental (frente e verso); Comprovante de recebimento do Bolsa Família de Fevereiro ou março ou abril/25 (extrato bancário ou comprovante emitido pelo banco COM NOME DO BENEFICIÁRIO) e declaração de imóvel alugado - anexo 12 do edital” (Orientação da Análise social, 2025).

Após as orientações o(a) discente conseguiu ser deferido(a), mas não apresentou o comprovante sobre o imóvel alugado. Portanto, foi registrada a observação que poderia solicitar reanálise enviado a documentação completa no próximo edital, pois pode aumentar um pouco sua pontuação de IVS, mas já pode concorrer ao PAPE.

Geralmente, após o primeiro semestre é possível identificar na rotina escolar que alguns alunos em vulnerabilidade não conseguiram se inscrever no IVS, por isso lhes é dada maior atenção e são convidados a receber orientações e apoio no próximo edital. Noutros casos, quando o(a) estudante se inscreve e falta documentos, como no caso exemplificado acima, é possível a complementação durante os recursos.

A possibilidade de que os estudantes enviem a documentação que faltou durante os recursos já foi objeto de debate entre a categoria de assistentes sociais. Isso porque em alguns Campi a quantidade de inscrições chega a 1.787¹² análises por profissional e quando é permitido que nos recursos ocorra a inserção de documentos complementares há um retrabalho, pois cada inscrição precisa ser revista, remetendo à discussão da sobrecarga de trabalho sobre a qual ainda falaremos.

¹² Situação do Campus Cajazeiras em 2024.

A despeito da controvérsia, a maioria dos profissionais entendeu ser necessário aceitar documentações durante o período de recursos e vem sendo implementado em todos os campi. Considerou-se que os auxílios contribuem às condições objetivas, ou seja, melhoram a situação financeira para favorecer a permanência estudantil e quando há um indeferimento o estudante precisa aguardar alguns meses até que seja aberto novo edital.

Dito isso, ressalta-se que um dos desafios postos é a relação entre o tempo decorrido desde o início do semestre acadêmico e o recebimento do benefício, sendo um ponto importante para a eficácia da política, já que incide na permanência dos estudantes mais vulneráveis que demandam benefícios de assistência estudantil.

A quantidade de tempo necessário para cumprir os editais de IVS e PAPE varia em torno de 20 dias para o IVS e 10 dias para o PAPE, somados até 20 dias após o resultado final para inserção dos dados bancários pelos discentes. Dessa forma, são necessários quase dois meses até os estudantes receberem a primeira parcela. Além disso, a depender da demanda podem ser realizados vários editais durante o ano, principalmente, quando há turmas dos cursos subsequentes ingressando no segundo semestre.

O período de análise abrange a leitura e interpretação de cada documentação anexada, dos estudantes e de seus familiares. Também pode ser necessário a realização de entrevistas sociais e/ou entrevistas em domicílio¹³. Contudo, dada a quantidade de inscrições, não pode ocorrer dispêndio de muito tempo na análise porque precisa haver agilidade na execução dos recursos da assistência, a fim de atender aos beneficiários com a maior brevidade possível.

O IVS também prevê a possibilidade de que o assistente social atribua uma nota social (0 a 10), principalmente, utilizada quando é identificada alguma situação de vulnerabilidade que não é contemplada nos indicadores do IVS. Por exemplo, em

¹³Utiliza-se entrevista em domicílio ao invés de visitas domiciliares porque queremos desvincular a ideia de fiscalização, inclusive preferencialmente estas devem ser agendadas. A respeito desse instrumental, defendemos que seja nomeado como “entrevista na moradia da usuária ou do usuário”, a ser realizada sempre que a ou o profissional considerar necessária e possível, com finalidade de dialogar e conhecer sua realidade sociocultural e familiar, a partir de seus espaços de vivência, conhecer o território onde vivem, as possibilidades ou impossibilidades de acesso a bens e serviços que efetivem direitos sociais, além de outros espaços relacionais. Geralmente se trata de procedimento com o objetivo de complementar o estudo social em Serviço Social, e não o de fiscalizar ou invadir a privacidade da vida cotidiana dos sujeitos (Horst; Anacleto, 2023, p. 149).

nosso Campus, a nota social já foi atribuída porque havia algum membro da família em reabilitação devido ao uso abusivo de substâncias psicoativas; noutro caso foi aplicada porque havia alguém do núcleo familiar em cumprimento de medida restritiva de liberdade noutro Estado.

A nota social funciona como uma pontuação que é somada à fórmula do IVS, sendo mais uma de suas variáveis, mas o peso que a nota social tem é pequeno e atribui poucos décimos na pontuação final.

Uma outra alternativa diante de uma situação crítica é a emissão de um parecer pelo(a) assistente social, mas este instrumental atribui a maior pontuação ao estudante, sobrepondo-se ao pontuação aferida no IVS.

Salienta-se que um parecer social necessita ser embasado num estudo social, ou seja, exige uma análise aprofundada da realidade. O pouco tempo disponível para as análises, inviabiliza que o parecer seja utilizado com frequência. Portanto, realizar a sistematização de cada análise também é um desafio, por vezes, é possível apenas registrar algumas observações que servem para consulta posterior e acompanhamento.

Neste ponto voltamos ao tema da sobrecarga de trabalho, pois conforme a minuta do plano de trabalho dos(as) assistentes sociais no IFPB, ainda há 5 campi sem assistentes sociais; na maioria dos campi há apenas um(a) assistente social o qual ainda precisa atuar em diversas outras atividades.

Essa realidade é enfrentada em diversas instituições na assistência estudantil, conforme visto na pesquisa para o estado da arte desta dissertação, em alguns Institutos Federais existem comissões de para às análises dos processo seletivos da assistência estudantil, com outros profissionais que não são assistentes sociais.

Também foi visto que em algumas instituições utiliza-se informações do Cadastro único do governo federal, sendo necessário que os estudantes possuam o Número de Inscrição Social (NIS) algo um pouco problemático por criar uma exigência a mais aos candidatos. Porém, ao mesmo tempo ter o NIS agilizaria a seleção dentro do Instituto e poderia servir como uma forma de viabilizar outros direitos advindos do como Programa Pé-de-Meia, Bolsa Família, Tarifa social na conta da energia, isenção em inscrições de concursos, dentre outros.

No IFPB, entendemos que enquanto análises sociais é imprescindível a atuação do assistente social devido às nuances que podem ser apreendidas durante as análises, muito embora, ainda estejam abertas as discussões quanto à utilização do Cadastro Único em alguns no processo seletivo para o ingresso com a cota de renda inferior.

Na realidade, a grande quantidade de demandas muitas vezes impede análises mais profundas e um acompanhamento mais efetivo. Conforme, Cortês (2023), também assistente social atuando no IFPB, em sua tese de doutorado, ela aponta que as principais requisições institucionais relatadas pelos(as) assistentes sociais foram:

Implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio de editais; Planejar a execução orçamentária da assistência estudantil; Participar das atividades pedagógicas (conselhos de classe e reunião de pais); Analisar a renda para ingressantes na reserva de vagas (cota renda); Participar de comissões: Evasão, Saúde Mental, Direitos Humanos, NUCA; Gerir e/ou implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Reuniões multidisciplinares; Encaminhar a folha de pagamento dos beneficiários do PNAES; Intervir em situações de atos indisciplinados por parte dos estudantes; Fiscalizar contratos de serviços ou pessoal terceirizados. (Cortês, 2023, p. 123)

Como exposto, são diversos tipos de demandas que recaem sobre os assistentes sociais, isto em parte é provocado pela falta de profissionais técnicos administrativos para as equipes multiprofissionais no apoio ao ensino. Manter setores funcionando com equipes mínimas que, às vezes, se resumem a uma pessoa, acarreta em realizar a priorização de demandas essenciais e urgentes.

Desse modo, dentro daquilo que podemos controlar, o planejamento é imprescindível para direcionar nossa ação. O plano de trabalho é um instrumento essencial para que não confundamos o planejamento e as demandas institucionais com as dos assistentes sociais.

É preciso ter demarcado o que compete ao serviço social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, reafirmando que não é: ciência, técnica, política, ajuda, vocação, dom. Não nos cabe por exemplo intervir em situações de atos indisciplinados por parte dos estudantes, pois a formação não se dedica ao estudo do comportamento das pessoas.

Seguindo as diretrizes da ABEPSS, nossa profissão não é endógena (Iamamoto e Carvalho, 1995), o objeto de intervenção são as expressões da questão social que emergem mesmo nas demandas espontâneas. Os atendimentos, mostram problemas multifacetados e perpassados por algum tipo de violência, geralmente, acompanhada por outras violações de direitos.

Nessa direção o coletivo de assistentes sociais do IFPB elaborou uma minuta de plano de trabalho que vem sendo pouco a pouco estruturado para que estejam expressas as atribuições privativas do serviço social e aquelas que são competências.

Isso porque caso não haja uma delimitação clara, há o risco de ficarmos presos(as) apenas às demandas burocráticas, típicas da racionalidade formal-abstrata, conforme discute Guerra (2014). A instrumentalidade, ou seja, a racionalidade somada às ações instrumentais precisam ser dotadas de mediação que permita conectar nosso trabalho aos interesses da classe trabalhadora.

Ao dedicar tempo para demandas que poderiam ser realizadas por outros profissionais, exclui-se do exercício profissional ou fica em segundo plano, por exemplo, a dimensão sócio-educativa de nossa intervenção que possui grande potencialidade e deveria ter maior destaque no ambiente educacional (formal ou popular).

Ademais, as competências e atribuições da profissão convergem para o desafio de interpretação da realidade, conforme aponta Iamamoto (1999) e vincula-se com a necessidade de articulação entre as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar criticamente na sociedade e no mercado de trabalho. Outro ponto importante para o desenvolvimento do nosso trabalho que tem pouca aplicação é a articulação de movimentos sociais em prol de direitos, um espaço rico e necessário para nossos jovens estudantes que poderia ser melhor explorado.

Conforme Cortês (2023) ratifica “a dimensão político pedagógica aparece nos dados muito mais como um desejo dos/as profissionais do que propriamente uma realização dentro do seu cotidiano”, muito devido “às requisições institucionais focadas na execução de editais de programas da assistência estudantil, com uma tendência à burocratização e sobrecarga de trabalho”.

Segundo Férriz e Almeida (2019), as configurações atuais do trabalho estão redirecionando as requisições para Assistentes Sociais inseridos(as) na política de educação com forte tendência para o deslocamento do(a) Assistente Social das atividades de contato direto com a população para a gestão da política e que trata-se “de uma expressão da assunção de um estado gerencial e da ideologia do gerencialismo” (Férriz e Barbosa, 2019, p.16).

Embora não neguemos que é preciso que existam assistentes sociais dedicados à gestão, pois não somos apenas executores de políticas sociais, também entendemos que quando há apenas um profissional não podemos deixar de lado o atendimento dos usuários porque são eles que vivenciam as expressões da questão social.

Assim, buscamos uma atuação contrária à tendência apontada porque a assistência estudantil deve estar cada dia mais presente na vida dos estudantes e com a atenção voltada a suas necessidades.

6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO

Desse modo, considerando o exposto até o momento, buscamos nos debruçar sobre a avaliação da política realizada pelos próprios beneficiários, por isso, houve a aplicação do questionário para as duas turmas do 2º ano do EMI cujos estudantes já estão na instituição a tempo suficiente para compreender os processos da PAE.

O questionário foi desenvolvido no *Google forms* composto por 16 perguntas (duas abertas e as demais fechadas) elaboradas com base na experiência profissional e com objetivo de entender as dificuldades dos discentes, principalmente, para inscrição no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Após a autorização dos(as) responsáveis e estudantes voluntários, a coordenação pedagógica e esta pesquisadora foram até as salas de aula dialogar com os discentes.

Esta pesquisadora explicou sobre os objetivos da pesquisa e do questionário para o qual entregou um Marca Páginas com o Qr code de modo a facilitar o acesso pelos discentes:

Figura 1- Marca página com Código QR para acesso ao questionário



Fonte: Elaboração própria (2025)

De modo estratégico, a capa do questionário foi elaborada com um design atrativo, de modo a tentar atrair os estudantes e estimulá-los a responder a pesquisa, conforme pode ser visto a seguir:

Figura 2 -Capa do questionário

The screenshot shows the cover of the questionnaire. At the top is the same banner as in Figure 1. Below it, the title 'E aí Estudante o que você me diz?' is centered. The main text describes the research: 'Esta pesquisa intitula-se "Assistência estudantil: E Ai estudante, o que é que você diz?", tendo como pesquisadora responsável a mestranda Elisângela de Lourdes Silva Santos, estudante do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT) e também assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Santa Luzia, orientada pelo Dr. Italan Carneiro Bezerra, professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.' It then states the objective: 'O objetivo geral deste estudo consiste em avaliar as percepções e opiniões dos estudantes acerca dos programas e benefícios oferecidos pela assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba no Campus Santa Luzia, identificando pontos positivos, áreas de melhoria e o impacto percebido dessas iniciativas na vida acadêmica e pessoal dos beneficiários.' and the importance of the contribution: 'Sua contribuição será muito importante para possibilitar a aplicação de melhorias na Política de assistência estudantil (PAE) no Campus Santa Luzia.' A red asterisk indicates a mandatory question. The first question is '1. O que você compreende por assistência estudantil?' with a text input field labeled 'Sua resposta'. The second question is '2. Você tem a pontuação do Índice de Vulnerabilidade social (IVS) obtido através da inscrição no SUAP com o envio da sua documentação e dos familiares para análise?' with radio button options for 'Sim' and 'Não'.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Salienta-se que a turma do 2º ano de informática estava composta por 33 alunos dos quais 20 possuem IVS e estão contemplados no PAPE e o 2º de Energia Renovável é uma turma formada por 35 estudantes dos quais 31 possuem IVS válido, dos quais 29 foram contemplados com o PAPE, portanto, nesta turma apenas 4 alunos não fizeram o IVS e 2 com Ivs válido não se inscreveram.

Convidamos os 66 estudantes, considerando que eles não estariam obrigados a participar e alguns poderiam mostrar-se desinteressados em responder. De todo modo, obtivemos 42 respondentes voluntários, uma boa amostra considerando que a experiência na assistência estudantil permite dizer que às vezes deixam de participar até das inscrições para os auxílios financeiros.

A partir daqui são tecidas análises referente às respostas dos estudantes ao questionário. O principal objetivo era saber qual a concepção, ou seja, como os discentes entendem e o que pensam sobre a PAE. Assim, o fio condutor da discussão foi posto como a primeira pergunta aberta direcionada aos estudantes: “O que você compreende por assistência estudantil?”. Sobre as respostas muitas palavras se repetiram, de modo geral agrupamos em uma nuvem de palavras com destaque para aquelas que tiveram maior frequência:

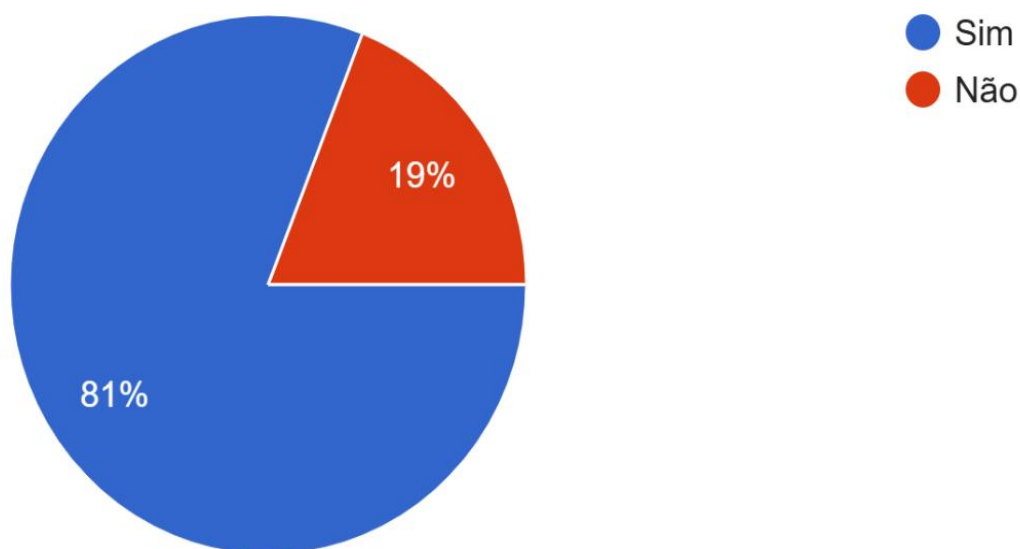
Figura 3 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaboração própria, conforme dados da Pesquisa (2025)

Em seguida perguntamos “Você tem IVS (enviou sua documentação para análise)?” Essa pergunta é essencial porque somente os alunos que passaram pela inscrição do IVS têm o conhecimento sobre como é o processo necessário para concorrer ao PAPE. Dos 42 respondentes, 34 alunos possuem IVS válido e 8 não, conforme vemos ilustrado a seguir:

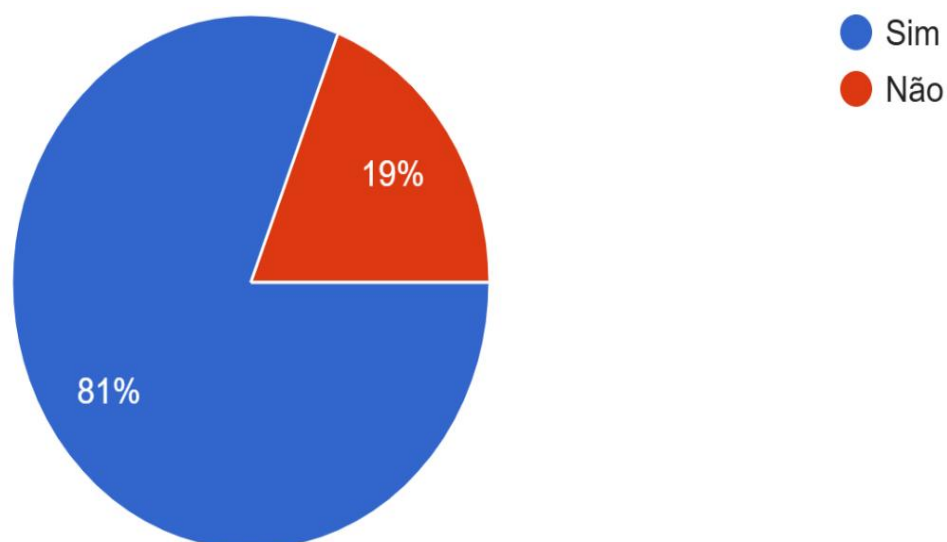
Gráfico 18 - Você tem IVS?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Posteriormente, o foco foi identificar como foi a interação no sistema, buscando avaliar se o *layout* e a forma como a inscrição aparece no sistema é intuitiva ou se tem representado uma barreira. Nesse sentido, 34 alunos responderam que o acesso ao processo de realização de inscrição do IVS é de fácil visualização no SUAP. Tal percentual é igual ao demonstrado no gráfico referente a ter IVS ou não, desse modo vemos que existe uma relação quantitativa entre quem possui IVS considerar fácil a visualização.

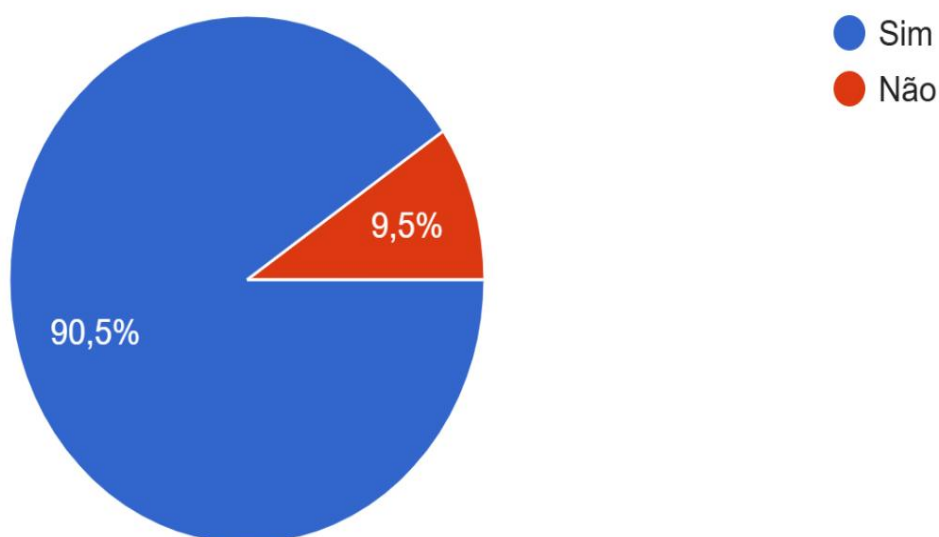
Gráfico 19- A inscrição do IVS é de fácil visualização no SUAP



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Em seguida perguntamos “O processo de inscrição no IVS é claro?” A fim de tentar identificar quais tipos de barreiras podem contribuir para falta de clareza no processo, pedimos que caso a sua resposta fosse NÃO, citassem a dificuldade encontrada. Nessa questão, 38 estudantes responderam que é claro, portanto, 4 estudantes que não possuem IVS também acreditam que o processo de inscrição não representou uma barreira.

Gráfico 20 - O processo de inscrição no IVS é claro?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Destacamos aquilo que foi dito pelos 4 estudantes que responderam entender que o processo não era claro, bem como acrescentamos a análise de acordo com os motivos apresentados, conforme sistematização na tabela abaixo:

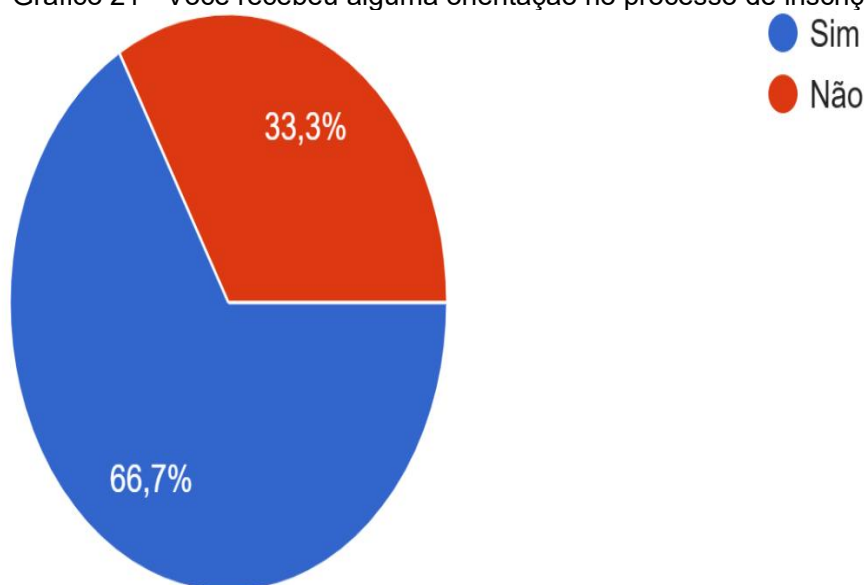
Tabela 3 - Análise motivos da inscrição de IVS não ser clara

Resposta	Análise
“Muitos documentos, muitos anexos complicados, etc”;	Os estudantes atribuem a dificuldade à quantidade de documentos solicitados
“Pede muitos documentos e muitas vezes tem erros”	
“Muitas exigências e o orçamento financeiro de muitas famílias, por mais que tenham carteira assinada ou recebam uma quantidade justa, têm os mesmos gastos, com custos diferentes e por mais que seja um valor alto ainda não dá para suprir todas as necessidades existentes.”	Atribuiu a dificuldade aos requisitos da seleção, como corte ou faixa de renda. Esse discente não possui IVS deferido
“Nenhuma, só não quis fazer por achar que não preciso. Assim deixa para quem necessita”	Estudante tem uma percepção que há outros estudantes com uma necessidade maior que a sua.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa (2025)

Portanto observa-se que existem dificuldades que são inerentes ao processo, por isso assume grande importância a orientação prestada durante o período de inscrições e o suporte prestado. Assim, perguntou-se “Você recebeu alguma orientação no processo de inscrição?”. Dentre as respostas identificamos que 28 alunos receberam orientação e 14 não, conforme ilustrado a seguir:

Gráfico 21 - Você recebeu alguma orientação no processo de inscrição?



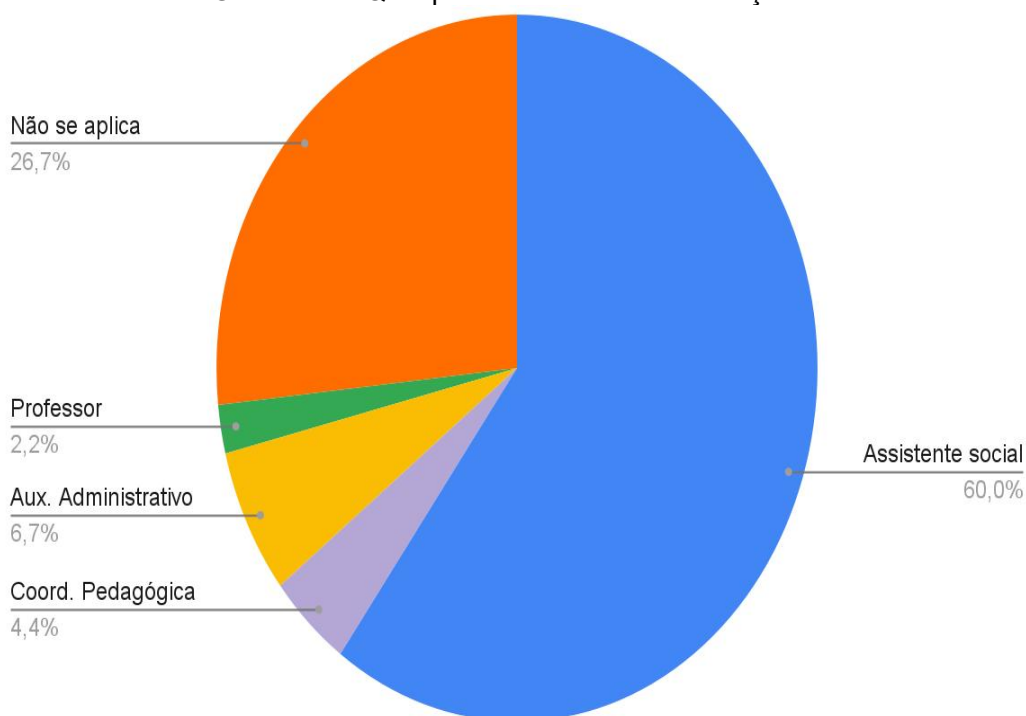
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Aqui é importante destacar a necessidade do(a) estudante buscar a orientação. Geralmente, fazemos momentos virtuais com explicações, além de estar presente no Campus diariamente para retirar as dúvidas. Contudo, a procura por essas orientações ainda é baixa e vários alunos deixam a inscrição para o último dia, acabando ficando sem tempo para obter orientação.

Como estratégia para mitigar essa situação, em nosso Campus, ao invés de deixar os prazos de inscrição até o domingo, temos estendido até a segunda, dia útil e ainda viável para atender alguns estudantes.

Em sequência pedimos para especificar qual profissional fez as orientações, nas respostas a Assistente social foi citada em 27 respostas; Coordenadora Pedagógica em duas respostas e Auxiliar Administrativo em 3 respectivamente; Professor em uma e 12 estudantes responderam que não se aplica. Salienta-se que 3 alunos receberam orientação de mais de um profissional, conforme gráfico abaixo:

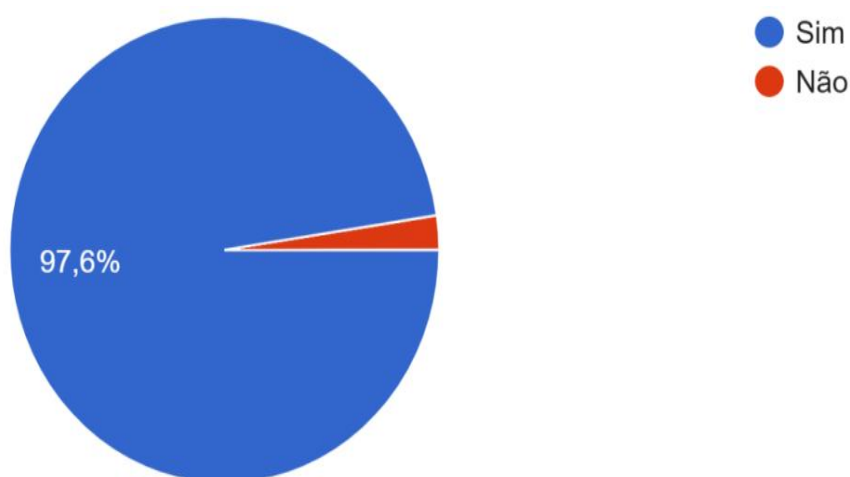
Gráfico 22 - Qual profissional fez as orientações?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Também questionamos: Você teve acesso ao edital no período de inscrição? A maioria dos discentes apontou que 41 obtiveram acesso, representando um percentual de 97,6% porque apenas 1 estudante relatou não ter tido acesso ao documento.

Gráfico 23 - Você teve acesso ao edital no período de inscrição?

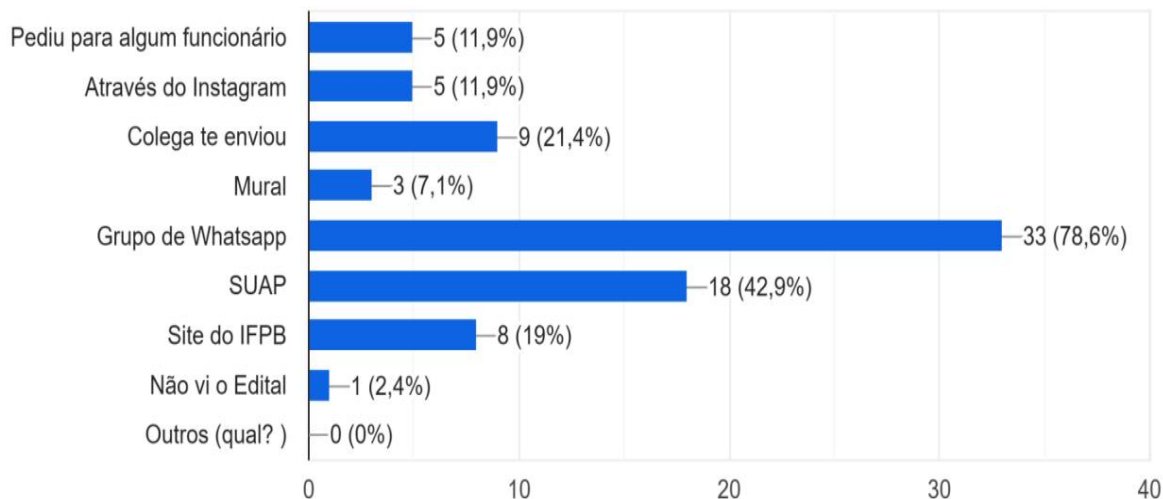


Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A esses alunos perguntamos ainda de que modo encontraram o documento. Esse questionamento é importante para ajudar a identificar se o Edital tem sido

publicizado de maneira efetiva e se os discentes de fato estão conseguindo ter acesso ao documento.

Gráfico 24 - Como você acessou ou encontrou o documento? Você leu o edital do IVS?



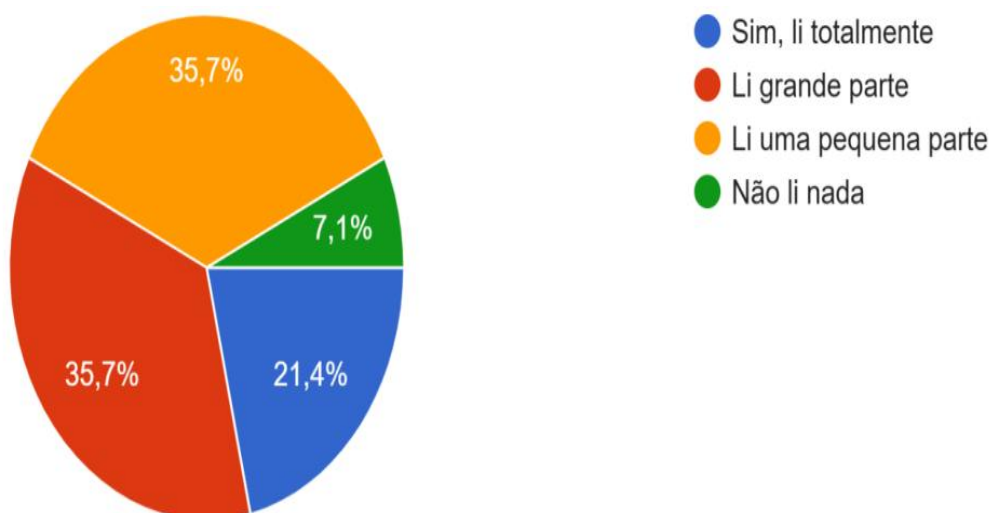
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A partir da análise percebe-se que 33 discentes acessaram através do grupo de aplicativo de mensagens, tendo essa forma se mostrado a mais efetiva; ao mesmo tempo o SUAP também teve um bom alcance, seguido do compartilhamento por colegas, site do IFPB, documento pedido a algum funcionário, através do Instagram e mural, sendo este a última opção a qual os estudantes recorreram.

Não foram apontadas outras formas de acesso ao documento. Desse modo, confirma-se que a maioria dos discentes acessam o documento por meio virtual, principalmente, dada a agilidade proporcionada pelos meios de comunicação com troca de mensagens instantâneas.

Sobre a leitura do edital perguntamos “Você leu o edital do IVS? Como veremos no gráfico abaixo, as respostas mostram que 9 estudantes afirmam ter lido o edital totalmente; 15 disseram que leram grande parte ficando empatados com 15 estudantes que leram uma pequena parte do documento; por fim, 3 estudantes não leram nada, sendo possivelmente um motivo de possíveis indeferimentos por envio incompleto de documentação. A distribuição foi detalhada no gráfico abaixo:

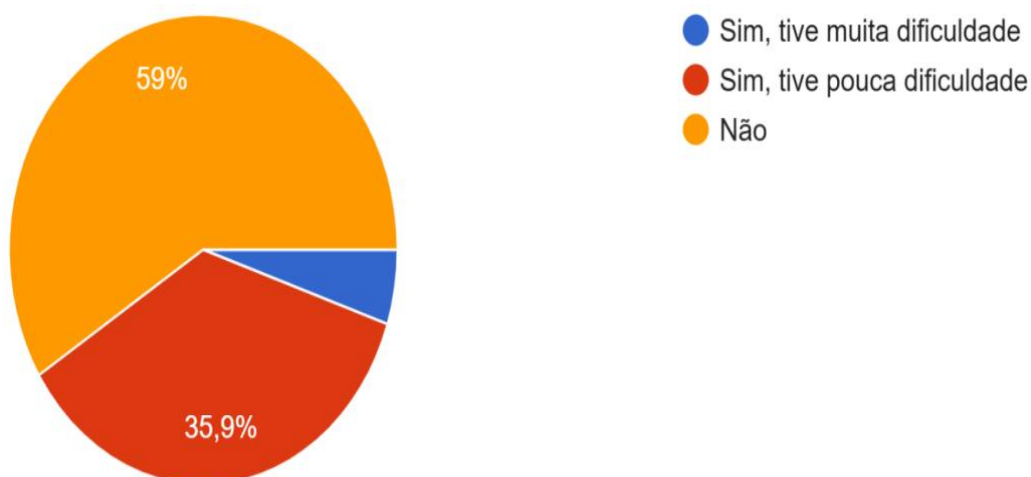
Gráfico 25 - Você leu o edital do IVS?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A seguir, buscou-se analisar qual o nível de dificuldade encontrado durante a leitura. Desse modo, apenas 2 estudantes afirmaram que tiveram muita dificuldade, representando 5,1%; por outro lado, 14 discentes (35,9%) responderam que houve pouca dificuldade e a maioria 23 dos discentes (59%) afirmaram que não tiveram dificuldades para compreender o edital; 3 discentes não responderam essa questão.

Gráfico 26 - Você teve dificuldades na leitura?



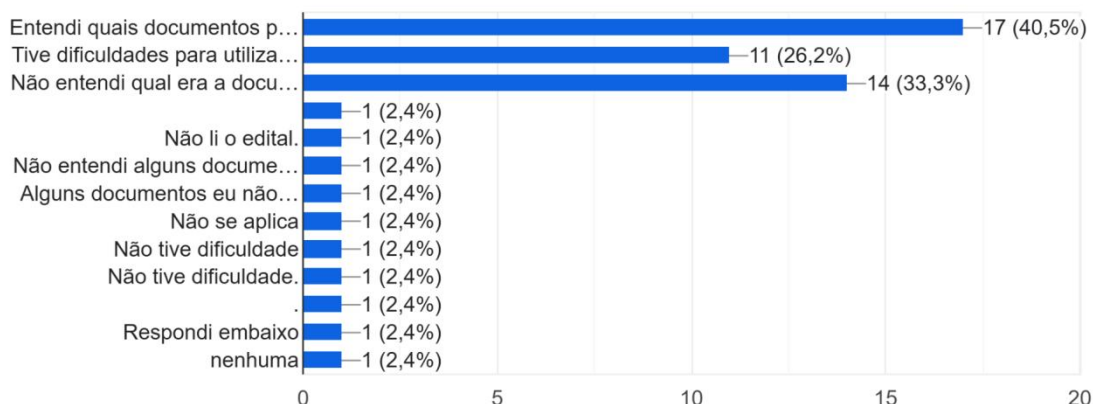
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Buscando analisar os tipos de dificuldades encontradas na leitura, apontamos alguns possíveis motivos, e os estudantes poderiam marcar mais de uma das

opções. A resposta com maior frequência foi: Entendi quais documentos precisava, mas não consegui juntá-los (17 escolhas). A segunda opção que mais apareceu foi “Não entendi qual era a documentação necessária para cada pessoa” (escolhida por 14 estudantes).

A terceira dificuldade mais apontada foi “Tive dificuldades para utilizar o SUAP, ou aplicativos para baixar documentos necessários, como por exemplo o aplicativo da Carteira de trabalho ou do INSS. ” (11 estudantes). Três estudantes relataram que não tiveram dificuldades (considerado o nenhuma como não tive dificuldades); também houve 1 estudante que respondeu “não se aplica”. Por fim, outras opções aparecem como “foi em algo pequeno, como onde colocar os documentos” e respostas que não são passíveis de análise como: “um ponto final”.

Gráfico 27 - Que tipo de dificuldades atrapalharam a sua compreensão?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Após esse apanhado geral sobre o IVS, a próxima sessão foi direcionada principalmente aos discentes contemplados com o auxílio Programa de Apoio à Permanência Estudantil (PAPE)¹⁴. Perguntamos se estavam recebendo o auxílio em 2025 ou se já haviam recebido no ano anterior, conforme observa-se abaixo:

¹⁴ No PAPE Ed. 03/2025 foram ofertadas 136 vagas e houve 140 inscrições completas porque tanto os alunos que participaram do IVS de 2025 quanto aqueles que já tinham seu IVS de 2024 válido e puderam concorrer.

Gráfico 28 - Você recebe o auxílio PAPE?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A maioria dos respondentes recebem o benefício (34). Por outro lado, 8 estudantes nunca receberam o auxílio PAPE. Não houve respostas que apontassem que o(a) discente não recebeu o PAPE em 2025, mas tivessem recebido em 2024. Portanto, é possível que esses 8 estudantes tenham tentado fazer a inscrição do IVS apenas no primeiro ano e por isso não puderam concorrer ao auxílio PAPE, contudo, no ano seguinte não inscreveram.

Em seguida houve uma sessão somente para os alunos que receberam o auxílio. A primeira pergunta vou voltada para saber se “O valor do auxílio tem sido suficiente para atender suas necessidades? Como era possível supor apenas 3 respondentes disseram que era suficiente; a metade dos estudantes (21) afirmaram que atende minhas necessidades em parte; e 18 consideraram que o valor não atende. Vejamos a seguir:

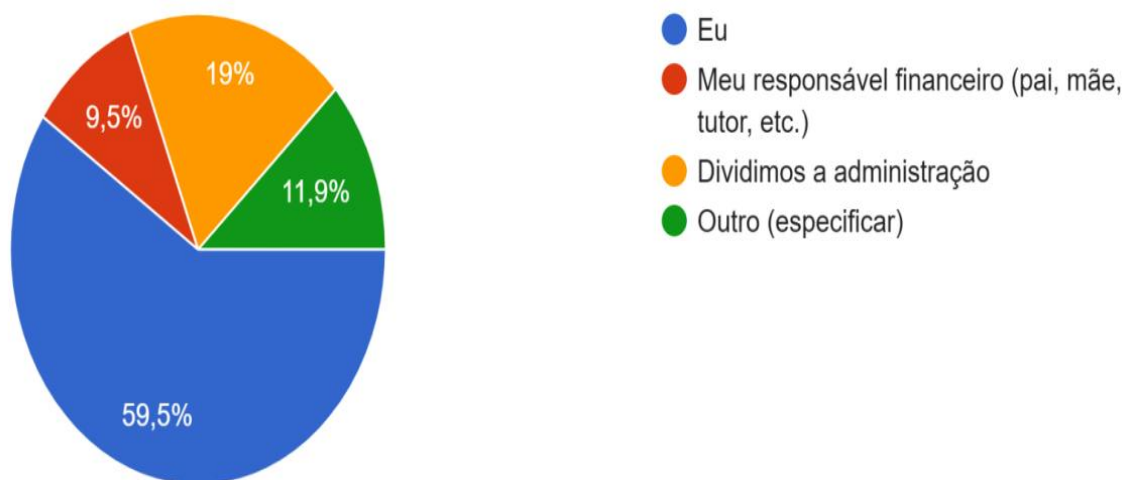
Gráfico 29 - O valor do PAPE tem sido suficiente para atender suas necessidades ligadas à escola?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Outra questão posta como de relevância para compreender sobre se a PAE consegue atender seus objetivos perpassa por saber quem é responsável por administrar o dinheiro recebido do auxílio PAPE. Observa-se que 25 estudantes administram o valor recebido, portanto, majoritariamente eles têm assumido a responsabilidade sobre a forma como o dinheiro é utilizado.

Gráfico 30- Quem é responsável por administrar o dinheiro recebido do PAPE?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Atribuí-se que a necessidade de que o valor seja pago em uma conta vinculada ao CPF do(a) estudante contemplado(a) contribuí para esta autonomia. Muitas vezes é a primeira conta e oportunidade de “ter seu próprio dinheiro”, podendo escolher quais as prioridades para aplicação dos recursos.

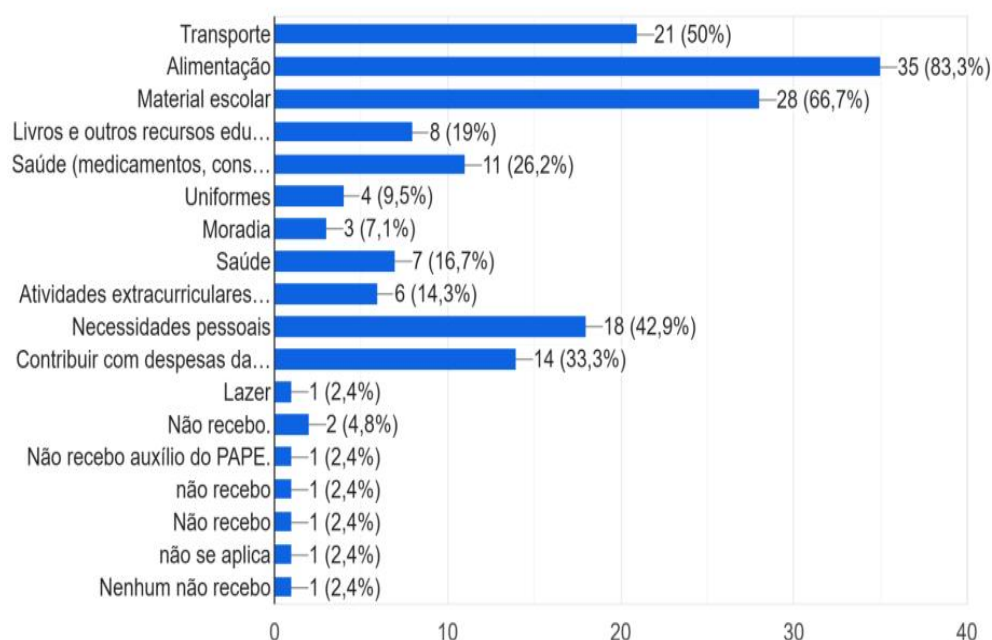
Em seguida, 8 estudantes afirmaram que dividem a administração, demonstrando que em alguns casos há um acompanhamento familiar sobre a utilização dos recursos. Houve 4 estudantes que apontaram que seu (sua) responsável administra o valor.

Sobre os tipos de gastos em que o dinheiro do PAPE é utilizado, trouxemos uma pergunta de seleção múltipla de respostas. O tipo de gasto mais frequente foi a alimentação que foi citado pelos 35 estudantes contemplados; o segundo maior gasto foi com material escolar (28 estudantes); seguido pelo valor gasto com transporte (21 estudantes), correspondente à metade dos respondentes.

Os gastos com saúde (saúde em geral somados com compra medicamentos ou fazer exames) está empatado com uso para necessidades pessoais (18 estudantes); contribuir com despesas da casa, ajudando a família também teve uma quantidade significativa de aparições (14 estudantes equivalente a 33,3%).

Com menos de 20% aparecem a utilização para aquisição de livros e outros recursos educacionais foi citado 8 vezes(19%); seguida pelo uso em Atividades extracurriculares (cursos, esportes, etc.) escolhida por 6 discentes (14,3). Outros usos foram menos frequentes como Uniformes (4 vezes, 9,5%), considerando-se que os discentes recebem fardamento, possivelmente, referiram-se a ternos e camisas de projetos ou da turma; Moradia (3 vezes, 7,1%); Lazer escolhido apenas por 1 discente (2,4%); e por fim os discentes que não recebem.

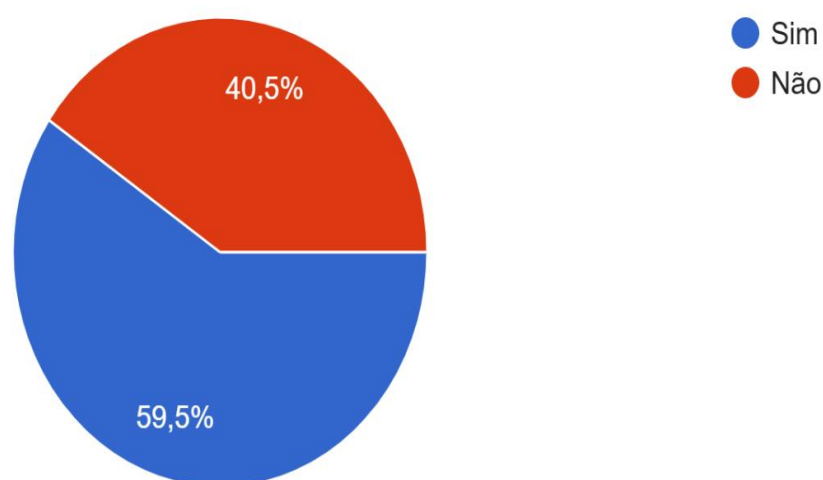
Gráfico 31- Em quais tipos de gastos o dinheiro do PAPE é utilizado?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Outra pergunta que foi realizada para ajudar a compreender se os discentes conseguem perceber a assistência estudantil de maneira mais ampliada foi: “Além dos auxílios financeiros, você já recebeu algum outro tipo de apoio do setor da Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE)?” Como resposta observa-se que 25 estudantes responderam que sim e 17 que não, conforme ilustrado a seguir:

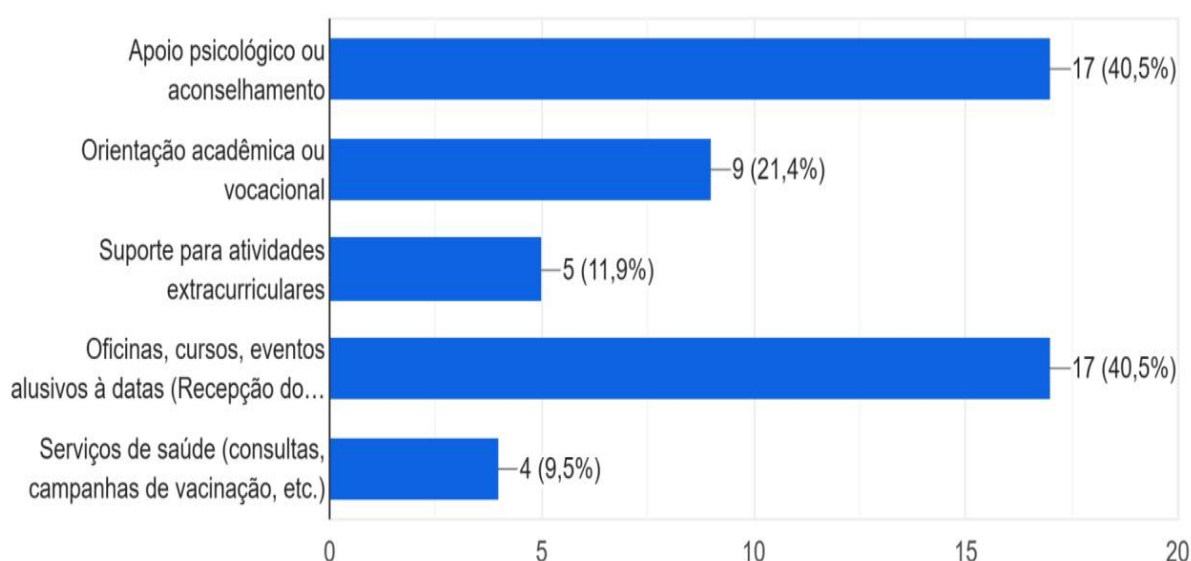
Gráfico 32- Você já recebeu algum outro tipo de apoio do setor da COPAE?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Os discentes que responderam sim apontaram quais foram as ações ou tipos de apoio que você receberam. Nas respostas, 10 estudantes escolheram mais de uma opção. Seguindo a frequência de respostas, os discentes escolheram: (17) Apoio psicológico ou aconselhamento; em igual quantidade, (17) apontam ter participado de Oficinas ou cursos de capacitação, eventos alusivos a datas (Semana de recepção dos novos alunos, Semana da Inclusão, Novembro Negro, etc); (9) Orientação acadêmica ou vocacional; (5) Suporte para atividades extracurriculares; (4) Serviços de saúde (consultas, campanhas de vacinação, etc.), conforme vemos abaixo:

Gráfico 33- Quais foram as ações ou tipos de apoio que você recebeu?



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Em sequência perguntamos “Além do auxílio financeiro, você entende a assistência estudantil como algo importante em outros aspectos? Quais?”

Desse modo tabulamos abaixo as respostas, de acordo com a quantidade de vezes que foram citadas e por grupo, de acordo com a ideia geral que foi extraída da resposta:

Tabela 4 - Qual a importância da AE para os(as) discentes

Respostas	Quant. de vezes	Grupo
Sim. Além do auxílio financeiro, a assistência estudantil é importante por oferecer apoio psicológico, social, pedagógico e de inclusão, contribuindo para o bem-estar e o sucesso dos estudantes. Também contribui para que todos tenham as mesmas oportunidades, melhorando o aprendizado, a convivência e o desempenho na escola. além de dar chance de participar de atividades e evitar que o estudante abandone a escola. Promove a inclusão social, o melhor desempenho acadêmico e o desenvolvimento pessoal dos estudantes.	12	Benefícios
Atividades fora da escola e motivação para seguir nos estudos. Sentimento de acolhimento na escola	10	Motivação
Sim, para estabilizar a vida dos estudantes e poderem relaxar mais. Para conversar, desabafar e procurar ajuda sempre que precisar. Aconselhar os estudantes e dar suporte para eles. A formação pessoal do indivíduo no ambiente escolar. Para ajudar e guiar os estudantes. Ajuda as pessoas que têm dificuldade em fazer alguma coisa relacionada aos auxílios, cursos, projetos, etc. Sim, no desenvolvimento acadêmico do aluno e apoio psicológico	9	Orientação
Sim. Além do auxílio financeiro, a assistência estudantil é importante porque oferece apoio emocional, pedagógico e social, ajudando os alunos a lidar com dificuldades pessoais, melhorar o aprendizado e se desenvolver como cidadãos. contribui para o desenvolvimento completo estudantil. o desenvolvimento integral do estudante	3	Formação integral
Sim, pode ajudar estudantes com menores condições a terem condições melhores, tanto nos estudos, como financeiramente	2	Financeiro
Sim	2	
Não sei	2	
“Sim, o apoio”	1	Indefinido

Porque gera grandes oportunidades para as pessoas.	1	Oportunidades
Não	1	

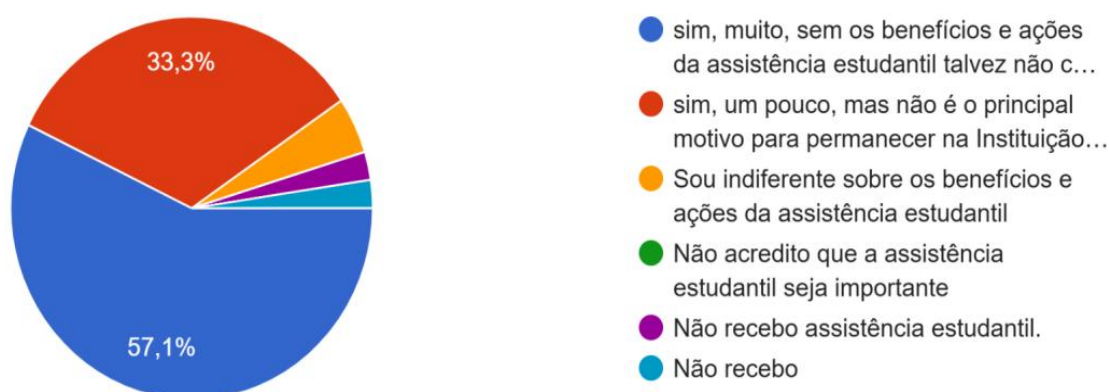
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa (2025)

Percebe-se que os estudantes definiram a assistência estudantil, principalmente, a partir dos benefícios que são oferecidos. Em seguida, a AE aparece como uma motivação para os estudantes. Também percebem a AE como um suporte para orientação/auxílio para várias áreas da vida, nesse sentido, citaram bastante a importância do apoio psicológico, apesar de no Campus não termos psicólogos.

A AE enquanto formação integral aparece apenas 3 vezes e as demais opções apareceram em menor frequência. No geral, as respostas eram resumidas e em algumas há muita semelhança com aquilo que está definido na *internet* como “o que é assistência estudantil?”, possivelmente, realizaram consulta para facilitar a resposta.

Por fim, se trouxe a questão “Você sente que a assistência estudantil contribui para sua permanência no IFPB?”, a qual foi respondida conforme vemos abaixo:

Gráfico 34 - “Você sente que a assistência estudantil contribui para sua permanência no IFPB?”



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Portanto, nesta questão, observou-se que 24 alunos escolheram a opção: “sim, muito, sem os benefícios e ações da assistência estudantil talvez não conseguisse continuar estudando ou ter êxito”. Portanto, mais da metade dos

estudantes sentem que a assistência estudantil é determinante para a permanência, assim, perpassando pelo real atendimento do PAE do IFPB.

Também foi expressiva a quantidade de alunos (14) que optaram por: “sim, um pouco, mas não é o principal motivo para permanecer na Instituição/êxito”, vê-se que estes estudantes percebem a importância da política; outros 2 estudantes responderam ser indiferentes sobre os benefícios e ações da assistência estudantil e por derradeiro, 2 afirmaram que não recebem assistência estudantil. Não houve resposta para “Não acredito que a assistência estudantil seja importante” nem outro.

7 O PRODUTO EDUCACIONAL (PE): CARTILHA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O ProfEPT é um mestrado profissional, portanto essa dissertação utiliza como referência a prática profissional, bem como, este Programa de Pós-graduação pertence à área de Ensino a qual é composta por duas linhas de pesquisa que subdividem-se em macroprojetos, aos quais os temas de estudo devem ter aderência.

Nesse sentido, além do trabalho de conclusão é necessário o desenvolvimento e aplicação do produto educacional (PE) como uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no caso, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT.

A partir do documento orientador da Capes na área 46 - ensino entendemos que o PE é resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo.

Portanto, com intuito de responder às questões vinculadas à prática profissional e à pesquisa desenvolvida para escrita da dissertação, identificou-se como problema que os estudantes ainda têm concepções restritas sobre a

assistência estudantil. Com intuito de oferecer uma solução para ampliar a visão sobre a assistência estudantil como direito, apresentamos uma cartilha como PE.

Desse modo, a partir do resultado da pesquisa, analisou-se maneiras de tornar a assistência estudantil mais próxima dos discentes através de um PE que se mostre interessante para este público diverso (adolescentes, jovens e adultos que estudam nos nossos Cursos Técnicos Integrado e Subsequente).

Então surgiu a ideia de uma cartilha educativa que poderá ser impressa e distribuída aos estudantes assim como acessível por meio da tecnologia do Código QR ou compartilhamento do link para acesso que ao ser escaneado com a câmera do dispositivo móvel, direciona os alunos instantaneamente à cartilha. Conforme podemos ver adiante:

Figura 4 - Código QR para acesso ao Produto Educacional



Fonte: Elaboração própria (2025)

Através do QR os estudantes poderão acessar a cartilha, a seguir expomos a capa do PE disponibilizado aos estudantes:

Figura 5 - Capa do Produto Educacional



Fonte: Elaboração própria (2025)

Assim, após a aprovação deste trabalho, o PE estará disponível no site do portal “Integra IFPB” para o acesso a qualquer momento e de qualquer lugar, aberto tanto para a comunidade interna como para o público em geral, possibilitando que qualquer pessoa possa acessar o conteúdo na palma da mão.

Portanto, será compartilhado e espera-se que possa ser aplicado no IFPB Campus Santa Luzia. Assim, percebe-se o quanto o PE é importante para possibilitar a visibilidade dos conteúdos produzidos e como instrumento de promoção da reflexão crítica sobre a prática profissional do formando e também sobre a PAE na educação profissional.

A cartilha traz um conjunto de informações em hipermídia referentes à PAE, seus programas e ações no âmbito do IFPB Campus Santa Luzia. Observa-se uma relação da tipologia escolhida do PE com a pesquisa, a partir do fato que uma cartilha pensada e, portanto, construída a partir das demandas, dificuldades, observações e reflexões dos estudantes será útil e tem a potencialidade de gerar maior interesse quanto ao entendimento e acesso à assistência estudantil.

Sabe-se que o site institucional do IFPB abriga um vasto conteúdo indo desde a apresentação dos campi, cursos oferecidos, dos processos seletivos, documentos, Pró Reitorias, setores e até as notícias - cada um dos temas ainda subdividido em várias abas com uma formatação que segue normas quanto às publicações oficiais, as quais devem seguir um padrão mais rígido devido à necessidade de manter a identidade visual estabelecida para a Rede Federal de Educação Profissional.

Dessa forma uma cartilha própria para a assistência estudantil e em apoio ao estudante visa facilitar, principalmente, para os discentes ingressantes, a obtenção de informações acerca da PAE. Portanto, os conteúdos apresentados na cartilha serão um apoio aos estudantes/familiares para compreensão sobre o que é a AE, quais suas ações e programas, como funciona, a quem se destina, como é a seleção para seus programas e benefícios.

Ademais, a concepção da cartilha parte dos problemas diagnosticados como: muitos discentes ainda compreendem a PAE de maneira limitada aos benefícios que conseguem obter, como o auxílio estudantil. Diante disso, o produto educacional foi estruturado a fim de contribuir para que os alunos percebam que assistência estudantil é um direito que contribui para o acesso, permanência e êxito.

Além disso, através da pesquisa diagnóstica compreendeu-se o posicionamento de autores conceituados a respeito do tema (Kaplún, 2003). Por isso,

pesquisamos materiais (como vídeos, tutoriais, folders digitais, dentre outros), haja vista que as equipes dos setores de apoio ao estudante vêm buscando informar sobre a AE e facilitar o processo de inscrição dos discentes no IVS/PAPE.

No esforço de sistematizar e produzir os documentos necessários, também consideramos os materiais existentes sobre a temática nos campi do IFPB e noutras instituições para traçar quais os elementos essenciais para estar disponíveis na cartilha.

A partir da análise dos dados coletados, ou seja, com base na observação das respostas dos questionários, identificamos, com especial atenção, as principais dificuldades apontadas pelos estudantes. Desse modo, o conteúdo da cartilha foi pensado de modo a responder e solucionar os principais gargalos enfrentados pelos discentes nas inscrições.

Sequencialmente foi iniciado o processo criativo de concepção da cartilha, com a produção de materiais educativos. Para tanto, foi escolhido o site Canva que é relativamente simples de utilização, além de ser uma boa ferramenta para produção e edição das mídias, tendo em vista que dispõe de pacote gratuito com uma boa quantidade de recursos. Buscou-se utilizar elementos com aparência/ *design* agradável e atrativo, a partir da seleção dos *templates* disponíveis.

Quanto às fontes utilizadas, buscamos priorizar a Arial que é uma escolha recomendada para a acessibilidade e pelo *design* inclusivo. A vantagem no uso de fontes sans-serif (sem serifa) é a ausência dos pequenos traços decorativos nas extremidades das letras e bom espaçamento. O *design* limpo e as formas uniformes dos caracteres da Arial facilitam a leitura para uma ampla gama de usuários, incluindo aqueles com deficiências visuais ou dislexia, oferecendo excelente legibilidade, especialmente, em telas digitais.

Na cartilha foram utilizados: vídeos, textos curtos, *check-list* de documentos necessários, imagens produzidas por inteligência artificial (a partir de fotos) e também a partir de comandos para deixá-las próximas à realidade do Campus, dentre outros recursos.

7.1 Avaliação do produto educacional (PE)

O intuito da cartilha foi apresentar o conteúdo de maneira que facilitasse a compreensão sobre o papel da assistência estudantil e como acessar seus programas e ações. Assim, buscou-se fortalecer os estudantes através da oferta de um material para favorecer a realização das inscrições no IVS/PAPE porque a assistência estudantil além de minorar as situações de vulnerabilidade socioeconômica, pode contribuir para que eles se entendam como sujeitos ativos e participantes do processo educacional.

A cartilha elaborada foi disponibilizada para os discentes do 2º ano do ensino médio integrado, os mesmos que foram respondentes do questionário sobre a AE. Para divulgação do PE, houve momento para apresentação da cartilha nas salas de aula e deixamos o arquivo disponível nos grupos de aplicativo de mensagens das respectivas turmas. Esses procedimentos foram adotados considerando que o diagnóstico obtido a partir das respostas ao questionário revelou que a maior parte dos discentes utilizam o *Whatsapp* para ter acesso aos documentos da Instituição.

Como avaliação utilizamos um formulário utilizando ainda o aplicativo *Google forms* que é familiar aos estudantes, contendo 16 perguntas, divididas em 4 seções: Conteúdo e clareza; Aparência da cartilha (*Layout* e *Design Visual*); Eficácia e Impacto e Comentários e Sugestões.

Nas 3 primeiras seções utilizamos a Escala Likert, de modo que os estudantes deveriam analisar as afirmações e em seguida indicar o grau de concordância com cada uma delas (0 a 5 pontos) sendo equivalentes a Discordo Totalmente, Discordo, Neutro, Concordo e Concordo Totalmente. A última seção foi composta por 3 perguntas abertas, nas quais os discentes poderiam apontar pontos fortes e fracos, além de sugestões para melhorias.

A fim de ilustrar o instrumento de avaliação e sua organização, segue a capa do questionário utilizado para esta etapa:

Figura 6 - Capa questionário para avaliação do Produto Educacional

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO **PROFEPT** **PROFESSOR ORIENTADOR** **ASSESSORIA** **Cartilha Assistência Estudantil**

Avaliação da cartilha sobre assistência estudantil

Caro(a) estudante,

A partir da nossa primeira conversa, elaborei a Cartilha da Assistência Estudantil (disponível no link: https://www.canva.com/design/DAGz6pcMtBA/Fz4lR5hkGhIXs5X3c3a1g/view?utm_content=DAGz6pcMtBA&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utlid=h6467fdd1d4) e, agora, conto com sua valiosa contribuição para validá-la.

Por favor, leia as afirmações a seguir e indique seu grau de concordância com cada uma delas. Você é nosso(a) avaliador(a) e tem total liberdade para oferecer sugestões. As informações fornecidas serão mantidas em sigilo.

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail

Instruções de Marcação

Para cada afirmação sobre a cartilha você deve marcar a opção que melhor representa sua opinião, utilizando a escala de 1 a 5, conforme a Legenda abaixo:

1	→	2	→	3	→	4	→	5
Discordo Totalmente		Discordo		Neutro (Não concordo nem discordo)		Concordo		Concordo Totalmente
☹️		😞		😐		😊		😄

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dos 42 estudantes que responderam ao questionário que embasou a construção da cartilha, obtivemos 30 respostas no questionário avaliativo do produto educacional, correspondendo a 71,42% da amostra.

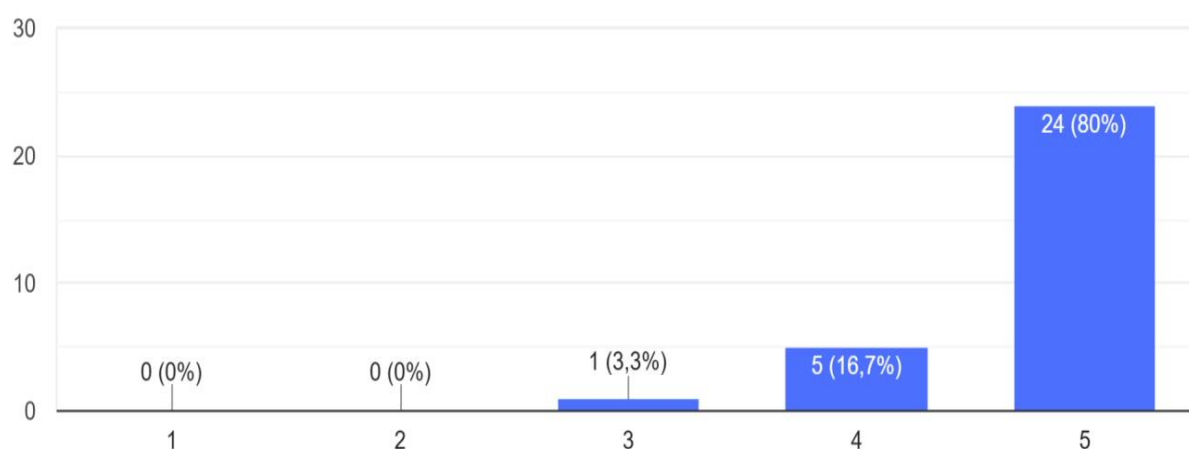
Quanto à avaliação sobre o conteúdo e clareza, 18 estudantes (60%) concordaram totalmente que os conteúdos estão organizados de maneira objetiva e fácil de entender; 10 estudantes (33,3%) concordaram com a afirmação e 2 (6,7%) se posicionaram de forma neutra.

Sobre à adequação ao público apontaram que as as informações estão adequadas e corretamente direcionadas aos estudantes, 24 respondentes (80%) concordaram totalmente e 6 (20%) concordaram.

Voltado especificamente ao conteúdo, buscamos saber se a cartilha apresentou novidades e esclarecimentos que os discentes ainda não conheciam sobre a Assistência Estudantil. Observou-se que os respondentes ficaram divididos entre concordo totalmente e concordo, com 14 (46,7%) respostas cada e 2 estudantes neutros.

Houve 24 alunos (80%) que concordaram totalmente que os materiais de apoio e links fornecidos ajudam a aprofundar o assunto tratado; 5 pessoas (16,7%) concordaram com a afirmativa e uma resposta neutra.

Gráfico 35- Os materiais de apoio e links fornecidos ajudam a aprofundar o assunto tratado



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Sobre esse item analisamos que de fato como nosso público alvo foram os estudantes do 2º, muitas informações já seriam conhecidas. Ainda assim, foi importante constatar que algumas informações foram percebidas como novidade pelos discentes, portanto, esse item demonstra que a cartilha permite uma visão mais ampla sobre a assistência estudantil.

Os termos e a linguagem utilizados na cartilha são de fácil compreensão para 17 discentes (56,7%); outra vez 10 estudantes (33,3%) concordaram com a afirmação; 2 estudantes (6,7%) ficaram neutros e 1 discente (3,3%) discordou, portanto, deve ter tido dificuldade para compreender alguma parte da cartilha.

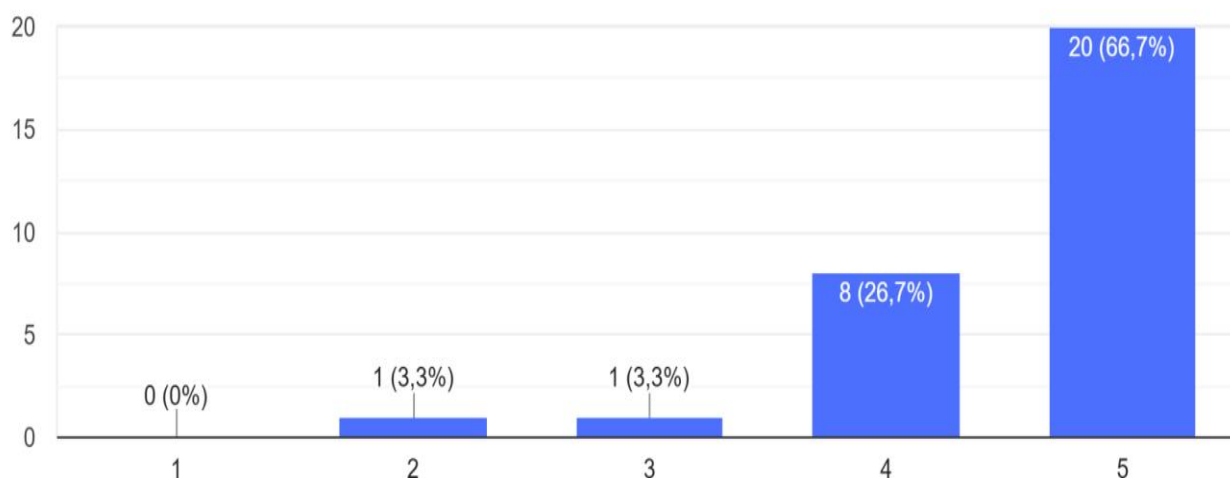
Em relação a Aparência da cartilha (Layout e *Design* Visual), 17 estudantes (56,7%) concordaram totalmente que a cartilha é visualmente atraente e agradável e

8 alunos (26,7%) concordaram. Também houve 3 avaliações neutras e duas que discordam, portanto, apenas 6,7% não gostou do visual da cartilha.

Os discentes também avaliaram se as cores, fontes e dimensão do texto contribuíram para uma leitura fluída. Na análise dos discentes, 20 respostas (66,7%) concordam totalmente, 8 concordam (26,7%), 2 ficaram neutros e não houve discordância quanto a este quesito da avaliação.

A partir da avaliação dos estudantes sobre os elementos visuais (imagens, ícones e gráficos) perguntamos se esses itens facilitaram o entendimento do conteúdo, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 36- Os elementos visuais facilitaram o entendimento do conteúdo.

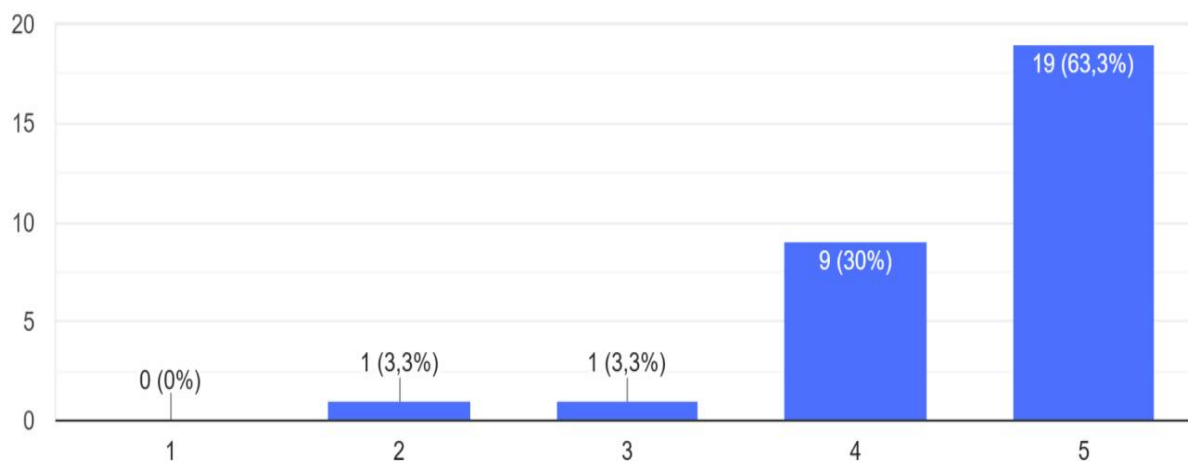


Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Houve 20 respostas (66,7%) concordando totalmente, 8 concordam (26,7%), uma pessoa neutra e uma discordância. Portanto, somados os que concordaram totalmente ou concordaram alcançamos 93,% das opiniões que entendem os elementos visuais como facilitadores do entendimento.

Quanto à eficácia e impacto, perguntamos se o conteúdo da cartilha contemplou as dúvidas essenciais sobre a Assistência Estudantil que os respondentes tinham na época do ingresso no IFPB e se o conteúdo apresentado atende ao propósito de disseminar informações sobre o assunto, ambas as questões tiveram as mesmas respostas: onde 19 estudantes (63,3%) concordaram totalmente; 9 concordam (30%), 1 foi neutro (3,3) e 1 discorda (3,3%).

Gráfico 37- O conteúdo da cartilha contemplou as dúvidas essenciais que eu tinha sobre a Assistência Estudantil no meu ingresso no IFPB.

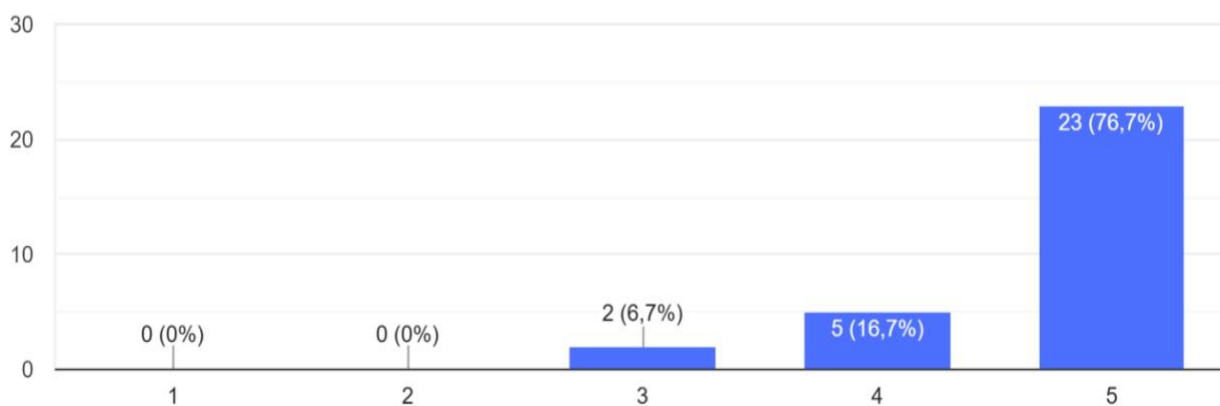


Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Outro ponto avaliado foi se o material promove uma formação mais ampla, contemplando dimensões para além da acadêmica, nesse item 17 estudantes (56,7%) concordaram totalmente; 8 concordam (26,7%) e 5 (16,7%) ficaram neutros. Portanto, observa-se que mais de 83% entende a cartilha como favorável para ampliar a visão sobre a assistência estudantil.

Em complemento, perguntamos se após ler a cartilha, sentiram-se mais confiantes para buscar direitos e compreender os processos da Assistência Estudantil, onde 70% concordam totalmente e 23,3% concordaram com a afirmação, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 38- Considero esta cartilha adequada para recomendar a novos(as) estudantes do IFPB.



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Diante do conjunto da obra, 76,7% concordaram totalmente que esta cartilha é adequada para recomendar a novos(as) estudantes do IFPB e 16,7% concordaram. Portanto, mais de 93% dos estudantes avaliaram a cartilha positivamente e a recomendariam para colegas ingressantes.

Por fim, utilizamos perguntas abertas para que os estudantes pudessem avaliar pontos fortes, fracos e comentários e sugestões, sintetizados na tabela a seguir, selecionamos como amostragem 10 respostas, organizadas por semelhança de ideias e organizamos em sequência. Quando há a observação (*) quer dizer que tal ponto foi mencionado mais de uma vez, embora, não tenha sido repetido os pontos negativos ou sugestões, utilizamos as respostas nos 3 itens das mesmas pessoas:

Tabela 5 - Avaliações sobre o Produto Educacional

Avaliações do PE - Cartilha AE			
Pontos positivos	Pontos negativos	Comentários e sugestões	Aplicado
O aspecto mais positivo da cartilha, na minha opinião, é a clareza na organização das informações, tornando o material acessível e didático.	Senti falta de exemplos mais concretos para ilustrar determinados pontos; sem eles, essa parte da cartilha ficou pouco clara.	Adicionar casos reais ou situações do cotidiano que ajudem o leitor a entender como aplicar o que foi apresentado.	Aplicado. Ver figura 16.
A parte de como se inscrever no IVS (*)	A tabela de pontuação (*)	Deixar um pouco mais claro a parte da tabela	Aplicado. Ver figura 14.
As explicações sobre o processo, responde várias dúvidas	A parte dos anexos	Explicar melhor quem precisa mandar determinados anexos e os que não precisam.	Aplicado. Ver figura 16 e figura.
A linguagem é simples e fácil de entender, acessível (*)	Faltaram explicações melhores para alguns termos	Adicionar exemplos práticos, ilustrações e pequenos resumos ao final das partes. (*)	Aplicado. Ver figura 16 e figura.

Avaliações do PE - Cartilha AE			
Pontos positivos	Pontos negativos	Comentários e sugestões	Aplicado
	técnicos.		
Facilidade para compreender os assuntos (*)	A parte que fala do PAPE	Deixar mais claro a parte que fala do PAPE/IVS	
O que mais gostei foi a explicação clara e organizada sobre os auxílios da assistência estudantil.	O mais confuso foi a parte dos critérios de seleção, que poderia ter mais detalhes ou exemplos.	Sugiro adicionar exemplos práticos e um resumo final com os passos para solicitar os auxílios.	Aplicado. Ver figura 16 e figura.
O ponto mais positivo foi a forma simples e direta como os conteúdos foram apresentados. Gostei principalmente porque tudo ficou explicado de maneira acessível, com linguagem simples e exemplos práticos, o que facilita muito o entendimento sobre o IVS e os programas da assistência estudantil. Os QR Codes também ajudaram bastante para acessar rapidamente os materiais e tutoriais!(*)	A parte sobre os documentos variáveis, porque são muitas situações diferentes e isso pode gerar dúvida sobre o que realmente precisa ser enviado em cada caso. Às vezes fiquei em dúvida sobre qual anexo usar e quando cada documento era realmente necessário.	Sugiro incluir mais ilustrações, exemplos práticos e explicações passo a passo. Também seria interessante adicionar um pequeno resumo ao final , reforçando os pontos principais e facilitando a revisão. Também ajudaria se tivesse exemplos visuais organizados por perfil familiar. Isso deixaria tudo ainda mais prático e reduziria dúvidas. (*)	Aplicado. Ver figura 16 e figura.
Por incrível que pareça, as cores utilizadas em documentos acadêmicos, por	Em relação ao conteúdo do que a cartilha se trata, não possui nenhum ponto confuso ou	Uma coisa que eu particularmente não gostei bastante é o uso de imagens geradas por	Aplicado. Ver figura 12.

Avaliações do PE - Cartilha AE			
Pontos positivos	Pontos negativos	Comentários e sugestões	Aplicado
exemplo a cartilha, influenciam na forma como o leitor reage aos conteúdos envolvidos. Acredito que a escolha de cores pastéis para o documento combinou muito, além de que a cartilha é bastante informativa e explica muito bem sobre como utilizar os recursos dado aos discentes.	fraco, é bastante didático e informativo. (*)	inteligência artificial (*), eu sei que é um recurso bastante utilizado, até facilita o processo, e também não interfere no conteúdo da cartilha, porém é algo que me incomoda, mas é somente minha opinião.	
Eu gostei muito da linguagem simples e das imagens atrativas.	Acho que só o layout da cartilha.	Acho que só tirar o fundo verde atrás da página, deixa a folha branca mesmo.	Não porque a aparência foi bastante elogiada, esta parece ser uma questão de gosto pessoal.

Fonte: Elaboração própria (2025)

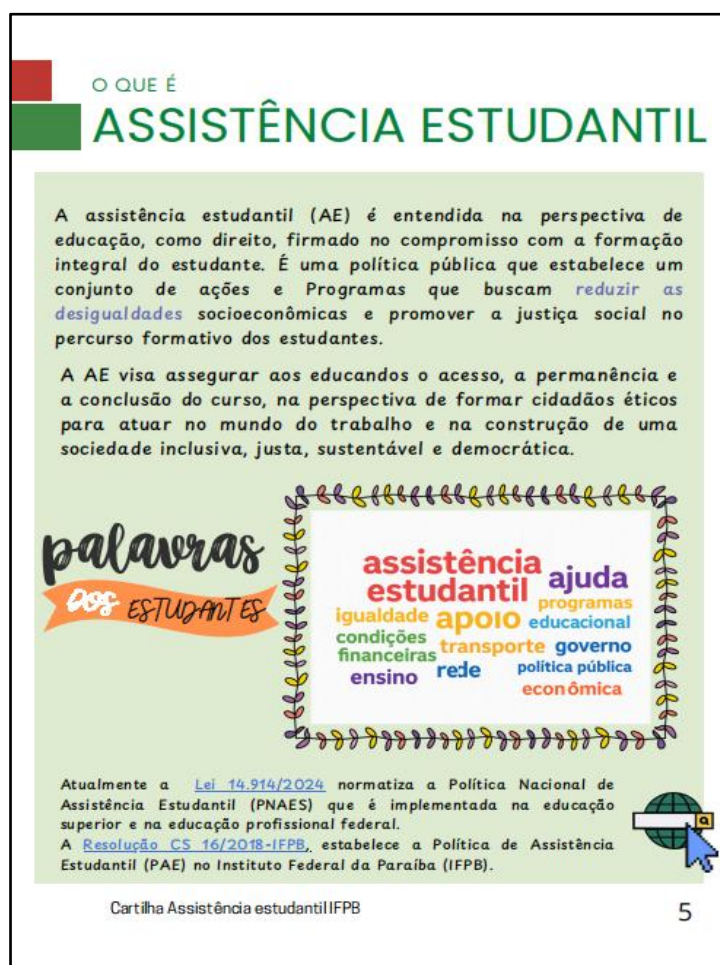
Dentre os 30 respondentes, 25 estudantes citaram pontos positivos, ou seja, tivemos 83,33% de avaliações positivas. Destas 14 avaliações citaram especificamente sobre o Conteúdo e Clareza. Como principais destaques, houve elogios voltados à linguagem, design e organização. Desse modo, a partir da avaliação dos discentes a cartilha já cumpre bem sua função informativa.

Dentre as respostas, apenas 10 estudantes apontaram algum ponto negativo. Ressaltamos que após essa avaliação pelos estudantes, fizemos melhorias na versão final, por exemplo, dentre as sugestões que julgamos pertinentes, revisamos os tópicos que foram apontados.

Foram necessárias algumas alterações na ordem das páginas e foram inseridas algumas informações com intuito de reforçar ou mostrar de outra maneira as informações sobre a AE. As mudanças relacionadas ao reposicionamento de conteúdos antes já expostos na versão inicial da cartilha, não foram ilustradas, pois o intuito foi deixar coeso e coerente com as páginas que foram criadas que são as melhorias implementadas mais significativas.

Mesmo com muitas avaliações apontando a clareza da cartilha, ainda houve uma referência à linguagem muito técnica, assim avaliamos onde ainda podia ser melhorado. Aplicadas as alterações vejamos o resultado:

Figura 7 - Página O que é assistência Estudantil - Antes



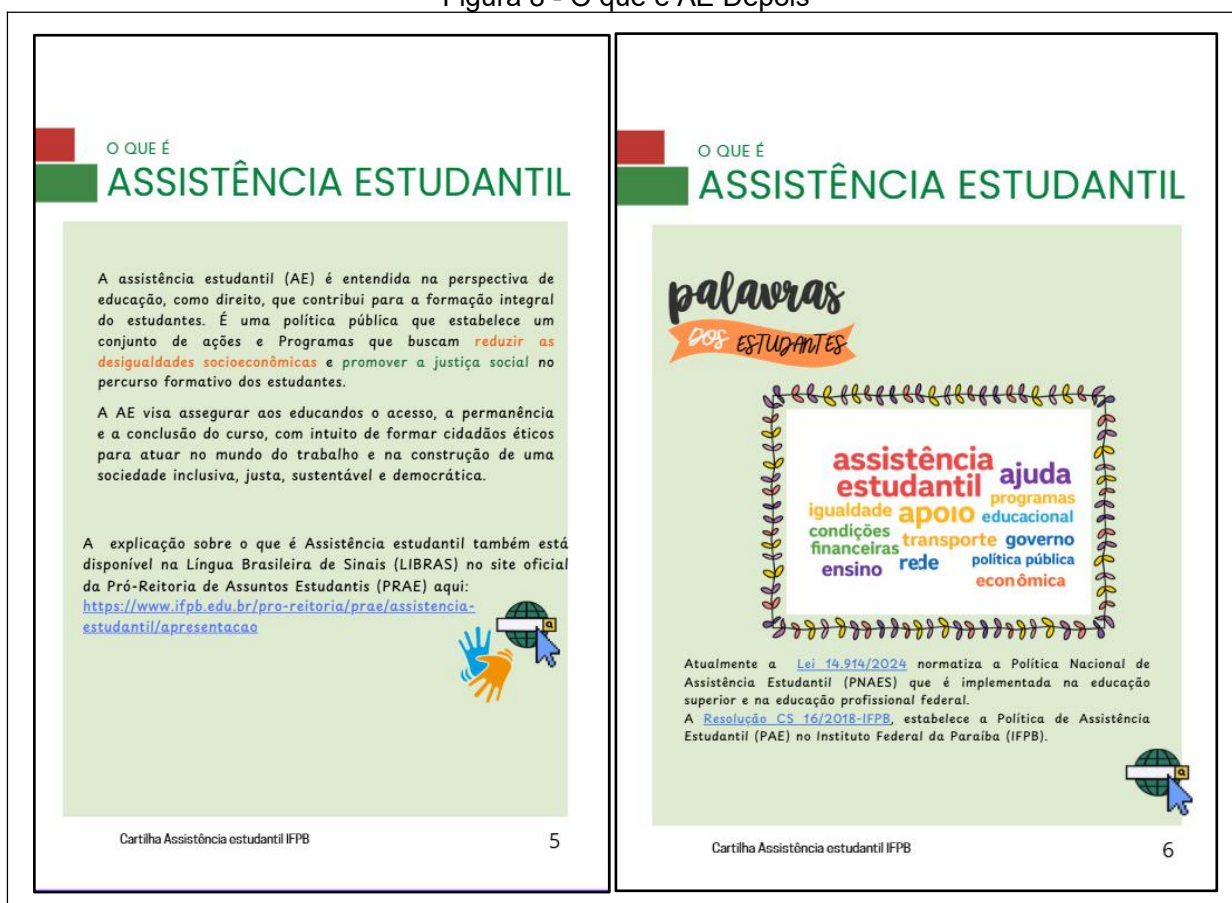
Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Nessa parte identificamos que a parte inicial, onde se apresenta o que é assistência estudantil, seria interessante deixar um pouco mais simples e com

menos informações concentradas apenas em uma página. Ao dividir o conteúdo, acrescentamos uma página, mas resolvemos o excesso de informações.

Portanto, dentre as mudanças, alteramos algumas poucas palavras na apresentação sobre o que é a assistência estudantil, mas que transformaram a linguagem para menos engessada. Também inserimos um link que traz a explicação sobre o que é Assistência estudantil também está disponível na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no site oficial da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), visando garantir a acessibilidade. Conforme ilustrado a seguir:

Figura 8 - O que é AE Depois



Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Além disso, considerando que a aparência contribui para a fluidez da leitura e ajuda a compreender as informações, aplicamos mudanças no sentido de retirar algumas imagens tendo em vista que foi citado o excesso de informações e de imagens criadas por inteligência artificial. Após essa alteração, o foco ficou nos programas que a PAE do IFPB inclui, como pode ser observado adiante:

Figura 09 - Programas da PAE Antes e Depois



Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

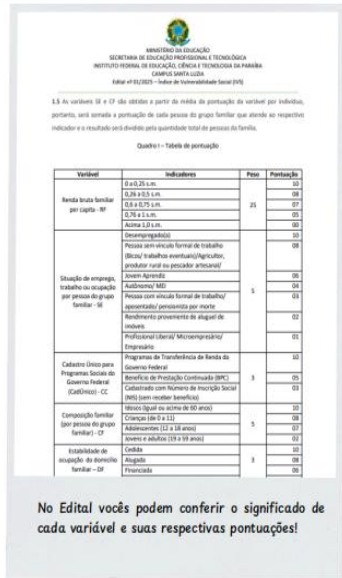
Outro ponto criticado foi a tabela de pontuação do IVS, ela estava inserida na cartilha porque é imprescindível que os estudantes entendam como a pontuação individual é

calculada, para isso eles precisam estar cientes do conteúdo do edital e saber onde encontrar as informações.

De fato, merecia um complemento, por isso, trouxemos uma breve explicação, aliamos a fórmula do IVS na mesma página de modo a facilitar a compreensão que na tabela estão dispostas as variáveis utilizadas para o cálculo. Além disso, acrescentamos exemplos em azul para deixar ainda mais claro. Vejamos:

Figura 10 - Tabela de pontuação - Antes e Depois

TABELA DE PONTUAÇÃO ?



No Edital vocês podem conferir o significado de cada variável e suas respectivas pontuações!

Enfim, através dessa documentação o estudante demonstra como é sua família e as principais características do seu cotidiano. Por isso, quanto mais completa for a documentação maior será a probabilidade de que o IVS reflita a sua realidade, de modo que o IVS seja adequadamente quantificado.

13

TABELA DE PONTUAÇÃO

As principais características da sua realidade são transformadas em pontuação através da tabela e da fórmula que vocês podem observar no edital aberto.

$$25 \times RF + 5 \times SE + 3 \times CC + 5 \times CF + 3 \times DF + 3 \times ST + 3 \times RE + 5 \times TR + 10 \times ME + 15 \times EEPP + 2 \times IR + 3 \times G + 3 \times SAU + 5 \times FMI + 5 \times PPI + 5 \times NS$$

100

Caso vocês queiram conferir a pontuação, utiliza-se a fórmula acima. Para entendê-la, busque no edital a tabela ilustrada ao lado, nela há o significado de cada variável e suas respectivas pontuações!

exemplo

Renda Familiar= RF;
situação de emprego=SE;
Cadastro CadÚnico= CC;
composição familiar=CF;
domicílio familiar =DF



Por isso, quanto mais completa for a documentação maior será a probabilidade de que o IVS reflita a sua realidade, de modo que o IVS seja adequadamente quantificado.

14

Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Dentre as sugestões estava o pedido para deixar a parte do IVS e PAPE mais clara, referindo-se a documentação, por isso, mesmo já havendo a informação no quadro informativo da página 20 e no vídeo tutorial sobre a inscrição, criei uma página para a documentação que todos os estudantes devem enviar como o comprovante de residência e a Declaração de Situação conjugal do responsável familiar (ANEXO 3) . Além disso, também colocamos uma “Dica” sobre os anexos para ajudar:

Figura 11 - Página nova documentação necessária

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

TODOS OS/AS ESTUDANTES

● **Comprovante de residência do grupo familiar**

O nome do proprietário/
responsável e o endereço
do imóvel devem estar
visíveis e legíveis.



Documento Demonstrativo Financeiro
Energisa
NOME: WALLACE JOSE DE SOUZA HENRIQUES
CPF: 123.456.789-01
END: RUA ABC, 123 - CIDADE ABC - ESTADO ABC

● **Declaração de Situação conjugal do responsável familiar (ANEXO 3)**



Regra de Ouro #1:
Os anexos do edital servem para
comprovar a sua realidade.

Veja no edital se tem algum
deles que se encaixam na sua
situação familiar.

Cartilha Assistência estudantil IFPB

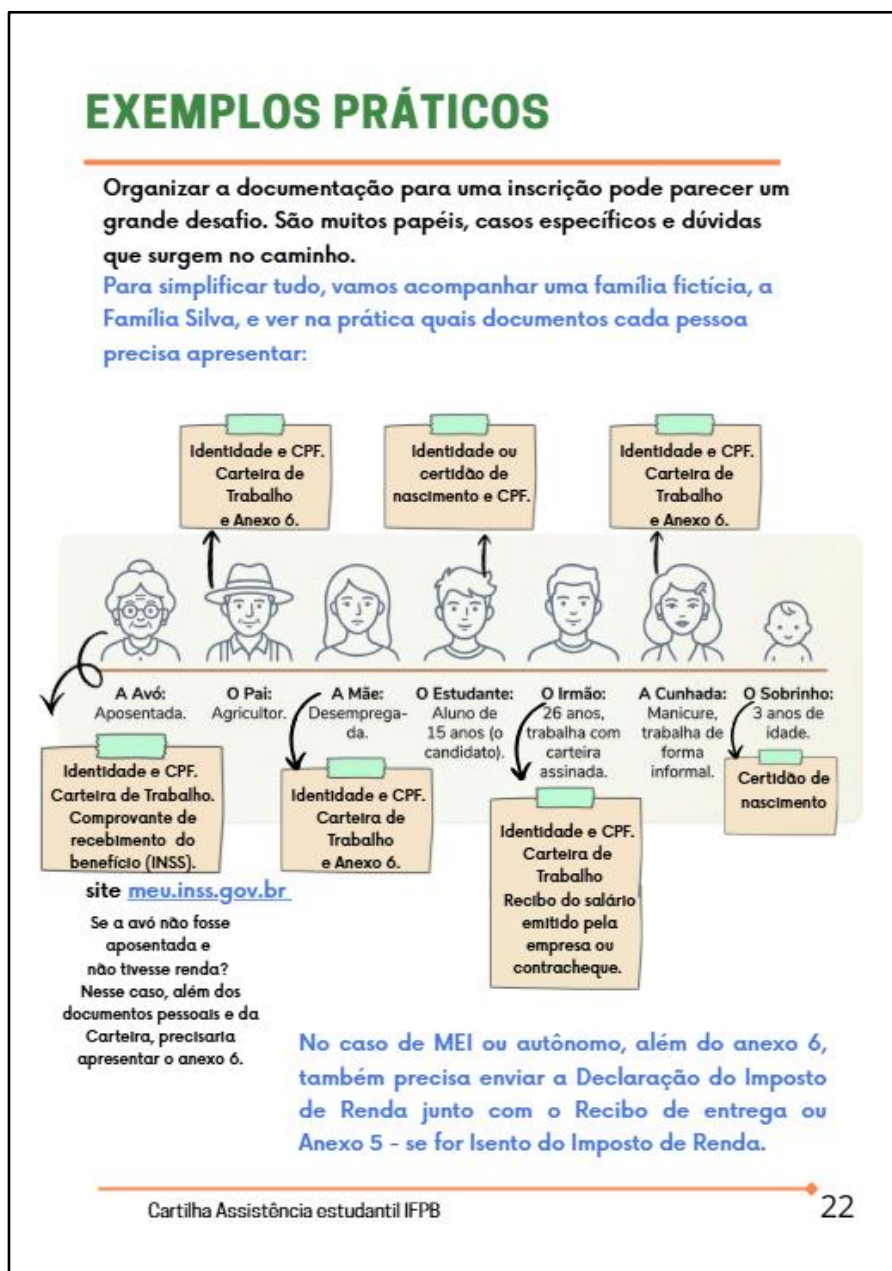
21

Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Ainda assim, os resultados do questionário e da avaliação da cartilha mostram que a principal dificuldade dos estudantes está na documentação necessária para a inscrição do IVS. Eles querem entender “o que eu preciso enviar no meu caso”, visto que a sugestão de acrescentar exemplos práticos foi citada em algumas respostas, além do pedido de quadros-resumos explicativos com passo a passo final.

Implementamos esta mudança a partir da criação de uma família fictícia, a Família Silva, para mostrar na prática quais documentos cada pessoa precisa apresentar. Criamos uma família grande a fim de contemplar casos específicos e dúvidas que surgem no caminho. Vejamos abaixo como ficou essa página nova:

Figura 12- Exemplos práticos sobre a documentação



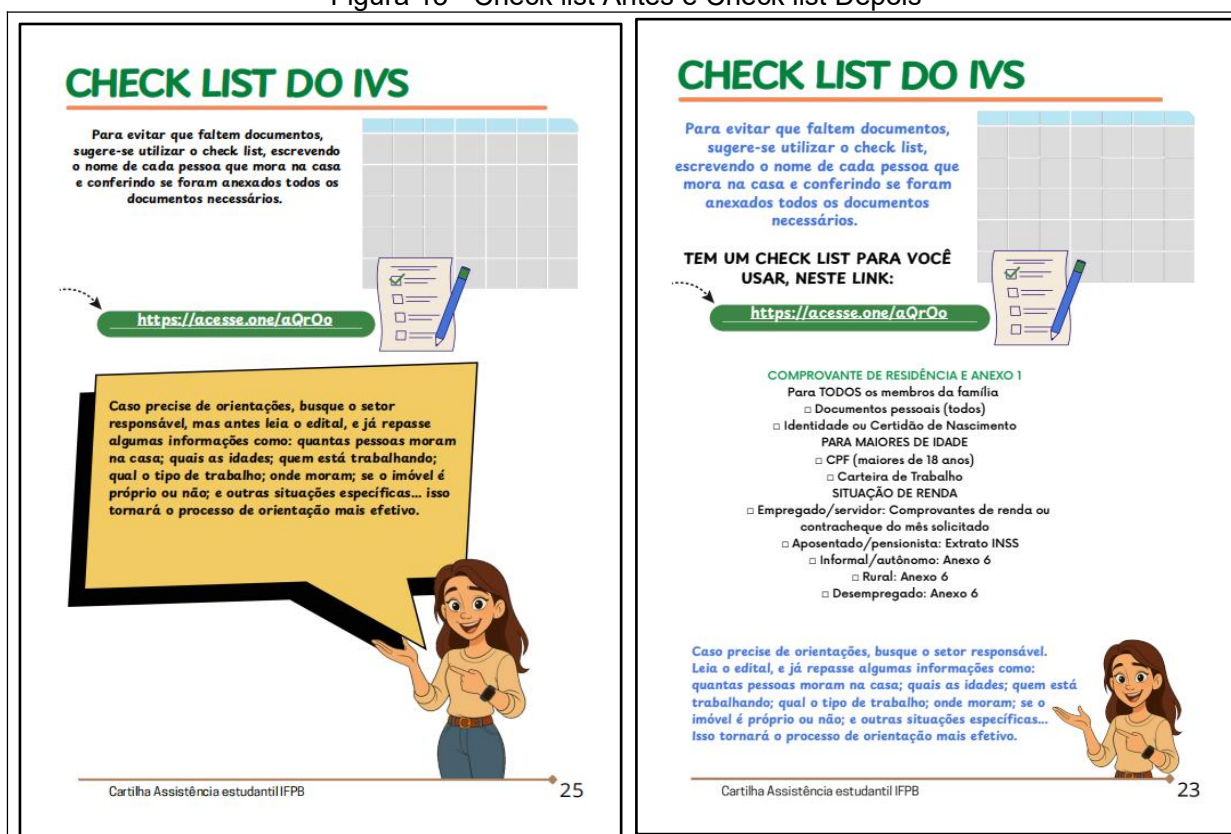
Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Na versão apresentada aos estudantes para avaliação constava um link <https://acesse.one/aQrOo> através do qual os mesmos têm acesso por meio do e-mail acadêmico à uma quadro *check-list*. A função deste documento é auxiliar os

alunos para evitar que faltem documentos, sugere-se escrever o nome de cada pessoa que mora na casa e conferir se foram anexados todos os documentos necessários.

Ajustamos a sequência das páginas, deixando essa parte do *check-list* logo depois da documentação obrigatória, acrescentamos também a listagem de documentos e a explicação sobre o link para que todos saibam da existência desse documento:

Figura 13 - Check list Antes e Check list Depois



Fonte: Cartilha AE- Elaboração própria (2025)

Por fim, foi feito um acréscimo com um quadro-resumo com os principais pontos abordados na cartilha para minimizar ao máximo as dúvidas que possam ocorrer principalmente durante a realização do IVS e acesso aos programas da AE, vejamos:

Figura 14 - Quadro-resumo

RESUMO	
Passo	Dica Importante
LEITURA	Leia totalmente ou em grande parte o Edital. Não ler o edital é um motivo de possíveis indeferimentos.
DOCUMENTAÇÃO	Use o Check List (link: https://acesse.one/aQnOo) para conferir os documentos de cada pessoa que mora na casa.
ERROS/RECURSO	Se o resultado for INDEFERIDO , durante o período de recursos é possível acrescentar o que faltou .
FINALIZAÇÃO	No SUAP, no final da inscrição, é obrigatório marcar a caixinha de declaração de veracidade e clicar em "Confirmar". Inscrições incompletas (Não Completada) não são enviadas para análise.
IVS e PAPE	Lembrem! São 2 editais . Só pode concorrer ao PAPE (auxílio financeiro) quem tem o IVS válido e deferido.
RENOVAÇÃO	Você precisa se inscrever no IVS novamente apenas se houver uma mudança significativa na situação familiar. Mas no PAPE sim , é preciso se inscrever novamente pelo menos uma vez ao ano .
VALOR PAPE	Para saber o valor que você receberá, confira o resultado final do PAPE no SUAP, rolando até o fim da página da inscrição. O valor depende da sua faixa de vulnerabilidade (IVS mais alto = auxílio maior).
SUORTE	Busque a COPAE para orientação.

Cartilha Assistência estudantil IFPB 21

Fonte: Cartilha AE - Elaboração própria (2025)

Desse modo, findada a aplicação da cartilha e sua avaliação pelo público alvo, os estudantes do 2º ano, foi realizada a análise dos dados que permitiu a implementação das melhorias apresentadas ao longo deste capítulo. Portanto, diante do trabalho realizado até aqui, entregamos um PE que passou por todo o ciclo necessário: diagnóstico, concepção, aplicação, avaliação e refatoração como modo de atestar sua eficácia e pertinência para utilização na prática profissional e orientação dos estudantes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe importantes contribuições para refletirmos sobre a educação e a assistência estudantil. A literatura e a legislação permitem perceber que houve avanços na implementação de uma educação que visa superar a dualidade, assim como, no âmbito da assistência estudantil que alcançou o patamar de política pública.

A partir dos anos 1990, intensifica-se a articulação entre políticas de enfrentamento da pobreza e programas de renda mínima (Sposati, 1997). Na assistência estudantil, isso se expressa na centralidade adquirida pelos auxílios financeiros, as “bolsas” destinadas a suprir necessidades básicas dos discentes.

Assim como adverte Almeida (2007, p. 6), há o predomínio de procedimentos administrativos nos programas sociais e as demandas institucionais em atendimento a exigências postas para execução do orçamento das políticas públicas, no caso, da educação e da assistência estudantil. Isto fortalece uma visão ideológica de que a assistência social se converte em assistencialismo.

Esse entendimento também influencia a forma como muitos interpretam o papel do assistente social e a própria assistência estudantil no contexto escolar. Aliado a isso, observou-se que a implementação da assistência estudantil perpassa por desafios como a necessidade de aumento dos recursos destinados à educação e ao financiamento das ações de AE, além da carência de mais profissionais para atuação nesta política.

Nesse sentido, nos debruçamos para definir o perfil dos estudantes atendidos no IFPB, campus Santa Luzia, porque esse conjunto de informações facilitará compreender as percepções dos discentes sobre a AE. Quanto ao delineamento do perfil dos estudantes do Campus Santa Luzia, percebeu-se que a maioria dos discentes (79%) são egressos de instituições públicas e essa mesma quantidade de famílias vive com renda de até meio salário mínimo.

Sobre a identidade etnico-racial dos discentes, percebeu-se que 31,3% são pessoas pretas, pardas ou indígenas; em 29,9% das famílias há apenas uma pessoa responsável por prover e garantir os cuidados relacionados à parentalidade, geralmente, a mãe.

Em relação à composição familiar, calculando o total de pessoas declaradas e dividido pela quantidade de inscrições, percebe-se que as famílias são compostas em média por 3,89 pessoas. Com maior frequência sendo o(a) estudante adolescente e os pais. O segundo padrão mais frequente é a composta por: estudante, seus pais e um(a) irmão(a) crianças.

À luz do MHD, chegamos ao resultado de que as informações sobre o perfil dos estudantes reforçam que eles e suas famílias são afetados pelas expressões da questão social, relacionadas às consequências do modo de produção capitalista, como o empobrecimento da classe trabalhadora que dificulta as condições materiais para sobrevivência, como também pelas situações de violação de direitos, que interferem na forma de viver das pessoas.

A educação e a assistência estudantil são políticas estratégicas para a democratização do acesso e, principalmente, da permanência na educação profissional e tecnológica, reafirmando que a instituição precisa exercer seu papel social, neste cenário a PNAES é um instrumento valioso através da efetivação da PAE.

Nesse sentido, ao adotarmos um questionário para avaliar a percepção dos estudantes, objetivamos ir além de uma coleta de dados quantitativa. Buscamos observar qualitativamente quais contradições entre a PAE e a vivência diária dos estudantes, analisando quais os sentidos eles atribuem à AE, priorizando uma análise crítica.

Verificou-se que, muitos estudantes reconhecem a importância da AE, principalmente, referindo-se aos auxílios. A assistência estudantil é percebida por mais da metade dos estudantes (57,1%) como determinante para permanência no IFPB. Essa percepção esteve presente também entre os discentes não contemplados com o PAPE, os quais também entendem a AE como relevante.

Ainda assim, observamos que persistem lacunas quanto à compreensão dos beneficiários sobre o alcance e o significado da PAE porque embora alguns discentes tenham citado outras ações como o acompanhamento pedagógico e biopsicossocial, elas foram pontuais. Em relação a esse aspecto as ações de cunho preventivo e educativo ligadas à temáticas transversais não são sistemáticas, principalmente, devido à carência de mais profissionais técnicos.

Na maior parte das respostas a AE foi percebida apenas enquanto seus benefícios materiais, sem associá-la de forma mais ampla ao processo educativo, à formação integral. Destaque para AE vista como uma motivação para se dedicarem aos estudos, vislumbrando a possibilidade de participação em projetos e eventos, desportivos, culturais e de extensão e pesquisa

Essas percepções são produzidas por diversos fatores como práticas institucionais, pela fragmentação das políticas sociais e pelas próprias limitações materiais vivenciadas pelos discentes cujas necessidades de sobrevivência são primárias se sobrepondo a outros tipos de preocupações.

A pesquisa também identificou desafios práticos no processo de inscrição para o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), porque embora o processo de inscrição no SUAP tenha sido considerado como claro e de fácil visualização (mais de 81% de respostas positivas), a maior dificuldade apontada pelos estudantes foi "juntar os documentos necessários".

A fim de ofertar um produto educacional útil, foi desenvolvida a Cartilha da Assistência Estudantil. Sua concepção emergiu como resposta concreta às demandas identificadas, constituindo-se em um recurso pedagógico e informativo acessível, capaz de aproximar os(as) estudantes das informações sobre os programas e benefícios institucionais, incentivando-os a reconhecer a PAE como parte integrante do seu percurso formativo.

Após seu processo de aplicação e validação, dentre os 30 respondentes, 25 estudantes citaram pontos positivos, ou seja, tivemos 83,33% de avaliações positivas. Destas 14 avaliações citaram especificamente sobre: o Conteúdo e Clareza; organização das informações; adequação da linguagem ao público-alvo, e atratividade visual.

Os resultados indicaram elevada aprovação da cartilha, com mais de 93% dos respondentes apontando que recomendariam a cartilha para os colegas ingressantes. Portanto, o produto educacional cumpriu de forma satisfatória seu objetivo informativo e formativo, tendo passado por todas as etapas de diagnóstico, concepção, aplicação, avaliação e refatoração.

As melhorias implementadas reforçam sua eficácia como instrumento pedagógico de apoio à prática profissional e de orientação aos estudantes,

contribuindo para a ampliação do acesso à informação e para o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional.

Por fim, a pesquisa reafirma que a efetivação da assistência estudantil requer uma abordagem interdisciplinar e crítica, sustentada por princípios ético-políticos comprometidos com a transformação social.

A partir deste trabalho, foi possível constatar que a assistência estudantil cumpre um papel essencial na mitigação das desigualdades e na ampliação das oportunidades, mas demanda constante avaliação e aprimoramento para atender com efetividade aos objetivos da PNAES e para se direcionar aos princípios emancipatórios da educação.

É preciso que as ações e programas extrapolem a dimensão meramente compensatória e se consolidem como práticas formativas que favoreçam o desenvolvimento integral dos sujeitos, fortalecendo o protagonismo juvenil e a reflexão crítica sobre a sociedade.

Vislumbra-se que no horizonte almejado está a construção de uma concepção de educação humanizadora/emancipatória conforme as reflexões de autores como Mészáros (2005) e Almeida (2003), cuja leitura instiga a crer que através da educação pode acontecer a construção de uma nova ordem societária.

A atuação do serviço social na educação profissional se mostra indispensável nesse processo, pois articula o olhar técnico e humanizado sobre as expressões da questão social vivenciadas pelos discentes, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.

Assim, conclui-se que o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil, aliado a práticas educativas numa perspectiva de totalidade, constitui-se um caminho possível e necessário para promover o direito à educação de qualidade, reafirmando o papel do Instituto Federal da Paraíba como espaço de formação humana, emancipação e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (Org.). **Família: laços, redes e políticas públicas**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez Editora/ CEDPE, 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio ocupacionais. Palestra proferida no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, no dia 19 de maio de 2007 em Belo Horizonte.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine ; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Questão Social e Direitos. In:CFESS;ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS;ABEPSS, 2009, v. , p. 267-283.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: dia mês. ano. : 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em: 15 jun. 2024

BRASIL. **Lei nº 14.914 de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF. Presidência da República, 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007.** Brasília, 2007.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área.** Área 46. Ensino. Brasília: CAPES, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.213, de 20 de setembro de 2017.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Santa Luzia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 set. 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-no-1-213-de-20-de-setembro-de-2017-19306460> Acesso em: 6 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação.** Brasília: CFESS, 2001.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014.

CORTÊS, Sarah Tavares. **O Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Profissional da Paraíba: um debate situado na questão regional.** [S.l.]: - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

MENDONÇA, A. C. F.; PERANTONI, F. **Apresentação O que dizem os dados? resultados da política de assistência estudantil do IFPB -2024**. III Encontro de Estudantes do IFPB – ENEIFPB -2025.

FÉRRIZ, A. F. P.; ALMEIDA, N. L. T. O trabalho do assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo. In: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (org.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 15- 33.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed São Paulo, Atlas, 2002.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do Serviço Social São Paulo: Cortez, 2014.

GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin (org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 2ed. São Paulo: Cortez 2001.

HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: Editora CRESS, 2023. 300 p.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 2º ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução **RESOLUÇÃO-CS Nº 16, DE 21 DE JUNHO DE 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução AR- Nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução **RESOLUÇÃO-CS Nº 24, DE 30 DE ABRIL DE 2019**. Dispõe sobre o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Gestão de 2022**.

IFPB/PLANEDE. 31 de Março de 2023 Disponível em:

<<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Profissional e Tecnológica - 2019**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dadosabertos/sinopses-estatisticas/educacao-profissional-e-tecnologica>> Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação** – 2022. – Brasília, DF : Inep, 2022.

LOPES, Shirley Raquel Frazão. **Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE)**. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - IFPI, Parnaíba, 2021. Disponível em <<http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/907>>. Acesso em: 20 jun. 2023

KAPLÚN, G. **Material educativo: a experiência de aprendizado**. Comunicação & Educação, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra ministrada no 3º Seminário Nacional: Relações Raciais e Educação em 05/11/03.

MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da Pesquisa. Artigo. **Revista Temporalis** n 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 1, p. 116-128, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>> Acesso em: 14 de agosto de 2023.

Rua, Maria das Graças. **Análise de políticas: conceitos básicos**. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento, 1997.

SETEC. **Um novo modelo em Educação Profissional e tecnológica**. Concepções e Diretrizes. Brasília: MEC/Setec, 2010.

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.** São Paulo, Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza (org). **Renda mínima e crise mundial:** saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSATI, Aldaíza (org). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v.20, n.20, p.10-20, dez. 2014.

APÊNDICES

TABELA SOBRE O PERFIL DOS ESTUDANTES CONFORME DADOS DO EDITAL 02/2025 IVS IFPB-SL

CLASS	Per capita	Faixa de renda	Quant. Pessoas	DESEMP	SEM VIN.	AUTONOMO	COM VINC.	Tranf. renda	60 ou+	(0 a 11)	(12-18)	19 a 59	Estabilidade Imóvel	Zona residen.	Município	Transporte	Mobilidade	Escola	Escolaridade Resp.	Pessoa Trans/travesti	DOENÇA GRAVE	FMI	PPI	Nota Social	(R\$)	IVS
1	R\$ 150,00	10	4	1				1		2	1	1		ZU	Outros	PG	N	PUB	MIN	N	N	S	S		10	6,67
2	R\$ 62,50	10	4		2			1		1	1	2		ZR	LIM	PG	N	PUB	FUN	N	N	N	S		10	6,34
3	R\$ 200,00	10	6	2				1		2	2	2		ZU	SL	PG	N	PUB	MED	N	N	S	S		10	6,35
4	R\$ 33,33	10	3		1						2	1		ZR	Outros	GR	N	PUB	FIN	N	N	S	S		10	6,3
5	R\$ 75,00	10	4	2	1			1			1	3	ALU	ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	S	S		10	6,3
6	R\$ 64,00	10	7	4				1		1	2	4		ZU	Outros	PG	N	PUB	MIN	N	N	N	S		10	6,24
7	R\$ 0,00	10	5	2				1		2	1	2		ZR	LIM	0	N	PUB	FIN	N	S	N	S		10	6,22
8	R\$ 314,29	10	7	4	2			1			2	5		ZU	LIM	GR	N	PUB	FIN	N	N	S	S		10	6,22
9	R\$ 200,00	10	3		2			1			1	2		ZU	Outros	PG	N	PUB	MED	N	N	N	S		10	6,15
10	R\$ 100,00	10	4	2				1		1	1	2	ALU	ZU	SL	PG	N	PUB	MED	N	N	S	N		10	6,12
11	R\$ 150,00	10	2	1				1			1	1		ZU	LIM	0	N	PUB	MED	N	N	S	S		10	6,02
12	R\$ 400,00	8	2		1			1			1	1	PRO	ZU	SL	PE/BIKE	N	PUB	FIN	N	S	S	S		8	5,87
13	R\$ 450,00	8	2		1			1			1	1	ALU	ZU	Outros	PG	N	PUB	MED	N	N	S	N		8	5,86
14	R\$ 0,00	10	4		2			1		1	1	2	CED	ZR	SL	PROP	N	PUB	FIN	N	N	N	N		10	5,83
15	R\$ 394,68	8	5	2			1	1			3	2	CED	ZR	LIM	GR	N	PUB	ANA	N	N	N	S		8	5,73
16	R\$ 133,33	10	3	2				1			2	1		ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	S	N		10	5,65
17	R\$ 0,00	10	5	3				1		2	1	2		ZU	SL	0	N	PUB	FIN	N	N	N	S		10	5,57
18	R\$ 180,00	10	5	2				1		2	1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	MIN	N	N	N	S		10	5,56
19	R\$ 266,67	10	3		2			1			1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	FUN	N	N	N	S		10	5,56
20	R\$ 150,00	10	4	1	1			1		1	1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	N	S		10	5,51
21	R\$ 0,00	10	1	1				1				1		ZU	SL	0	N	PUB	MED	N	N	S	N		10	5,5
22	R\$ 233,33	10	3		1			1		1	1	1		ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	S	N		10	5,46
23	R\$ 225,00	10	4	1	1			1		1	1	2		ZR	LIM	GR	N	PUB	FIN	N	N	N	N		10	5,41
24	R\$ 354,00	10	3	1						1	1	1		ZU	Outros	GR	N	PUB	MED	N	N	S	N		10	5,35
25	R\$ 350,99	10	6		1		1	1		3	1	2	PRO	ZU	SL	0	N	PUB	MED	N	N	N	S		10	5,28
26	R\$ 190,00	10	5	1	1			1		2	1	2		ZU	SL	0	N	PUB	ND	N	N	N	S		10	5,25
27	R\$ 389,50	8	4				1	1		2	1	1		ZU	SL	PG	N	PUB	MED	N	N	S	N		8	5,25
28	R\$ 266,67	10	3	2	1			1				3	PRO	ZU	SL	PE/BIKE	N	PUB	ANA	N	N	N	N		10	5,21
29	R\$ 759,00	8	2				1				1	1	PRO	ZR	LIM	PG	N	PUB	MIN	N	N	S	N		8	5,18
30	R\$ 901,00	7	4		1		1	NIS		1	1	2		ZU	Outros	PG	N	PUB	FUN	N	N	N	S		7	5,17
31	R\$ 150,00	10	2	1	1			1				2		ZU	LIM	GR	N	PUB	MIN	N	N	N	N		10	5,14
32	R\$ 363,60	10	5	1	1		1	1			2	3		ZU	SL	PROP	N	PUB	MED	N	N	N	N		10	5,11
33	R\$ 599,76	8	4	1			1	NIS		1	1	2		ZU	SL	PROP	N	PUB	MED	N	N	N	S		8	5,09
34	R\$ 0,00	10	4	2				1		1	1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	N	N		10	5,03
35	R\$ 379,50	10	4	2			1	NIS			1	3		ZU	SL	PROP	N	PUB	FIN	N	N	N	N		10	5,04
36	R\$ 521,67	8	3	1			1				1	2	FINAN	ZU	Outros	PG	N	PUB	MED	N	N	N	N		8	4,98
37	R\$ 400,00	8	3	1		1		1			1	2		ZU	LIM	0	N	PUB	MED	N	N	N	S		8	4,96
38	R\$ 250,00	10	4	1		1		1		1	1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	N	N		10	4,96
39	R\$ 675,00	8	4	1		1		NIS		1	1	2		ZU	Outros	PG	N	PUB	MED	N	N	N	N		8	4,9
40	R\$ 504,00	8	5	1			1	1		2	1	2		ZU	SL	PG	N	PUB	MED	N	N	N	N		8	4,8
41	R\$ 1.012,00	7	3				2	NIS	1		1	1		ZR	LIM	PG	N	PUB	ND	N	N	N	N		7	4,7
42	R\$ 489,15	8	5	3			1	NIS			1	4		ZU	SL	PG	N	PUB	MED	N	N	N	N		8	4,67
43	R\$ 939,39	7	4				2	NIS		1	1	2		ZU	Outros	PG	N	PUB	SUP	N	N	N	N		7	4,67
44	R\$ 250,00	10	4	1	1			1		1	1	2		ZU	LIM	GR	N	>PUB	MIN	N	S	N	N			
45	R\$ 1.212,66	5	4				2	NIS		1	1	2	FINAN	ZU	Outros	PG	N	PUB	FIN	N	N	N	N		5	4,33

TABELA SOBRE O PERFIL DOS ESTUDANTES CONFORME DADOS DO EDITAL 02/2025 IVS IFPB-SL

CLASS	Per capita	Faixa de renda	Quant. Pessoas	DESEMP	SEM VIN.	AUTONOMO	COM VINC.	Transf. renda	60 ou+	(0 a 11)	(12-18)	19 a 59	Estabilidade Imóvel	Zona residen.	Município	Transporte	Mobilidade	Escola	Escolaridade e Resp.	Pessoa Trans/ travesti	DOENÇA GRAVE	FMI	PPI	Nota Social	(R\$)	IVS
46	R\$ 0,00	10	4					1		1	1	2		ZU	LIM	GR	N	>PUB	MED	N	N	N	N		10	4,28
47	R\$ 400,00	8	4		2					1	1	2		ZU	LIM	GR	N	PUB	ANA	N	N	N	N		8	4,28
48	R\$ 784,89	7	5	3	1		1					5		ZU	Outros	0	N	PUB	FIN	N	N	N	N		7	4,26
49	R\$ 784,89	7	5	3	1		1					5		ZU	Outros	0	N	PUB	FIN	N	N	N	N		7	4,26
50	R\$ 0,00	10	3	2				1			1	2		ZU	LIM	GR	N	0	MED	N	N	S	N		10	4,06
51	R\$ 250,79	10	5	1			1	NIS			3	2		ZU	SL	PG	N	0	SUP	N	N	S	N		10	4,01
52	R\$ 736,26	8	8	3			1			2	2	4		ZU	SL	0	N	PUB	FIN	N	N	N	N		8	3,94
53	R\$ 556,60	8	3	1			1	NIS			1	2		ZR	Outros	GR	N	>PUB	POS	N	N	N	N		8	3,84
54	R\$ 1.234,78	5	3	1	1	1					1	2	FINAN	ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	N	N		5	3,73
55	R\$ 1.302,50	5	4	1		1	1				1	3	CED	ZU	SL	PE/BIKE	N	PUB	MED	N	N	N	N		5	3,67
56	R\$ 1.349,49	5	5	3		1					1	4		ZU	Outros	GR	N	PUB	MED	N	N	N	N		5	3,64
57	R\$ 333,33	10	3	1	1			1			1	2		ZU	LIM	GR	N	PART	MIN	N	N	N	N		10	3,57
58	R\$ 834,90	7	2				1	NIS			1	1		ZR	LIM	GR	N	PART	MED	N	N	S	N		7	3,43
59	R\$ 389,60	8	5	1			1	NIS		2	1	2		ZU	LIM	GR	N	PART	POS	N	N	S	N	5	8	3,39
60	R\$ 603,48	8	3				1	1		1	1	1	ALU	ZU	LIM	GR	N	PART	ND	N	N	N	N		8	3,22
61	R\$ 325,00	10	4	1		1		NIS		1	1	2		ZU	SL	GR	N	0	FIN	N	N	N	N		10	3,2
62	R\$ 516,67	8	3		2			1			1	2	PRO	ZU	LIM	0	N	PART	FIN	N	N	N	N		8	3,06
63	R\$ 1.729,92	0	2				1	NIS			1	1	ALU	ZU	LIM	GR	N	PUB	MED	N	N	S	N		0	2,88
64	R\$ 759,00	8	4	1		1				1	1	2	PRO	ZU	LIM	0	N	PART	SUP	N	N	N	N		8	2,6
65	R\$ 1.886,25	0	4	1			1			1	1	2		ZU	Outros	0	N	PUB	MED	N	N	N	N		0	2,3
66	R\$ 1.611,31	0	3	1			1				1	2		ZU	SL	PG	N	>PUB	POS	N	N	N	N		0	1,65
67	R\$ 2.197,62	0	4	1			2		1	1		2		ZU	LIM	GR	N	PART	POS	N	N	N	N		0	0,62
TOTAIS			261	75	32	8	31	38	2	46	72	141												5	546	315,4

Obs: 6 do subsequente EM AMARELO deferidos - houve 12 noutras situações que não aparecem na tabela (indeferidos e não completadas). Na coluna Transf. renda estão pontuados com 1 os estudantes cujos responsáveis apresentaram comprovante de recebimento do Programa Bolsa Família e NIS para aqueles que possuem Cadastro Único mas não recebem o benefício. Quanto a renda per capita, as famílias foram agrupadas de acordo com a faixa de renda e a respectiva pontuação na formula de IVS: 0 a 0,25(10); 0,26 a 0,5 s.m.(8); 0,6 a 0,75 s.m.(7); 0,76 a 1 s.m.(5) e Acima 1,0 s.m (0).